

Revista

RAÍZES

61

Publicação Semestral
Distribuição gratuita

Setembro de 2020

Publicação da
Fundação Pró-Memória
de São Caetano do Sul

ANO XXXII



Ano XXXII – Número 61
Publicação semestral
Distribuição gratuita
Publicação da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul

WWW.FPM.ORG.BR
FPM@FPM.ORG.BR
RAIZES@FPM.ORG.BR



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL

Prefeito Municipal: José Auricchio Jr. **Secretário Municipal de Cultura:** João Manoel da Costa Neto. **Presidente da Fundação Pró-Memória:** Charly Farid Cury. **Coordenação Geral da Fundação Pró-Memória:** Márcia Gallo. **Conselho Diretor:** Charly Farid Cury (PRESIDENTE), Anna Figueira, Breno Diorrener Pereira, Eva Bueno Marques, Francisco José Grippo Bastos, João Manoel da Costa Neto, João Tarcísio Mariani, Kátia Valéria Gomes de Souza, Luiz Domingos Romano, Márcia Gallo, Monica Iafraze, Wagner Antônio Natale, William Pesinato. **Conselho Consultivo:** Cláudio Prieto, Issao Toyoda Kohara, José Luiz Cabrino, José Ramos Vitorino, Maria José Amaral Pante, Mário Porfírio Rodrigues, Mauro Vincenzi Laranjeira, Newton Mori, Sueli Bimbachi, Teruo Fujita, Valdo Armino Rechelo

RAÍZES

Jornalista Responsável: Paula Fiorotti (Mtb. 28.927).
Edição e Revisão: Cristina Toledo de Carvalho, Paula Fiorotti. **Comissão Editorial:** Charly Farid Cury (PRESIDENTE), Ana Luísa Nóbrega Cury, Ana Maria Guimarães Rocha, Antonio Reginaldo Canhoni, Caio Bruno Siqueira de Paula, Cristina Toledo de Carvalho, Humberto Domingos Pastore, Isabel Cristina Ortega, João Alberto Tessarini, João Manoel da Costa Neto, Mário Porfírio Rodrigues, Monica Iafraze, Nelson Albuquerque Oliveira Júnior, Paula Ferreira Fiorotti, Roberta Sernagiotto Soares. **Projeto Gráfico e Diagramação:** Roberta Giotto. **Serviço de Difusão Cultural (nesta edição):** Caio Bruno, Cristina Ortega, Paula Fiorotti. **Fotografia, Digitalização e Restauração de Imagens:** Antonio Reginaldo Canhoni. **Apoio à Pesquisa Iconográfica:** Jacqueline Nakagawa, Jussara Ferreira Muniz, Monica Iafraze

Tiragem desta edição:
2.000 exemplares
Setembro de 2020

Av. Dr. Augusto de Toledo, nº 255
Santa Paula - CEP: 09541-520
São Caetano do Sul - SP
Fone/fax: (11) 4223-4780

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da história do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Agradecemos informações adicionais a respeito das imagens eventualmente não identificadas publicadas nesta revista, a fim de que possamos alterar os créditos em futuras publicações.



Primeira linha de
ônibus em São Caetano.
Da esquerda para a
direita, vemos: Newton
Rela, Hilda Mazzutti e
Hugo Veronesi

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA

Há 29 anos preservando sua memória

Palavra do Presidente

Charly Farid Cury

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL

INCERTEZAS, DÚVIDAS, REFLEXÕES, PERDAS. O mundo parou por conta da pandemia da Covid-19. E a área cultural foi uma das mais afetadas com as medidas de isolamento social para conter a disseminação do coronavírus no país. No dia 15 de março de 2020, museus, centros culturais e bibliotecas foram fechados, e atividades culturais foram canceladas em todo o Estado de São Paulo.

Da noite para o dia, nossa instituição, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, por determinação das autoridades municipais e estaduais, precisou fechar seus cinco espaços expositivos, suspendeu o atendimento ao público na área de pesquisa e colocou boa parte de seus colaboradores em sistema *home office*. O objetivo era único: preservar vidas, de funcionários e de visitantes.

O primeiro caso da doença no país havia sido registrado no dia 26 de fevereiro. Mas, naquele momento, já eram mais de 230 confirmados. No dia 17 de março, o Brasil anunciaria a primeira morte por coronavírus. No dia 29 de março, dia da publicação do primeiro boletim informativo produzido pela prefeitura municipal, eram 24 casos confirmados em São Caetano do Sul. No momento em que escrevi este texto, o país já contabilizava mais de 3 milhões de casos, com mais de 115 mil mortes, sendo que, em São Caetano, 3.075 pessoas estavam contaminadas, com 158 registros de mortes (dados do dia 24 de agosto de 2020).

O que pode ser um dos maiores desafios sanitários em âmbito mundial já apresenta impactos,

não somente para a cultura e para a história, mas vem repercutindo nas áreas social, econômica, humanitária e até mesmo política. A pandemia da Covid-19 está mudando os rumos da história do mundo. E nosso município entra para a história no que diz respeito a ações estratégicas de estudo, controle e planejamento no combate ao coronavírus, tornando-se referência nacional.

Após a criação do Comitê de Emergência e Combate ao Coronavírus, formado por 10 especialistas, seguiu-se uma série de medidas que têm apresentado significativo papel no enfrentamento da pandemia no município. A começar pela testagem rápida de diversos segmentos da população (até 24 de agosto, 42.497 pessoas haviam sido testadas) e pelo inquérito epidemiológico, que realiza um mapeamento e projeta a evolução da Covid-19 na cidade. Muitas outras ações não citadas aqui estão contribuindo na luta contra o maior inimigo da humanidade dos últimos tempos.

O cotidiano de São Caetano do Sul mudou, assim como de todas as cidades do mundo. E esta edição de *Raízes*, produzida em 'isolamento', registra este momento tão incerto, tão diferente. Uma rotina de máscaras, higienização constante das mãos, distanciamento social, videoconferências, trabalho em casa e saudades dos familiares e dos amigos. Por enquanto, só nos resta nos proteger - e aos nossos, lembrar os bons e velhos tempos, se reinventando e projetando um novo olhar para o futuro. ■

Uma revista quarentenada



Paula Fiorotti

EDITORA

Dias após nossa primeira reunião de pauta do ano recebemos a notícia do estabelecimento da quarentena no Estado de São Paulo, por conta da pandemia da Covid-19. Mais alguns dias depois, por recomendações oficiais, todos os nossos espaços expositivos e de atendimento deveriam ser fechados.

Várias dúvidas começaram a pairar no ar. Mas, aos poucos, tudo ia se ajustando. O sistema de trabalho *home office* passou a fazer parte da rotina de todos. Mas foi em um outro encontro presencial com a equipe, durante o qual todos estavam equipados com máscaras e mantendo a distância recomendada, que, optamos pela manutenção da publicação de nossa tradicional revista *Raízes*. As entrevistas, agendadas há poucos dias, tiveram de ser canceladas. Tudo teria de ser feito por e-mail ou telefone.

Mas iríamos em frente. A revista sofreu poucas alterações, além da falta de alguns depoimentos, reduzimos o número de páginas. E assim, nosso trabalho seguiu nos últimos meses, em quarentena. Isolados, mas em contato com todos que colaboraram para que esta revista fosse publicada. Neste momento tão singular, precisamos registrar a importância do conteúdo apresentado, produzido por colaboradores internos e articulistas que sempre contribuem com nossa publicação. Deixamos nosso imensurável agradecimento a vocês!

Esta edição, de número 61, comemora o aniversário de 100 anos da Emef Senador Fláquer, a primeira instituição escolar de São Caetano do Sul, fundada em 1920. A data não poderia passar em branco, e ganha destaque na capa de *Raízes*.

No momento do fechamento desta edição, o país já ultrapassava os mais de 3 milhões de infectados pelo novo coronavírus, portanto, seria impossível não trazer o assunto e temas correlatos para as páginas da revista. Na seção *Ensaio*, uma crônica sobre a vida e sobre a pandemia da Covid-19. Em textos da seção *Artigos*, *Raízes* recorda, ainda, uma epidemia de varíola no então Bairro de São Caetano no final dos anos 1700, e como a região enfrentou a pandemia da gripe espanhola no final da década de 1910.

Outra data importante também é celebrada: os 65 anos da Paróquia Nossa Senhora das Graças. Um bem-humorado artigo relembra uma coluna do *Jornal de São Caetano* que agitou a juventude local na década de 1970. E um texto repleto de detalhes do passado traz as memórias de Helda Thereza Castello Campanella, moradora da cidade, falecida em 2017.

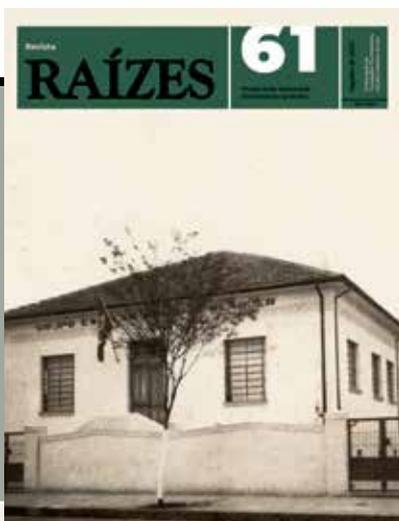
Ainda em *Artigos*, uma análise sobre o impacto da estrada de ferro no crescimento populacional e expansão urbana de São Caetano, e uma reflexão sobre o processo de autonomia da cidade, mas do ponto de vista de seus opositores.

A trajetória da Associação Desportiva São Caetano volta às nossas páginas, com um apanhado de seu segundo ano de atuação. Na seção *Regionais*, um trabalho sobre como o Documento de Puebla, resultado da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, determinou as ações da igreja católica na região do ABC.

Em *Poesias e Crônicas*, histórias do cotidiano do Bar do Valter, estabelecimento apelidado de “Senadinho” e que movimentou a cidade. Na seção *Projetos*, um pouco sobre o alcance do projeto *Arte como Apoio Terapêutico – Inclusivo e Exclusivo*, desenvolvido pela equipe da Pinacoteca Municipal nos asilos da cidade.

O ano de 2020, definitivamente, já está marcado na memória do mundo. De uma maneira impactante e que deixará profundas marcas, mudará o curso da história, dos acontecimentos. E nossas experiências de hoje, em um mundo quase que totalmente interligado pelas tecnologias digitais, servirão para as futuras gerações entenderem o que foi a pandemia da Covid-19. ■

Paula Fiorotti é jornalista formada pelo Instituto Metodista de Ensino Superior, tem pós-graduação em Comunicação Empresarial e Relações Públicas, pela Faculdade Cásper Líbero, e especialização em Gestão de Patrimônio e Cultura, pela Unifai (Centro Universitário Assunção). É membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Caetano do Sul. É editora da revista *Raízes* e responsável pelo projeto editorial da Fundação Pró-Memória.
raizes@fpm.org.br



10
CAPA
**Senador Fláquer,
o centenário da primeira
escola de São Caetano**
Caio Bruno

Grupo Escolar (atual Emef) Senador Fláquer em foto da década de 1960

4
#HASHTAG

5
ENSAIO
**Lições de casa
Uma crônica sobre
o tempo de repensar
e reinventar a vida**
Nelson Albuquerque Jr.

18
BAÚ DE MEMÓRIAS

19
RAÍZES E RETRATOS

20
MEMÓRIA
**Paróquia Nossa Senhora
das Graças: 65 anos
de caminhada no
Bairro Nova Gerty**
Pe. Augusto César
Casimiro de Andrade

30
MEMÓRIA
**Uma seção de jornal que
agitou São Caetano**
Cristina Ortega

33
MEMÓRIA E AFETO

34
PERSONAGENS
**Na São Caetano de dona
Zinha: reminiscências de uma
vida no outono da memória**
Rodrigo Marzano Munari

41
CURIOSIDADES

42
ARTIGOS
**A epidemia de varíola
em São Caetano
1761-1762**
José de Souza Martins

54
ARTIGOS
**Vozes dissonantes de um
movimento histórico: os
opositores da autonomia
política de São Caetano**
Cristina Toledo de Carvalho

62
ARTIGOS
**A cidade e a
indústria, na perspectiva
de duas curvas**
Enrique G. Staschower

71
ARTIGOS
**A pandemia de
"gripe hespanhola"
em São Bernardo**
Marcos Imbrizi

77
ESPORTES
**Associação Desportiva
São Caetano
Campeã paulista da
segunda divisão de 1991**
Renato Donisete Pinto

82
ESPECIAL
**Museu de São Caetano
faz 60 anos**

84
POESIAS E CRÔNICAS
**Senadinho: a democracia
escancarada de um bar
sem descanso**
Marcos Eduardo Massolini

91
REGIONAIS
**Catolicismo no ABC
Paulista: A recepção do
Documento de Puebla**
Pe. Felipe Cosme
Damião Sobrinho

96
PROJETOS
**Arte como Apoio Terapêutico
– Inclusivo e Exclusivo**
Nayr Duarte

100
NOSSO ACERVO
Museu Histórico Municipal

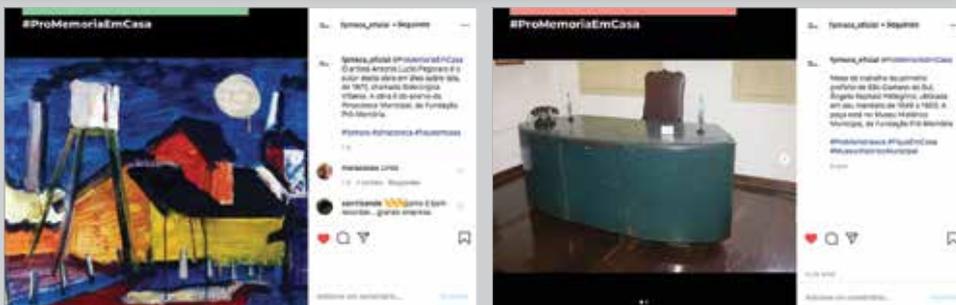
101
NOSSO ACERVO
Pinacoteca Municipal

102
ACONTECEU

104
MEMÓRIA
FOTOGRAFICA

#ProMemoriaEmCasa

Até a finalização desta edição, todos os espaços expositivos da Fundação Pró-Memória estavam fechados, por conta da pandemia mundial, visando preservar a saúde de nossos visitantes e colaboradores. Mas isso não nos impediu de levar mais conhecimento ao público. Nossos canais digitais foram recheados de conteúdos sobre os acervos da Pinacoteca Municipal, do Museu Histórico Municipal e do Centro de Documentação Histórica.



Nós também celebramos, em nossas redes sociais, algumas datas históricas importantes...



E ainda incentivamos e estimulamos o isolamento social por meio da publicação de lindas imagens de antigos moradores em suas residências.



instagram.com/
fpmcs_oficial



facebook.com/
promemoria.caetano



A exposição *Senador Fláquer, ano 100* estava prevista para ser inaugurada no Museu Histórico Municipal no mês de março, comemorando, assim o aniversário da Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Fláquer, a primeira instituição escolar de São Caetano. Para não deixar de exaltar este importante acontecimento, a mostra conta com uma versão virtual, que pode ser acessada pelo nosso site.

WWW.FPM.ORG.BR



Acervo/FPMSCS





Algumas fotografias e breves reflexões sobre o momento atual

Lições de casa

Uma crônica sobre o tempo de repensar e reinventar a vida

 Nelson Albuquerque Jr.

ERA A MANHÃ DA PENÚLTIMA SEXTA-FEIRA DE MARÇO DE 2020. Uma forte dor de barriga do meu filho nos levou ao Hospital de Emergências Albert Sabin. Entre medicações e exames, veio a notícia de uma urgente cirurgia por conta de apendicite. A madrugada foi no leito do pronto-socorro até a transferência, no dia seguinte, para o Hospital Maria Braidó. Ainda no sábado, sucesso na cirurgia, seguido de mais uma noite no quarto hospitalar e alta já no domingo, para, na segunda-feira, festejar em casa o aniversário de 18 anos do recém-operado.

Na página de abertura: belíssima foto de uma família reunida em casa, aproveitando o quintal da residência. A família Siarvi aparece em registro do ano de 1960

A pandemia da Covid-19 mudou totalmente o modo de viver de muitas pessoas. O isolamento social recomendado, e cumprido por muitos, fez com que as rotinas mudassem. Pudemos perceber que ficamos muito mais fora do que dentro de casa e, por isso, passamos a valorizar mais nosso lar. O momento está sendo importante para reavaliar muitas questões pessoais e reforçar os laços familiares.

No passado, as famílias não contavam com muitas opções de diversão, e nem mesmo com as facilidades da tecnologia. O cotidiano era mais singelo, e muitas atividades eram realizadas dentro de casa ou em seus próprios quintais.

Com este tema em mente, fomos buscar antigas imagens de moradores de São Caetano em suas residências (como a fotografia que abre esta seção, da família Siarvi), e convidamos o jornalista Nelson Albuquerque Júnior, integrante da comissão editorial da Fundação Pró-Memória, para fazer uma análise sobre o assunto.

Trata-se, até certo ponto, de uma história corriqueira. Uma apendicite é comum nas famílias e, mais ainda, nos pronto-socorros médicos. Mas essa ocorreu em meio a decretos de estado de calamidade pública para enfrentar uma pandemia viral. Notícias de todo o mundo sobre o alastramento do novo coronavírus, com mortes e graves sequelas, assombravam os brasileiros, que ainda não sabiam exatamente o que viria pela frente.

Era o início da quarentena. Enquanto precisávamos nos isolar em casa, um batalhão de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde saía para encarar a pandemia frente a frente. Reconhecidos como heróis. Que assim sejam lembrados.

Naquele momento, o último lugar em que alguém queria es-

tar era dentro de um hospital. Uma tensão anormal. O médico que atendeu meu filho na emergência estava todo coberto por uma capa plástica, com proteção no rosto, mãos e pés. Não conseguiu achar sua caneta, esmurrou a mesa e falou palavrões. Estava visivelmente em estresse. Apesar da tensão, nos atendeu bem e foi preciso ao detectar o problema no apêndice, mesmo ainda em grau inicial.

A recuperação correu tranquila. A estada no hospital foi com lavagem de mãos a cada passo, álcool em tudo, distanciamento, respiração reprimida, cuidados multiplicados por mil, vontade de ir embora. A alta veio logo, com a principal recomendação médica: absolutamente sem visitas. E a festa de aniversário teve presenças dos

pais, namorada, avós, bisavó, parentes e amigos, convidados de 17 a 93 anos de idade, todos pela internet. A primeira vez de todos.

De castigo para pensar - Ser obrigado a ficar em casa me despertou, de início, a sensação de castigo. Hoje nem é tão comum, mas em tempos passados a correção pela desobediência, malcriação ou qualquer peraltice vinha de forma punitiva. Uma delas: “Vai ficar de castigo em casa!”. Enquanto o mundo corria lá fora, a criança ficava com a cara emburrada num canto qualquer. Perguntava o que fazer, e vinha a ordem: “Vai estudar!”.

Bom, de uma hora para outra, todos fomos colocados do portão para dentro. Será que o mundo cansou e nos botou sentadinhos para pensar na vida?



Marieta Constantino, Concetto Constantino, Romeu Masini Soares de Souza (criança), Odete Masini, Tosca Masini, Norma Masini Soares de Souza, Bruna Bisquolo (esposa de Concetto Constantino) e Margarida Constantino na casa da família, que ficava na Rua Amazonas

(...) A mudança é global e está disposta a entender novos valores, a dar mais importância à cooperação em vez da competição, reabrir-se à fé, somar, querer união e solidariedade, buscar mais reflexão e ações positivas, mais empatia.

Despertou-me a curiosidade sobre o que faziam nossos pais e avós, dentro de casa, nas suas infâncias e juventudes. O que me surpreendeu foi a pouca lembrança. Sem muitos detalhes ouvi “comíamos na mesa”, “estudava”, “brincava”, “rezava”, “ah, sei lá, eu ficava mais na rua mesmo”. Brincadeiras no quintal devem ter sido a resposta campeã. E não valia falar que recebia visitas.

Será que é muita brasileiro falar que somos um povo extrovertido demais? Da porta pra fora. Será que conseguimos nos olhar para dentro? Será que, mesmo estando tanto afora, sabemos conviver com os outros? Acho que o castigo me fez pensar muito em nós como sociedade. Mais gente deve ter refletido, tenho certeza.

Lições de casa - Se por um lado, o mundo pediu para desacelerar-

mos – prazos foram estendidos, supereventos cancelados, atividades suspensas, correria não fazia mais sentido –, por outro, exigiu de todos uma consciência de transformação. A vida já vinha experimentando pequenas doses de mudança nesse início dos novos anos 20. Mas, de repente, todos que não tinham percebido ou aceitado tais transformações foram obrigados a dar a mão à palmatória.

A tecnologia foi a primeira a arrombar as portas e dizer: “Estou aqui e você vai precisar de mim”. Houve uma explosão em compras pela internet, em transmissões ao vivo por redes sociais (as chamadas *lives*), videoconferências (de reuniões até a festas de aniversário), estudo a distância, uso de bancos digitais, plataformas para se trabalhar em casa (o termo *home office* enfim se popularizou) e outras benes-

ses tecnológicas. Adaptamo-nos muito fácil.

Também passamos a entender a nossa importante função dentro da economia da comunidade. Isolados em casa, os comércios despencaram. Medo de desemprego, falta de renda. Eis que surgem pequenas campanhas para valorizarmos os empreendedores locais. Precisamos fazer a roda girar muito perto de nós. E o benefício é de todos.

Fomos ainda convidados à criatividade. Já dizem que nossa atual Era, da informação e do conhecimento, preza muito pela capacidade criativa das pessoas. O capital humano tem (ou terá) seu real valor reconhecido. Enfim, nada melhor que uns meses de castigo para nos obrigarmos a aprender, desenvolver, experimentar, buscar, criar. Quer tempo melhor para fazer um *upgrade* de nossas habilidades? São

vários os relatos de quem aprendeu a cozinhar, escrever, a fazer artesanatos, jardinagem, desenhar, fazer cursos on-line e uma infinidade de atividades que podem ser úteis, para as finanças ou para a autoestima.

Prontos para voltar? - Chegou o momento em que nos colocaram em xeque. As notícias de mortes em ritmo acelerado – numa proporção de cerca de cinco ou seis aviões caindo diariamente – deviam nos obrigar a permanecer em casa. Vida em primeiro lugar. Mas outras necessidades apontam para a reabertura. E a comunidade se questiona: Já está na hora? Cada um de um lado do cabo de força.

A pergunta “O que será do mundo quando tudo voltar ao normal?” passou a ser respondida com teorias para um “novo normal”, já que o que existia não serviria. Aliás, teorias até de mais.

Porém muitos concordam em sermos mais tecnológicos e ainda mais humanos. A mudança é global e está disposta a entender novos valores, a dar mais importância à cooperação em vez da competição, reabrir-se à fé, somar, querer união e solidariedade, buscar mais reflexão e ações positivas, mais empatia.

Estamos juntos passando pela mesma forte experiência. A transformação é para todos. Pode ser profunda, mas é, ao mesmo tempo, simples. Tão prosaica quanto uma fotografia em frente de casa, crianças ao muro, um sorriso, um abraço. A vida – que é o que mais importa – continua dinâmica como sempre. ■



Giuseppe De Martini (à esquerda) e seu filho Ângelo De Martini na casa da família, localizada no Bairro Cerâmica



Registro do ano de 1938 mostra integrantes da família Fiorotti na entrada da residência, que ficava na Rua Ingá, no Bairro Olímpico. Vemos, na escada: Rosa Fiorotti, Laura Fiorotti, Celina Fiorotti e Ilma Fiorotti



O casal Vaclovas e Liuda Radzevicius, em sua residência, na esquina das ruas Raphael Correa Sampaio e Espírito Santo. A foto é de 1954

Nelson Albuquerque Jr. é jornalista e escritor. Formado pela Universidade São Judas Tadeu, tem pós-graduação em Língua e Literatura pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Conselho Editorial da Revista *Raízes* e da Academia Popular de Letras. Ex-editor no *Diário do Grande ABC*, tem passagem por alguns periódicos da cidade, como *Jornal de São Caetano*, *Jornal Vida*, *Folha de São Caetano* e *Correio do ABC*.



Senador Fláquer, o centenário da primeira escola de São Caetano

 Caio Bruno

A CORRERIA DO DIA A DIA às vezes pode impedir a contemplação do momento em si e de tudo que ali, naquele lugar, ocorreu e foi presenciado. Frequentada por centenas de pessoas todos os dias, entre alunos e funcionários, a Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Senador Fláquer, é um exemplo disso. Com o pensamento envolto em provas, lições, diversão, aula e problemas rotineiros, poucos os que andam por aquele prédio sabem que cada centímetro ali tem uma história e que, por aquelas salas, passaram milhares de pessoas que lá tiveram o acesso às primeiras letras e seguiram rumo a outras etapas de suas vidas. É essa uma de nossas funções aqui em *Raízes*, contar histórias. O Senador, como é carinhosamente chamado, chega aos 100 anos, um século de existência, e é essa história que vamos contar agora.

Surgimento - Em 1920, São Caetano não existia enquanto cidade, sendo um mero distrito de Paz de São Bernardo. Naquela época, toda a região do ABC pertencia àquele município. Neste contexto, como fruto de um desejo popular, a trajetória do Senador Fláquer tem início em 30 de abril de 1920, com o decreto de sua criação,

seguido pela publicação, em 5 de maio, e sua instalação, em 8 de maio do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da escola.

A princípio, seu nome era Segundo Grupo Escolar de São Bernardo e sua primeira sede foi no antigo Palacete De Nardi, no Bairro da Fundação, onde hoje está instalado o Museu Histórico Municipal.

Neste período inicial, o grupo escolar agrupava diversas escolas existentes no município, no caso, as cadeiras de primeiras letras que eram formadas por classes masculinas e femininas. Eram escolas isoladas com condições precárias, sem material básico, como livros e lousa. Muitas vezes as classes eram formadas por alunos de anos diferentes (do primeiro ao quarto).

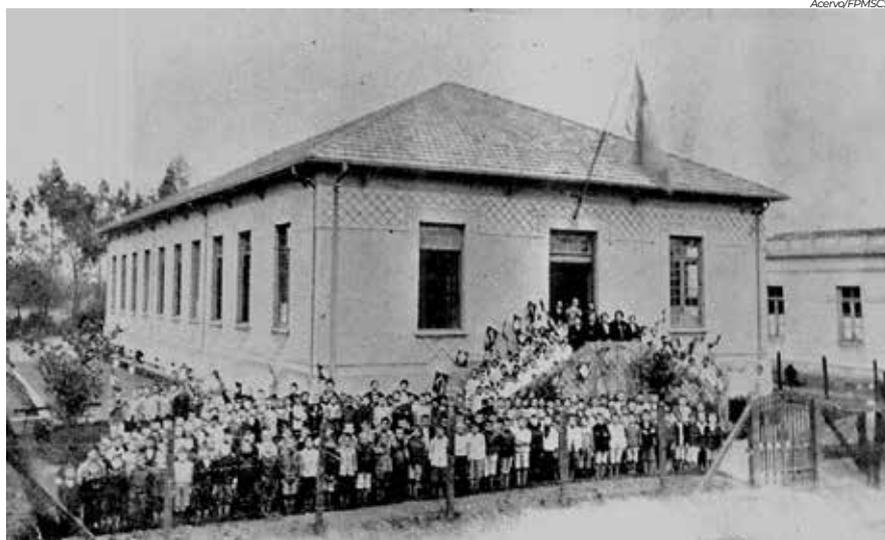
Enquanto funcionava provisoriamente, teve início a construção de seu prédio próprio em terreno que fora doado por Mariano Paim Pamplona e Armando Leal Pamplona, antigos donos da Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona, vendida ao grupo Matarazzo em 1916.

A escola foi construída com doações da Câmara Municipal de São Bernardo, do governo do Estado, das indústrias locais e de moradores da cidade.

Em 1922, o colégio foi transferido para a sede onde funciona até os dias de hoje, na Rua Heloísa Pamplona, nº 180, no Bairro da Fundação. Era um prédio arrojado para os padrões da época, e até hoje empolga pela sua arquitetura, pelo tamanho das salas, pela boa luminosidade e funcionalidade.

Com capacidade para abrigar 12 classes, formou apenas 10, devido ao número de alunos existentes. Seu primeiro diretor foi o professor Anísio Novaes.

Primeiros anos - Em seus primeiros anos, o ainda chamado Segundo Grupo Escolar passou por queda anual no número de alunos. Em 1924, a escola chegou a ter apenas seis turmas. Até 1927, documentos relatam as mesmas dificuldades da escola com relação à frequência e desistência dos alunos. Foi preciso, a pedido do inspetor de alunos de São Bernardo, que se recrutassem estudantes do Grupo Es-



Alunos e professores em frente ao Grupo Escolar Senador Fláquer. Foto da década de 1920

colar Monte Alegre, inaugurado posteriormente, para preencher vagas no colégio.

Em julho de 1927, a escola mudou sua denominação para Grupo Escolar Senador Fláquer, homenageando o médico, professor e político, José Luiz Fláquer, falecido em 1924. A alteração do nome foi fruto de movimento do Centro Cívico composto por cidadãos do então distrito de São Caetano, por meio de uma subscrição pública para homenagear Fláquer. Ele havia ajudado muito os colonos italianos que fundaram o Núcleo Colonial de São Caetano, tanto que foi eleito vice-presidente honorário da *Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli*, de São Caetano, criada em 1892.

Nesta época, a direção do colégio estava sob o comando de Jorge Perrenoud, que permaneceu no cargo por 29 anos. O diretor passou para a história com a imagem de alguém muito centrado e severo. Foi em sua longa gestão que o Senador conquistou importantes melhorias e obteve aumento no número de alunos.

Crescimento e pioneirismo - Com amplo trabalho de Perrenoud e sua equipe, o Senador chegou aos anos 1950 com 48 salas de aula, sendo 43 de primário, e cinco de pré-escola. A lotação era tanta que até as salas do porão do prédio precisaram ser utilizadas. O Grupo Escolar era a demonstração da modernidade e do progresso na educação.

Em 1955, um marco na história da escola foi a ampliação de suas instalações graças a um terreno comprado pela Associação de Pais e Mestres. No local, funcionava o jardim da infância e a biblioteca. Por conta das ampliações e da modernidade, nesta época a escola perdeu o jardim que a envolvia. Isto nos é contado em uma crônica de Manoel Claudio Novaes, chamada *A escola situava-se num cenário de flores, paineiras, eucaliptos, cafês, gramíneos etc.*

A trajetória do Senador Fláquer é marcada pelo ineditismo e pioneirismo. Primeira escola da cidade e a segunda da região do Grande ABC, foi frequentada por membros de praticamente todas as famílias mais tradicionais, como políticos, empresários, escritores e, ao menos, dez sacerdotes.

O Senador foi a primeira escola da cidade a ter um hino em sua homenagem, composto em 1965 pelo cirurgião-dentista Arnaldo Vianna, que, por mais de 30 anos, dedicou seu trabalho à escola, onde fundou e ministrou aulas do curso de Esperanto, idioma universal que oferecia aulas no período da noite, sendo pioneiro na região.

Por causa de seu pioneirismo, a escola possuía um dos mais valiosos e completos arquivos com fichas, dados e informações de grande importância histórica para toda a região do ABC. Infelizmente, em maio de 1978,

este acervo foi totalmente destruído por um incêndio.

Dificuldades e renascimento - Com o passar dos anos o colégio foi se fortalecendo como uma das mais importantes instituições de ensino de São Caetano, devido ao seu histórico e também pelas atividades realizadas.



Desenho de José Luiz Fláquer, patrono da Emef Senador Fláquer, feito pelo desenhista e cartunista Jayme da Costa Patrão, em 1991

Entretanto, o Senador passou por maus bocados durante os anos 1990 quando o governo do Estado de São Paulo, seu então proprietário, chegou a anunciar o seu fechamento junto de outras cinco escolas, como parte de uma reorganização educacional. Na época temeu-se pelo seu fim e com o destino que teria o

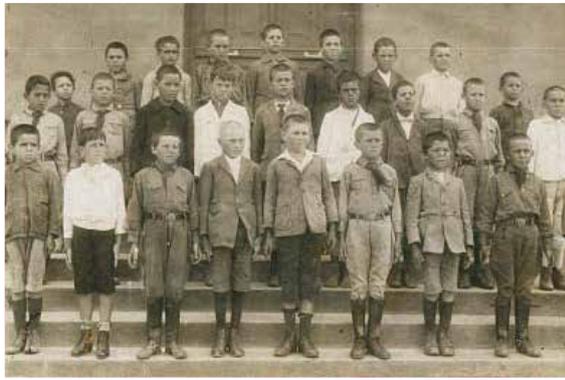
icônico prédio. Graças à reação unida da comunidade sul-são-caetanense, a ideia não foi levada adiante e o colégio, na época já com mais de 70 anos, pôde seguir seu caminho.

Um dos símbolos do município e do Bairro da Fundação, em 2007, o Senador Fláquer se torna totalmente de São Caetano com a municipalização do ensino promovida pela administração municipal, que absorveu dez escolas estaduais. A partir de então, o nome completo do colégio passa a ser Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Fláquer.

Em agosto de 2007, já municipalizada, a Emef ganhou uma quadra coberta para a prática de esportes, aulas de Educação Física e atividades de entretenimento e lazer.

Senador, 100 - O Senador chegou ao seu primeiro centenário de existência solidificado como uma das mais tradicionais escolas da região, contando com 604 alunos, 40 professores e 36 funcionários, distribuídos em 23 salas, que atendem em período matutino e vespertino, do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

A escola conta com oficinas de teatro, robótica, vestibulinho, treinamento de futsal, atletismo, tênis de mesa, queimada, fanfara, oficina da Olimpíada Brasileira de Matemática, aulas de informática, oficina de arte, coral e aulas de astronomia.



Grupo de escoteiros do Grupo Escolar Senador Fláquer nas escadarias dos fundos da escola. Foram identificados: Francisco Botteon, José Maria, João Trevisan, Armando Barile, Arquimedes de Nardi, Francisco A. Fiorotti, Danilo Scalzaretto, Antonio Rodrigues, Ignácio Del Rey, Tadeu de Agostini, Orestes Cavassani, Bruno Lodi, Silvio Dal'Mas, José Giorgetti, Ricardo Malavassi, Fernando Tozetti e Aurélio Roveri. Foto de 6 de setembro de 1922

Alunos do 1º ano misto do Grupo Escolar Senador Fláquer. À direita, foi identificado o então diretor e professor da escola, José Bonifácio Fernandes. Foto da década de 1950



Para celebrar o aniversário de um século, a Emef havia programado uma série de atividades como caminhadas, desfiles e demais atrações, que, infelizmente, devido à pandemia da Covid-19, tiveram de ser adiadas, mas a data não passou em branco. Uma bonita homenagem virtual em forma de *live* foi realizada no dia do aniversário, 8 de maio, com todos os amigos e a comunidade escolar celebrando a data. A centenária escola adentrava a nova idade adequada aos tempos atuais.

Desejamos que, após a leitura deste texto, caso um dia você tenha frequentado ou frequente as dependências do Senador, sua experiência com ele não seja mais a mesma. Que seja acrescida de um olhar histórico para o nosso centenário colégio. Que venham ao menos mais um século de amizade, conhecimento e educação. ■



Desfile cívico dos alunos da 3ª série, do período noturno, do Grupo Escolar Senador Fláquer. No momento da imagem, as moças passavam pela Rua Baraldi, em frente à Praça Cardeal Arcoverde. Entre as alunas que aparecem na foto foi possível identificar Wanda Radzevicius. Foto de 1948

Depoimentos

Confira, na sequência, alguns depoimentos de pessoas que passaram ou que ainda estão na Emef Senador Fláquer, sejam como alunos ou funcionários.



Nelson Albuquerque Junior, relata a história de sua família com quatro gerações estudando na escola

O Senador é um verdadeiro espírito de comunidade. Imagine que uma família inteira estudou ali: pai, mãe, dois filhos e um neto. Isso desde 1953 até 2003. Na escola, ao mesmo tempo, em meados dos anos 1950, estudaram Ivani Regina Braido Oliveira e Nelson Albuquerque Oliveira (falecido), que não se conheceram no Senador Fláquer (meninos e meninas estudavam separados), mas que vieram a se casar anos mais tarde. Os dois filhos do casal, Fábio Henrique e Nelson Junior, frequentaram a escola entre o final dos anos 1970 e até meados dos anos 1980. Um dos netos, Dener, também estudou ali no início dos anos 2000.



Ana Lúcia Pires Fournier, professora de Ciências

A história da Emef Senador Flaquer se confunde com a da minha família. Meus bisavós tiveram participação em sua construção. Minha avó Laura A. Perrella e todos seus irmãos estudaram lá, minha mãe Ercília e sua irmã Maria de Lourdes também e, finalmente, eu e minhas irmãs, Fernanda e Carolina. São tantas lembranças, guardadas em álbuns de fotografias, livros, revistas e filmagens que fica difícil separar as histórias. E ela não terminou após minha formatura na antiga 8ª série, no ano de 1987. Acompanhei eventos, conquistas e festas, com minha mãe, que a esta altura era professora e coordenadora pedagógica e, acompanhando seus



Alguns dos alunos que participavam do Curso Municipal de Esperanto de São Caetano do Sul

passos, em 2012 retornei à escola como professora de Ciências, onde permaneço até hoje.

Nos últimos anos, com outros colegas, o projeto do centenário da escola foi planejado: concursos, divulgações na comunidade escolar e pequenas comemorações, mas ninguém esperava que, justamente no ano mais esperado, seríamos surpreendidos por uma pandemia, que nos afastaria da escola e atrapalharia nossos planos. Com o empenho da equipe gestora e a ajuda de toda a comunidade escolar, conseguimos comemorar virtualmente esta data tão importante, emocionando a todos.

E assim se vão muitos anos de minha história pessoal e profissional, caminhando com a da escola e esperando que ainda tenhamos muitos capítulos juntos pela frente.



Ivani Regina,
aluna do Senador Fláquer
entre 1953 e 1957

“Tenho algumas amigas que estudaram comigo no Senador, inclusive uma delas tem filha que hoje é professora na escola, e ainda somos amigas, e nos encontramos sempre aqui pelo bairro.



**Ana Clara Pompermayer
Fulanetti Silva,**
formanda de 2014

“Estudei no colégio durante oito anos e lá fiz os meus melhores amigos da vida. Tive aulas com professores excepcionais que hoje se tornaram meus amigos e passei por experiências que jamais vou esquecer. Essa escola foi essencial, não só na minha formação acadêmica, mas também pessoal, fazendo com que eu buscasse sempre o melhor de mim. Sou muito grata por tudo que esse lugar me proporcionou!



Tânia Maria dos Santos Rocha,
merendeira

“Trabalho no Senador desde 1995, como merendeira. Tenho muito orgulho em dizer que esta escola foi a minha primeira ‘casa’. Pretendo sair daqui aposentada.

Durante esses anos, compartilhei momentos de alegrias e tristezas também. Trabalhei com pessoas maravilhosas que agregaram muito na minha vida, algumas já não estão mais conosco, mas deixaram lembranças memoráveis. Agradeço por fazer parte da história desta escola, e dessa nova gestão competente e com compromisso com os alunos, suas famílias e funcionários, afinal, somos uma grande família.



Professoras que compunham o corpo docente do Grupo Escolar Senador Fláquer em abril de 1971. Da esquerda para direita, aparecem: Olívia Martins, Ester Tiegue Macedo, Eunice Sanches, Helena Giampietro Tognini, Maria de Lourdes Santarnecchi, Luci Puga, Wanda Ramos Mariano, Fátima Praça, Margarida Gelecnsen, Ermelinda Gervastock, Marina Caran Covas, Vera Mazzini, Maria do Carmo Ferreira Rodrigues, Angelina Komenich e Maria Inácia Fadiga Pavão



Júlia Caroline Lima Silva,
formanda de 2019

“Tive o prazer de ser aluna do Senador no período de 2009 a 2012, retornando em 2018, e encerrando o ensino fundamental II em 2019. Sinto uma imensa saudade do tempo que desfrutei da escola, dos dirigentes, professores, funcionários e das boas amizades que conquistei nesse período. Hoje, deixo meu agradecimento e carinho a todos que contribuíram no desenvolvimento educacional em minha vida! A Emef Senador Fláquer estará sempre em minha memória.



Ariadne Maria Rosa,
aluna do 8ºA

“Senador Fláquer é um marco superespecial na minha vida. Lá vivi e ainda vivo vários momentos que são até histórias para contar. Conheci pessoas que têm uma influência muito grande em minha vida. Tenho vários sentimentos pela escola, mas acho que o melhor a se enfatizar é a gratidão. Gratidão pelo ensino, gratidão pelos momentos de diversão e gratidão até mesmo pelas broncas. Tenho um orgulho imenso de lá e sempre que puder farei algo por ela. Sou grata pelos abraços, pelos consolos, pelas lágrimas, na maioria das vezes de emoção, pelas conversas, enfim, por tudo. Deixo um muito obrigado superespecial aos meus professores, aos inspetores, funcionários e equipe gestora, por fazer dessa escola o que ela é hoje.

Arquivo FPMSCS



Fachada da escola, nos anos 1960



Arquivo FPMSCS



Tiago Luiz de Araujo,
diretor da Emef Senador
Fláquer em 2020

“A minha história com a Emef Senador Flaquer começou em 2011, quando eu tive a honra de ter as minhas primeiras turmas, dos primeiros 6ºs anos desta escola. Quando saí de lá, no fim de 2011, foi um choro só. Até hoje me lembro dos abraços que recebi. Guardo no coração todos os alunos daquela época e todos os outros que Deus foi colocando no meu caminho. Nossas aulas estarão guardadas no nosso coração, pois compartilhávamos o que tínhamos de melhor. Quantas gargalhadas, choros, sorrisos e abraços. Essa é a melhor parte de ser professor: aprendi muito mais do que ensinei.

Só quem já trabalhou, estudou ou teve um filho no Senador Fláquer, e pôde se apaixonar por esta comunidade tão generosa

Comemoração de 75 anos da Escola Estadual de Primeiro Grau Senador Fláquer. Da esquerda para direita, foi possível identificar: Marina Covas, Santina Leonor Fiorotti, Ida Marta Dall'Anese e Ester Della Coletta Darronqui. Foto de 1995

e acolhedora, sabe do que estou falando. Nossa escola parece que vive protegida pelo nosso coração. Sempre brinquei dizendo que aqui vivemos em um mundo só nosso. Um bairro que se ama, pessoas que se ajudam, uma família gigante, que também briga e tem problemas como todas as famílias reais têm.

Retornei à escola em 2014 como professor e, em 2019, assumi a direção da instituição. Sou grato pela confiança e parceria até aqui. Pais, alunos, professores, funcionários e, acima de tudo, meus grandes amigos, peço a todos que amam esta escola que cuidem dela. Agradeço a todos os que por aqui passaram e ajudaram a construir a história da primeira escola de São Caetano do Sul.

Parabéns, minha escola querida: 100 anos construindo o futuro!



1970



Acervo/PMSCS

Foto/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul



2004



2020

Foto/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul



2007

Acervo/PMSCS



Celebração dos 99 anos do Senador, em maio de 2019

Caio Bruno é jornalista formado pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, com extensão universitária em Gestão e Crise em Redes Sociais pelo Senac-SP e cursos livres na área de Gestão Cultural. É pós-graduado em Comunicação Empresarial pela Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é supervisor do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul.

Programa permanente de captação de acervo histórico e de memória da cidade. Os documentos e objetos doados serão incorporados aos acervos do Centro de Documentação Histórica e do Museu Histórico Municipal

Doação Arlete Fiche



Funcionários da Cerâmica São Caetano em frente ao Centro Social Feminino Rachel Simonsen, nas dependências da fábrica. O primeiro, da esquerda para direita, é Abílio Luiz Tasca



Jogadores do Cruzada Esporte Clube, em foto de 1948. O primeiro, a partir da esquerda, em pé, é Abílio Luiz Tasca

Acervo Luiz Domingos Romano



Seleção de São Caetano do Sul no Estádio Brinco de Ouro da Princesa, em Campinas, no ano de 1963. Em pé, a partir da esquerda, vemos: Delem, Caculé, Roca, Zé Carlos, Tim, Leninho e o massagista Mário Romano. Agachados, da esquerda para a direita: Flávio, Marreco, Romeu, Helinho e Paulinho. À frente, está o mascote Pisca

Paróquia Nossa Senhora das Graças: 65 anos de caminhada no Bairro Nova Gerty

Pe. Augusto César Casimiro de Andrade

Acervo/ Igreja Nossa Senhora das Graças



Fachada atual da Igreja Nossa Senhora das Graças. Foto de 2020

A HISTÓRIA DESSA COMUNIDADE tem início no ano de 1950, com a Capela de Nossa Senhora das Graças, antes nomeada de Nossa Senhora Aparecida, que pertenceu originariamente à Paróquia Sagrada Família, naquele tempo, ainda chamada de Paróquia de São Caetano. Nos primeiros meses daquele ano, sob o im-

pulso dos próprios moradores de Vila Nova (nome dado a um dos antigos loteamentos constituintes do Bairro Nova Gerty) e adjacências, representados por uma comissão diretora composta por Júlio Manoel Gomes, Antônio Farias Guimarães, Geraldo Rodrigues Ferreira e Carmo Nazo, conseguiram a autorização do então vigário responsável, padre Ézio Gislimberti, para organizar campanhas em benefício da futura capela. A comissão conseguiu da companhia bancária A. E. Carvalho S.A, dona de Vila Nova, a doação de um lote de terreno (a saber, lote 2 da quadra 15) situado na Rua Tocantins. A partir das atas das reuniões realizadas ao longo de 1950, foram encontrados

alguns dados importantes sobre como a paróquia nasceu.

Ainda em julho do mesmo ano, com a comissão modificada sob a direção de Antônio Farias Guimarães, os colaboradores Júlio Gomes, Jordano D. Gomes, Geraldo Rodrigues Ferreira e a zeladora Irene Eugênia Delminda, foi organizada uma romaria da imagem de Nossa Senhora das Graças, de casa em casa, e, até o mês de novembro já havia sido angariada a quantia de Cr\$ 22.802,00, além de 23.900 tijolos.

Na ata de 16 de novembro de 1952, a capela já se encontrava construída, com missas celebradas mensalmente e com a comissão bem modificada, tendo como dirigentes Salvador Pispico, João Mendes, Antônio Burci e Valde-

mar Fantinatti, além dos já integrantes Júlio Gomes e Geraldo Rodrigues Ferreira, e como zeladora constam os nomes de Elide de Marchis, Antônia Pispico e Josefa de Oliveira, ainda subordinada à Paróquia da Sagrada Família. Com a ereção canônica da Paróquia Nossa Senhora da Candelária, em 29 de junho de 1953, a capela ficou sob os auspícios desta nova paróquia. No mesmo ano, foi comprado mais um lote de terreno. A missa começou a ser celebrada semanalmente e as diversas irmandades foram, pouco a pouco, sendo formadas. Em 1954, deliberou-se sobre a organização de uma quermesse em benefício da capela. O evento foi iniciado no próprio terreno e, mais tarde, transferido para o alto do Bairro Nova Gerty. Foi feita também uma planta para construção de uma igreja.

Este primeiro tempo da paróquia foi marcado pela boa vontade por parte da comissão, que se esforçava muito, ao mesmo tempo em que enfrentava muitas dificuldades por falta de compreensão entre os membros e a carência de cooperação da população em geral.

Em 22 de janeiro de 1955, chegou o padre, holandês e assuncionista, Longino Vastbinder (ex-vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, loca-

lizada em Itaquera, São Paulo), cedido ao bispado de Santo André para assumir uma paróquia pelo prazo de um ano. Dom Jorge veio pessoalmente trazer o padre; diversos vigários estavam presentes, assim como um bom número de padres franciscanos. A recepção se deu no pátio da capela. O povo estava bem representado, destacando-se, particularmente, as irmandades. No

Acervo/ Igreja Nossa Senhora das Graças



Altar atual da Igreja Nossa Senhora das Graças. Foto de 2020

dia 23 de janeiro, um domingo, foram celebradas duas missas bem concorridas. O número de assistentes dominicais cresceu tão rápido que a partir do dia 13 de fevereiro daquele ano começaram a ser celebradas três missas, e todas campais, pois na capela não cabia tanta gente.

A primeira preocupação do vigário foi a fundação das irmandades, com o objetivo de trabalharem juntas para a criação e o futuro da paróquia, cuja prioridade era a aquisição de mais um terreno para construção de um salão paroquial que iria abrigar provisoriamente a igreja. Uma tentativa junto à prefeitura não obteve resultado, de maneira que a solução foi comprar um terreno e contar com a boa vontade do povo. Para angariar recursos e conscientizar a todos da presença de um sacerdote e da criação da paróquia, o vigário mandou marianos (Congregação Mariana) e liguistas (Liga Católica) distribuírem cerca de cinco mil cartas, uma por casa.

Finalmente, no dia 12 de março de 1955, foi erigida canonicamente a Paróquia Nossa Senhora das Graças e nomeado o primeiro vigário ecônomo, o padre Longino Vastbinder. A instalação da nova paróquia e a tomada de posse do primeiro vigário ecônomo se deram no dia seguinte, 13 de março, que foi destacado com a fundação da Congregação Mariana e a bênção da sua bandeira. De acordo com a organização, o bispo foi recebido em Vila Marlene (outro antigo loteamento do bairro) e de lá se dirigiu em procissão até a igreja, acompanhado dos padres e da população em geral. A festa

ganhou em esplendor pela concentração mariana.

Estavam presentes as congregações das paróquias Nossa Senhora da Candelária, Sagrada Família, São Caetano, São João Batista, Vila Alpina, Santa Teresinha e dos setores de Bairro São José e Bairro Barcelona; além de personalidades como dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo diocesano de Santo André, cônego José Bibiano de Abreu, padre Frei José Caruso, vigário da Candelária, e Anacleto Campanella, prefeito, na época.

A partir do mês de maio começaram a ser fundadas as seguintes irmandades:

29/5/1955 – Pia União das Filhas de Maria

12/6/1955 – Liga Católica

19/6/1955 – Apostolado da Oração

31/7/1955 – Cruzada Eucarística

Fim de 1955 – Conferência Vicentina

Em 1955, mais um terreno foi comprado. Foram adquiridos todos os lotes da quadra 14 em Vila Nova. As campanhas, quermesses e outros meios para angariar recursos não foram muito bem sucedidos e a renda foi relativamente baixa, retardando o início da construção.

No início de 1956, foi fundada a Confederação das Obras Paroquiais. Em 18 de março daquele ano – aniversário de um ano da paróquia – foi realizado o lançamento e a bênção da pedra fundamental do salão paroquial, por dom Jorge Marcos de Oliveira. Foi uma tentativa de animar a comunidade. O salão iria funcionar provisoriamente como igreja, mas uma forte crise se instalou e as receitas ficaram muito reduzidas.

Em maio de 1956, padre Longino recebeu a notícia de seu superior que, por motivo de escassez de padres em outros lugares sob sua responsabilidade, ele seria transferido para Estrela d'Oeste, no interior de São Paulo. Essa informação gerou grande tristeza em muitos, particularmente naqueles que acompanhavam mais de perto os esforços contínuos do sacerdote para melhoria da paróquia e das vilas ao seu redor. A pedido de



Pe. Longino Vastbinder
12/3/1955 – 14/7/1956



Pe. Tomás Salvador Palácios
14/7/1956 – 27/9/1962



Pe. Ernesto Cozer
17/3/1963 – 13/1/2011



Pe. Antonio Becker Ferreira
13/1/2011 – 8/7/2012



Pe. Antonio Guimarães do Couto Filho
8/7/2012 – 14/6/2017



Pe. Augusto César Casimiro de Andrade
14/6/2017 até presente data

Aervo/ Igreja Nossa Senhora das Graças

Padres da Paróquia Nossa Senhora das Graças

dom Jorge, a transferência não aconteceu de imediato, pois era necessário um tempo para encontrar uma solução razoável, a fim de que a paróquia não ficasse sem a assistência de um padre. A questão logo foi resolvida com a aceitação dos padres da Paróquia Nossa Senhora da Candelária de assumirem a paróquia até que se nomeasse um novo vigário definitivo. No final de junho, foi nomeado como vigário substituto o padre Egídio Carlotto, que ficaria até 7 de julho do mesmo ano.

Em 21 de junho de 1956, padre Longino escreveu no livro de tombo a seguinte mensagem: “Ao separar-me desta Paróquia de que fui, por circunstâncias, fundador e lutador, quero oferecer os meus sacrifícios e esforços que tenho feito pelo bem deste povo que precisa tanto ser dirigido por mãos fortes e boas. Peça a Deus, por intercessão de Maria Santíssima, mãe de todas as graças, abençoar esta Paróquia que vou deixar no dia 25 de junho, com o coração sangrando de dor, mas em obediência ao meu superior. Continuarei a oferecer a Deus minhas orações diárias a fim de que a semente lançada cresça e fique uma árvore robusta, cheia de bons frutos de almas santificadas pela graça de Deus e pela intercessão de Maria Santíssima!”.

O padre espanhol Tomás Salvador Palácios assumiu a paróquia, com provisão de vigário substituto, no dia 7 de julho

de 1956 (até 14 de julho). Ele chegou acompanhado do padre José Caruso, vigário da Paróquia Nossa Senhora da Candelária e, nesta ocasião, delegado de dom Jorge Marcos de Oliveira, que não esteve presente por encontrar-se acamado com forte crise de sinusite, e do presidente da Federação das Congregações Marianas de Santo André, Benedito Buqui Ferreira.

No dia 15 de julho daquele ano, às 16h30, tomou posse como segundo vigário ecônomo o padre Tomás, em cerimônia presidida por dom Jorge Marcos de Oliveira. Estavam presentes os padres José Caruso, Egídio Carlotto, Lázaro Equini (vigário da Paróquia de São José da Vila Baeta Neves, de São Bernardo do Campo) e Carlos Fabrini (vigário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, de São Caetano do Sul).

Composta por 20 catequistas, no dia 14 de agosto de 1956, foi fundada a benemérita Irmandade da Associação da Doutrina Cristã. Em 31 de outubro, foi feita a consagração da Paróquia ao Imaculado Coração de Maria. O dia 23 de dezembro desse ano foi a data da fundação da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), com a presença de dom Jorge Marcos de Oliveira, que entregou o distintivo aos membros desses grupos.

No início de julho de 1957, padre Tomás se ausentou da

paróquia em viagem à Espanha para visitar seus pais e familiares, retornando em 7 de dezembro. Durante esse período, foi nomeado como vigário substituto o padre Vicente Mendes, que permaneceu até 20 de agosto, quando, por ordem de seu superior, teve de se ausentar. A partir daí a paróquia sofreu com a falta de um padre fixo, vindo um e outro por semana. O padre José Caruso, da Paróquia Nossa Senhora da Candelária, prontificou-se a colaborar na medida do possível.

Em 19 de março de 1958, dia consagrado a São José, a paróquia teve o privilégio de ver fundada uma associação verdadeiramente mariana e apostólica: a Legião de Maria. Nessa data, fundou-se o primeiro *praesidium* (núcleo de membros ativos da Legião de Maria), sob o título de *Medianeira de todas as graças*.

No ano seguinte, mais precisamente em 7 de setembro, foi fundado o *praesidium* sob a invocação de Nossa Senhora Tabernáculo do Altíssimo e outro, em 1º de outubro, sob a invocação de Nossa Senhora Porta do céu. Em 20 de setembro de 1959, assinalou-se a fundação da Irmandade do Santíssimo Sacramento. A cerimônia teve início com a bênção de um estandarte, doado pela família de Gentil Monte, e prosseguiu com a imposição das opas (vestes) a 22 membros, finalizando com a palavra do padre Tomás, que falou sobre o objetivo da irmandade.

O movimento espiritual da paróquia crescia graças à Legião de Maria, que não poupava sacrifícios em conseguir novos adeptos para trabalhar em prol da salvação das almas. Durante aquele ano, as obras da paróquia tiveram grande impulso com a construção do salão e da casa paroquial.

A primeira missa no novo salão paroquial foi celebrada no dia 10 de julho de 1960. Graças aos esforços dos paroquianos, o local acabara de ficar pronto. Em 31 de julho, um domingo, às 15h, houve crisma na paróquia, administrada por dom Jorge Marcos de Oliveira, com a participação de 1.030 pessoas. Ainda nesse ano, em 20 de novembro, teve lugar na paróquia o 1º Congresso Legionário da Cúria Auxiliadora de Santo André.

Em 30 de abril de 1961, realizou-se, mais uma vez, a crisma na paróquia. Em cerimônia administrada por dom Jorge Marcos de Oliveira, foram crismadas aproximadamente 1.100 pessoas. No dia 13 de maio daquele ano, dia consagrado a Nossa Senhora de Fátima, tivemos um acontecimento de grande importância: o desmembramento da Cúria Auxiliadora de Santo André – Legião de Maria – sendo instaurada uma cúria em São Caetano do Sul, cujas reuniões passam a se realizar nessa paróquia. A cúria recebeu o nome de Corredentora. Estiveram presentes membros



da diretoria do *Senatus*. Logo em seguida, em 28 de maio, por ocasião do encerramento do mês mariano, com coroação de Nossa Senhora e recepção de fitas da Pia União, houve a bênção da imagem do Sagrado Coração de Jesus, doada pela família Leandrini. Em 27 de setembro, pela primeira vez, a paróquia acolheu a imagem

peregrina de Nossa Senhora Aparecida, que chegou em procissão vinda da Paróquia Nossa Senhora da Candelária, e que permaneceu no local por oito dias.

Padre Tomás foi nomeado pároco amovível em 27 de dezembro de 1961. Vale destacar, ainda nesse período, a construção da casa paroquial sobre o salão



Flagrante de missa campal realizada no dia 13 de março de 1955, para a instalação canônica da Paróquia Nossa Senhora das Graças

paroquial, que, posteriormente, foram interditados pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por correrem risco de desabamento. Em setembro de 1962, triste e desanimado, padre Tomás deixou a paróquia e retornou com seus pais à Espanha.

Em 27 de setembro daquele ano, o padre Felix Dergam, do

Uruguai, foi nomeado vigário substituto. Permaneceu apenas até 8 de março de 1963, pois não se adaptou com a implicância e a difamação que lhe imputaram alguns membros da comunidade, que se arvoravam “donos da paróquia”.

Padre Ernesto Cozer tomou posse como terceiro vigário econômico em 14 de março de 1963, em cerimônia presidida pelo monsenhor José Benedito Antunes, substituto de dom Jorge Marcos de Oliveira.

Na década de 1960, já se faziam sentir os efeitos do Concílio Vaticano II. Os padres tiraram a batina e começaram a usar somente o *clergyman* (colarinho clerical). A missa que era celebrada em latim, passou a ser na língua vernácula. O sacerdote que ficava de costas para os fiéis, passou a celebrar de frente para o povo. Os leigos começaram a se envolver mais. No início, as pessoas estranhavam as mudanças, mas, aos poucos, foram se adaptando. Quando sua santidade o papa João XXIII disse que “ia abrir uma janela para o mundo”, certamente foi por inspiração do Espírito Santo, pelos frutos que a renovação se fez sentir. Ainda nessa década, a paróquia, muito pobre, contava apenas com uma pequena quermesse realizada durante todo o mês de junho para angariar fundos.

Padre Ernesto, com a devida permissão dos órgãos competentes, contratou engenheiros e



Arquivo/Igreja Nossa Senhora das Graças

Outros flagrantes de missa campal realizada no dia 13 de março de 1955. Na celebração, estiveram presentes congregações de diversas paróquias, além de personalidades como dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo diocesano de Santo André, cônego José Bibiano de Abreu, padre Frei José Caruso, vigário da Candelária, e Anacleto Campanella, prefeito, na época

Arquivo/Igreja Nossa Senhora das Graças



técnicos que estudaram a viabilidade de aproveitamento da obra interdita. Um novo ânimo tomou conta de todos e assim ficou decidido: não só recuperar o salão paroquial, como também construir uma igreja que atendesse às necessidades da comunidade.

Graças à boa amizade da comissão responsável pela construção da nova igreja com a alta direção da Cerâmica São Caetano, foi possível viabilizar o projeto da nova igreja, elaborado pelo arquiteto Ângelo Malta. As obras foram iniciadas no segundo semestre de 1968, sob responsabilidade técnica do engenheiro Valdemiro de Jesus Vilella. Ambos eram profissionais competentes e funcionários da Cerâmica São Caetano. Durante a construção, todas as celebrações eram realizadas no já restaurado salão paroquial.

Com dificuldades em angariar recursos, o projeto inicial sofreu modificações, ficando bem mais modesto em

relação à proposta original que concebia um templo maior que o atual, permitindo sua conclusão por volta de 1975. Graças ao empenho de padre Ernesto, que não mediu esforços para a realização do projeto, a nova igreja foi sendo construída paulatinamente, contrariando os interesses de alguns comerciantes, que queriam as obras no Largo da Figueira, bem próximo ao centro comercial da Rua Visconde de Inhaúma.

Para a inauguração da cúpula de concreto no presbitério, foi celebrada uma missa em ação de graças, com a participação maciça da comunidade. Naquele dia foi feita uma grande

Para a inauguração da cúpula de concreto no presbitério, foi celebrada uma missa em ação de graças, com a participação maciça da comunidade. Naquele dia foi feita uma grande coroa de hortênsias que foi levantada quase ao teto da cúpula, simbolizando a coroação de Nossa Senhora. A emoção do povo expressava-se em cada rosto.

coroa de hortênsias que foi levantada quase ao teto da cúpula, simbolizando a coroação de Nossa Senhora. A emoção do povo expressava-se em cada rosto.

Em 15 de fevereiro de 1966, foi criada a Paróquia São Bento com território desmembrado das paróquias Nossa Senhora da Candelária e Nossa Senhora das Graças.

Na década de 1980, com o incentivo de dom Cláudio Hummes, bispo diocesano, em visita pastoral à paróquia, houve mudanças significativas, dentre elas, a criação de um Conselho Pastoral Paroquial, que muito contribuiu com a vida da paróquia. Entre os movimentos que surgiram nessa época, se destacam o Encontro de Casais com Cristo, a Renovação Carismática Católica e a Pastoral do Dízimo. Também nesse período, a quermesse, que era realizada durante o mês de junho, passou para o mês de maio, com muito sucesso, pois não havia “concorrência” com as outras paróquias.

Outro fato marcante foi a vinda de alguns seminaristas religiosos do Sion, que muito contribuíram com a pastoral. Entre eles, o hoje padre Wagner Doriguette, que mais tarde ingressou na nossa diocese. Em sua passagem pela paróquia, acompanhou a catequese, implantando curso bíblico e de preparação para a crisma, e a liturgia, criando curso para ministro extraordinário da comunhão. Outro vocacionado que passou pela paróquia

e ficou fascinado pelo carisma franciscano foi o hoje frei Jorge Lázaro de Souza, que atualmente encontra-se em missão em Marrocos, na África.

Uma vocação que surgiu e cresceu na paróquia é dom Manuel Parrado Carral, hoje bispo diocesano de São Miguel Paulista. Foi nesta comunidade paroquial que recebeu o sacramento da crisma, foi catequista, congregado mariano e realizou seu discernimento vocacional.

No dia 12 de março de 2005, foi celebrado o Jubileu de Ouro da criação da paróquia, com a presença de alguns padres, além de autoridades civis do próprio município.

Após quase 50 anos na paróquia, padre Ernesto Cozer foi sucedido pelo padre Antônio Becker Ferreira (2011 – 2012). Com a ajuda da comunidade, reformou a casa paroquial, tornando-a independente do salão; restaurou algumas dependências da igreja; adaptou a secretaria paroquial em um novo espaço e destinou o local onde funcionava até então a secretaria para atendimento do pároco e confissões; organizou as coordenações de pastorais; dinamizou a Pastoral do Dízimo; e implantou as pastorais dos Coroinhas, da Caridade e a da Saúde.

Assumiu a paróquia, em 2012, o padre Antônio Guimarães do Couto Filho (2012 – 2017), também com suas propostas de organização e algu-

Igreja Nossa Senhora das Graças no ano de 1955. A construção foi iniciada em 1950, sendo concluída no final de 1952



Acervo/ Igreja Nossa Senhora das Graças



Fachada da igreja, em 1975. A construção foi iniciada no ano de 1968 e finalizada em 1975

mas mudanças. Surgem reformas tão necessárias no telhado da igreja e a construção do Centro de Pastoral Padre Ernesto Cozer, inaugurado no dia 10 de outubro de 2015. Implantou-se, também, na paróquia o Terço dos Homens, a Pastoral da Acolhida e a equipe de festa.

Em 14 de junho de 2017, assumiu o padre Augusto César Casimiro de Andrade, após 14 anos de serviços prestados à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, em São Bernardo do Campo. Contudo, seu ardor missionário continuava presente. Na nova paróquia, percebeu que muito podia contribuir.

Assim, reorganizou todas as pastorais, fazendo com que muitas outras surgissem. Reuniu o grupo de ministros e providenciou a formação de

novos para ajudá-lo em seu pastoreio. Após curso de formação, novos coroinhas e cerimoniários foram instituídos. O Grupo de Oração ganhou força novamente e teve suas reuniões frequentes estabelecidas às segundas-feiras. A Renovação Carismática assumiu novo dinamismo com as missas por cura e libertação. Também chegou o Cerco de Jericó, com missas presididas por diferentes padres, alguns até de outros estados.

Chegavam, a cada instante, novidades para a comunidade com o intuito de fazê-la crescer, cada dia mais, em fé e espiritualidade. Para tanto, criaram-se os cursos da Oficina de Oração e Vida. A catequese foi renovada, aplicando-se também aos adultos. O Centro de Pastoral tornou-se um local até pequeno para o grande número de encontros e reuniões, praticamente todos os dias. Implantou-se a Escola da Fé, a qual já está em seu terceiro ano. Mães que se encontram para rezar pelos filhos. Os retiros de jovens e de crismandos passaram a movimentar ainda mais a vida na paróquia. E, no final do ano de 2019, concluiu-se o primeiro curso preparatório para a Consagração a Nossa Senhora.

No entanto, padre Augusto trazia também o desejo de fazer da paróquia um lugar de espiritualidade, não só em cada um de seus membros, mas que ela fosse sentida nas paredes, no teto, na edificação do templo de Deus. Lembrando Ezequias, que “abriu as portas da casa de Deus e a restaurou” (I Cro. 29:3), ele buscou se reunir com a comunidade, membros do Conselho Paroquial de Pastoral (CPP) e do Conselho de Assuntos Econômicos Paroquiais (Caep) e, juntos, decidiram por uma grande e ousada obra. A Paróquia Nossa Senhora das Graças passaria por uma verdadeira “reconstrução” e o mais importante: sem deixar uma única semana sem a Santa Missa, sem o Cerco de Jericó, sem a Caminhada Quaresmal (que o padre Augusto também havia trazido para a comunidade).

As mudanças iam tornando-se visíveis. Realmente, foram meses de grande trabalho e de muito esforço, além de muitas atividades festivas, almoços e quermesses para conseguir levantar fundos para a destemida empreitada. Padre Augusto criou o informativo mensal da paróquia, cujo nome não podia ser outro: *Alegra-te*. Era um ano promissor, com a reformulação do CPP e do Caep e outra criação, a do brasão da paróquia

com a intenção de caracterizar e personalizar a igreja.

E, seguindo a tradição de uma família, podemos dizer que uma nova igreja ia nascendo sob e sobre os alicerces da primeira construção. Via-se uma filha trazendo a fisionomia da mãe em alguns detalhes e trazendo um novo rosto para a casa de Deus e, é claro, para a casa da Mãe, a Virgem Maria, a “Cheia de Graças”. E foi com as graças de Maria que estamos chegando ao final da grande obra.

Em meio à poeira e às paredes recém-lixadas, foram presididas missas por padres conhecidos da televisão, recebemos a visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que ficou por uma semana em nossa companhia, ou melhor, nós tivemos a honra de tê-La, no meio de nós, com missas diárias, em meio à reforma. Quantas presenças e quantos momentos para recordar!

Ao celebrarmos esses 65 anos da paróquia, contemplamos, na parte frontal da igreja, o magnífico vitral que retrata a Anunciação do Anjo e a grande torre, que eleva uma cruz que se avista ao longe. Ao adentrarmos à igreja, podemos ver a belíssima imagem de Jesus Cristo ressuscitado, que abraça a todos, e as imagens de Nossa Senhora das Graças e de São José, e podemos

dizer: “Senhor, nós reconstruímos a sua casa!”.

Na verdade, as obras não terminam. Há muito o que fazer por quem se reconhece filho e filha de Deus. “A messe é grande e os operários são poucos”. Isso é verdadeiro, porém é também verdade que juntos somos mais! Juntos, o amor de Deus nos torna mais fortes e mais fecundos.

Essa é a história que teve início no século passado, na qual tantas pessoas, homens e mulheres, trabalharam e deram testemunho de sua fé, corajosa e inabalável. No decorrer desses 65 anos, muitos fatos ocorridos não foram aqui relatados, mas estão escritos no livro da vida, segundo a visão de São João Evangelista narrada no livro do Apocalipse, capítulo 20:12, das sagradas escrituras.

Do retrospecto da história, conclui-se que a sabedoria está na perseverança... Aos contemporâneos e futuras gerações, fica a missão de responder por este período que agora se inicia. Ao evangelho, para o mundo melhor e na expectativa de voltar à morada eterna. ■

Padre Augusto César Casimiro de Andrade é pároco da Paróquia Nossa Senhora das Graças desde 14 de junho de 2017. Sua ordenação sacerdotal aconteceu na Basílica Menor de Nossa Senhora da Boa Viagem, em São Bernardo do Campo, no ano 2000. É bacharel e licenciado em Filosofia e Teologia.

Uma seção de jornal que agitou São Caetano

 Cristina Ortega



NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970, mais precisamente no ano de 1972, no auge da era da pacificação, das discotecas e do psicodelismo, dos movimentos de rebeldia da juventude, São Caetano do Sul era uma cidade simples, ainda um subúrbio industrial e boa parte de sua população era operária. Eu, como estudante da então Faculdade de Educação e Cultura do ABC, na Rua Amazonas, mesmo sendo moradora de São Paulo, pude frequentar um pouco do que a cidade oferecia, e cultivar algumas amizades.

São Caetano não era bonita, contava com poucos prédios e a própria Avenida Goiás não passava de uma rua estreita e movimentada. Nessa época, a juventude local, formada, em sua maioria, por universitários de diversas faculdades, frequentava bares e discotecas de São Paulo. Lembrou-me que lotávamos um fusca de um amigo e lá íamos procurar diversão em outros lugares.

Cabelos grandes, calças boca de sino, coletes de camurça com franjas, calças de cintura baixa com cintos largos, vestimentas no estilo *hippie*, assim era a moda da década de 1970. Época do *flower power*. Tempos de guerra no Vietnã, conflito que terminaria em 1975.

A música *Era um garoto, que como eu, amava os Beatles e os Rollings Stones*, versão nacional de sucesso italiano gravada pela banda *Os Incríveis*, virou um hino em prol da paz. Com o surgimento da *disco-music* aparecem as discotecas, com sua iluminação psicodélica, luz negra e globo de cristal. O rock progressivo nasce, trazendo destaques como Pink Floyd, Genesis... e com toda a força veio também Black Sabbath, Deep Purple, Led Zeppelin, Kiss, Aerosmith...

Foi uma década de mudanças na música mundial. No Brasil, a discoteca serviu de base para uma geração de ídolos populares, hoje tidos como cafonas, como Sidney Magal e Gretchen, que faziam muito sucesso e até hoje são lembrados com as mesmas músicas de mais de 40 anos.

As telenovelas cada vez mais caíam no gosto do público e, nesta década, muitos foram os sucessos de audiência, como *Pigmaleão 70* (1970), *Irmãos Coragem* (1970/1971), *O Cafona* (1971), *Selva de Pedra* (1972/1973), *O Bem Amado* (1973), *Gabriela* (1975) *Dancing Days* (1978/1979), e outras dezenas que fizeram o telespectador ficar preso em seus capítulos.

Falamos bastante sobre a década de 1970, pois foi neste período agitado que uma seção bem

irreverente ganhou destaque na imprensa local. Chamando atenção a começar pelo seu nome, Comissão de Observação da Vida Alheia, a C.O.V.A. foi publicada no *Jornal de São Caetano*.

Meu interesse foi despertado quando, durante as minhas pesquisas pelo periódico, justamente no ano de 1972, vejo uma coluna semanal com esse nome. Muitos leitores do *Jornal de São Caetano* devem se lembrar dela e assim voltar a algumas décadas atrás, relembutando nomes de amigos e causos que deram origem à seção. Os colunistas da C.O.V.A. não se identificavam, portanto ficamos sem saber os autores das matérias. A primeira publicação, da edição de 5 de fevereiro de 1972, apresentou-se da seguinte forma:

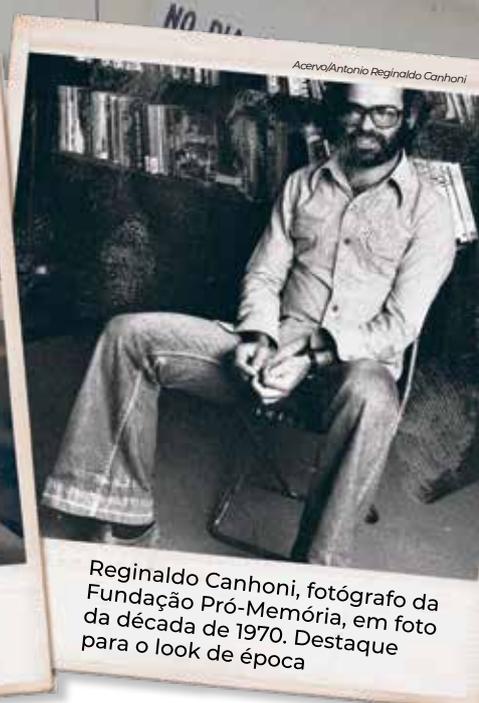
Iniciamos nesse período uma série de investigações sobre a vida alheia. Somos uma equipe destinada a comentar, criticar, fofocar tudo na vida cotidiana. Antes de mais nada, nos comprometemos a divulgar unicamente verdades, da mesma maneira que esperamos que os prejudicados tenham elevado espírito esportivo. Avisamos a todos os perigosos e perigosas de São Caetano a tomarem cuidado daqui por diante, pois temos 1000 olhos e centenas de repórteres. Daremos cobertura a todos os acontecimentos sociais, estaremos em escolas, bailes e clubes. Não faremos distinção de raça, cor, tamanho, sexo e camada social, todos terão direito a uma paulada.

A verdade é que os jovens leitores, muitas vezes protagonistas do assunto, não gostavam de ser lembrados, e muitas divergências acabaram surgindo! Por isso, a coluna durou apenas cinco meses, tendo sua última publicação sido feita no dia 1º de julho de 1972. Apesar de curto período, os textos da C.O.V.A. ilustram e nos ajudam a entender diversos aspectos da década de 1970.

Por meio da coluna, também podemos observar características da linguagem coloquial da época a partir do



Cristina Ortega, autora do texto, em foto de 1971, no centro de São Paulo, no estilo flower power



Reginaldo Canhoni, fotógrafo da Fundação Pró-Memória, em foto da década de 1970. Destaque para o look de época

Mustang solto por aí

O Mustang do REY, novamente circulando na praça. Para não faltar ao costume, sempre enfeitado com uma belíssima loirinha. Quem será??.

Jornal de São Caetano, 8 de abril de 1972

Amor-10, matemática-0

Muitas meninas gamadinhas pelo Professor de uma sagrada família. mas ele é durão e não Bottas as manguinhas de fora, apesar dos telegramas recebidos.

Jornal de São Caetano, 8 de abril de 1972

O Dante passando por mau bocado

O Dante tem que se cuidar daqui pra frente, e desta feita o cuidado está sendo levado para o campo do exagero o Meninão está estudando de manhã a tarde e à noite, também pudera, se este ano, ele levar "Bomba" poderá até ser afastado da Escola.

Jornal de São Caetano, 8 de abril de 1972

uso de gírias. Muitas delas caíram em desuso, mas outras encontram-se em uso até os dias de hoje.

A década de 1970 foi um período em que havia uma certa inocência entre os jovens. Os usos e costumes eram mais conservadores e até pela ausência da comunicação digital (smartphones, redes sociais, internet), as notícias e novidades circulavam mais lentamente.

Hoje, 50 anos depois, lembramos com nostalgia os bons momentos vividos, achando sempre que, apesar da modernidade, as coisas eram mais românticas e verdadeiras. ■

Time da Farmácia
No time da Farmácia joga todo mundo, menos farmacêuticos, jogu, pedreiro, servente, abridor de valistas vendedores, desempregados e etc. Isso é para os nobres leitores, terem uma imagem concreta o que é o time da farmácia.

Jornal de São Caetano, 20 de maio de 1972

Sanfona é a moda
As curiosidades sempre rondam a nossa cova, quem quiser contratar sanfoneiro especializado no gênero, procure. Lello já na Vila Oswaldo Cruz, dizem os entendidos que o moço está gastando a sanfona de tanto ensaiar, comentam também que os vizinhos estão fazendo abaixo assinado porque não gostam do gênero, o que que é isso vizinhos, até que já estamos em tempo de festas juninas.

Jornal de São Caetano, 29 de abril de 1972

Cristina Ortega é pedagoga e advogada. Atualmente é assessora de difusão cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, atuando na área de pesquisa, e membro de sua Comissão Editorial. É organizadora do livro *São Caetano em Crônicas*, editado em 2018 pela Fundação Pró-Memória.

ESCAMOSO

L.

o Douglas sumiu mesmo da praça e fugiu ao convívio dos amigos de outrora, depois que o pai passou a emprestar-lhe vez por outra, a chave do DODGE DART, com o dito também, é lógico. O nosso amigo Douglas deveria ter sempre em mente um provérbio celebre "não se esqueça dos amigos quando estiveres em ascensão para que eles não te esqueçam quando estiveres em decadência". Como se sabe, a única coisa imutável neste mundo é a Morte, o resto é passageiro e ilusório.

Jornal de São Caetano, 15 de abril de 1972

GÍRIAS COMUNS NA DÉCADA DE 1970

Ficou uma arara

Ficou bravo, irritado;

Estar na fossa

Estar muito triste por alguma coisa;

Ficar na cola

Ficar junto a alguém o tempo inteiro;

Pombas

Expressão de surpresa, indignação;

Maior barato

Excelente, legal;

Grilado

Desconfiado;

Dar tábua em alguém

Não cumprir com um compromisso marcado;

Chato de galocha

Pessoa chata, insuportável;

Careta

Pessoa conservadora;

Goiaba

Pessoa boba;

Barra limpa

Tudo certo;

Cafona

Fora de moda;

Quadrado

Conservador, fora da moda;

Caranga

Carro;

Manjar

Perceber alguma coisa;

Pão

Rapaz muito bonito, charmoso;

Pacas

Grande quantidade.

**Na frente do paço
tinha um obelisco.**



**Tinha um obelisco
na frente do paço...**

LOCALIZADO EM FRENTE ao então Paço Municipal, quando este ainda era localizado na Avenida Goiás, nº 600, o belo obelisco que vemos na foto marcou a paisagem urbana de São Caetano do Sul por pouco tempo, mas deve ter permanecido na memória de muitos.

As instalações da prefeitura, no local, foram inauguradas no dia 19 de março de 1961, durante a primeira gestão de Oswaldo Samuel Massei (1957 - 1961). O projeto foi assinado pelo arquiteto Zenon Lotufo e contemplava o grandioso monumento, que, infelizmente, foi demolido no início da década de 1970, para duplicação da Avenida Goiás. Ficam somente as memórias, e esta foto de 1967...

Na São Caetano de dona Zinha: reminiscências de uma vida no outono da memória

Rodrigo Marzano Munari

Dona Zinha Campanella com sua bisneta, Helena. Foto de 2016

Acerca/Pedro Roberto Campanella



EM UMA ENSOLARADA manhã de agosto de 2017, um sábado, encontrei-me com Helda Thereza Castello Campanella, geral e carinhosamente conhecida como dona Zinha, em seu apartamento no tradicional Edifício Di Thiene (situado na Rua Monte Alegre), onde residia há cerca de meio século. Meu intento

naquela ocasião era entrevistá-la tendo em vista sua atuação de tantos anos como integrante da Legião de Maria no Hospital São Caetano e, mais particularmente, na capela deste hospital, que foi objeto de minha pesquisa. Mas, como é comum acontecer nas entrevistas em que não se coloca embaraço ao fluir do livre curso das memórias do entrevistado, a narrativa estendeu-se e ramificou-se por outras sendas, extrapolando, em muito, o percurso inicialmente projetado.

A memória humana tem dessas coisas; nunca é, de fato, um simples “recordar”, mas é um *tornar presente*, uma experiência do *tempo presente*, um *agora*, que faz frescos e redivivos os fatos mais antigos e desbotados que se encontram n’algum recôndito lugarejo do cérebro. Com outras

palavras, é isso o que dona Zinha expressou ao falar acerca de sua privilegiada memória, que, embora já não fosse a mesma de alguns anos antes, ainda lhe permitiria, naquele mesmo sábado, encontrar-se *novamente* com tantos momentos já vividos ao longo dos seus 95 anos de idade: “O que precisa é a cabeça, viu? A cabeça judia da pessoa, porque é uma infelicidade muito grande você querer lembrar das coisas e não conseguir. Você querer falar de uma coisa que passou e você não conseguir, porque a cabeça não ajuda. Com a idade que eu tenho, eu ainda lembro de muita coisa. Lembro sim. É coisa passada, que nem a gente diz, é coisa passada; mas pra quem passou, não esquece. É sempre uma coisa nova, é uma coisa que passou, mas que você leva no coração.”



Final da Rua Santa Catarina, esquina com a Rua Baraldi, em foto de 1945. Nela vemos Santiago Del Rey com o seu neto, Carlos Del Rey. Ao fundo, a Igreja Matriz Sagrada Família e, em destaque à direita da foto, a casa que pertenceu à família Baraldi, assiduamente frequentada pela pequena Helda em sua infância

Em 1919, o historiador holandês Johan Huizinga publicou um livro que se tornaria um grande clássico da historiografia ocidental, com o sugestivo título de *Herfsttij der Middeleeuwen*. Sua tradução mais apropriada para o português, *O Outono da Idade Média*, expressa poeticamente o sentido que o autor quis imprimir à sua obra: não se tratava de um livro sobre o declínio de uma época, mas sobre “o fenecimento e o enrijecimento de uma civilização rica”. A estação outonal parece expressar algo que vai além da ideia de morte e desaparecimento; o outono, se prenuncia a queda, é também o auge, o ponto máximo da maturidade, com as suas fecundidades e contradições. “Uma árvore com frutos muito maduros, completamente desenvolvida”: tal era, para fazer uma comparação com o título da obra de Huizinga, o outono da memória de dona Zinha Campanella. Uma memória de uma vida que fenecia, em via de minguar e desaparecer, mas ainda rica em potencialidades. Sem o querer e sem o saber, a entrevista a mim concedida naquela manhã de agosto permitiu que essa senhora simpática e sorridente, quase centenária, *tornasse a viver* um pouco da sua infância e dos momentos que marcaram sua existência na cidade de São Caetano do Sul, onde ela nasceu e fez toda a sua história.

Helda Thereza Castello nasceu em 11 de maio de 1922 em uma casa da Rua Baraldi, na altura em que se entra na atual Praça Cardeal Arcoverde. “Eu nasci ali, fui criada um pouco mais pra cá, um pouco mais pra lá, mas não saí daquele pedaço”, narra a entre-

vistada. Essa ligação de nascença e de criação com o Centro de São Caetano marcaria toda a história de dona Zinha, de tal modo que chega a ocupar, no “cômputo” geral de suas lembranças, um lugar central e proeminente. Além de ter nascido naquela rua, ela também teve, por seus vínculos familiares, uma relação estreita com importantes membros da família que deu nome à via pública e tanto contribuiu para a conformação do centro urbano sul-são-caetanense, como hoje o conhecemos. São muitas as recordações da feliz infância e da meninice “muito livre”, segundo suas próprias palavras, entre as ruas de terra, os terrenos vazios e a enorme chácara dos Baraldi, repleta de árvores, cujos frutos eram acintosamente furtados por ela e seu ousado grupinho de amigas. Esse mesmo lugar que guarda tantas memórias de familiares e amigos também foi, contudo, o palco de um crime que chocou a sociedade da época. Alguns detalhes do macabro acontecimento ficaram registrados com nitidez em sua cabeça nonagenária.

Helda era filha de Bento João Freire Castello e Jacinta Corradi Castello. Ela conta que sua avó materna veio da Itália e seu avô da região do Tirol. Jacinta nasceu na Praça da Sé, em cujas proximidades sua mãe possuía um restaurante. Depois que este

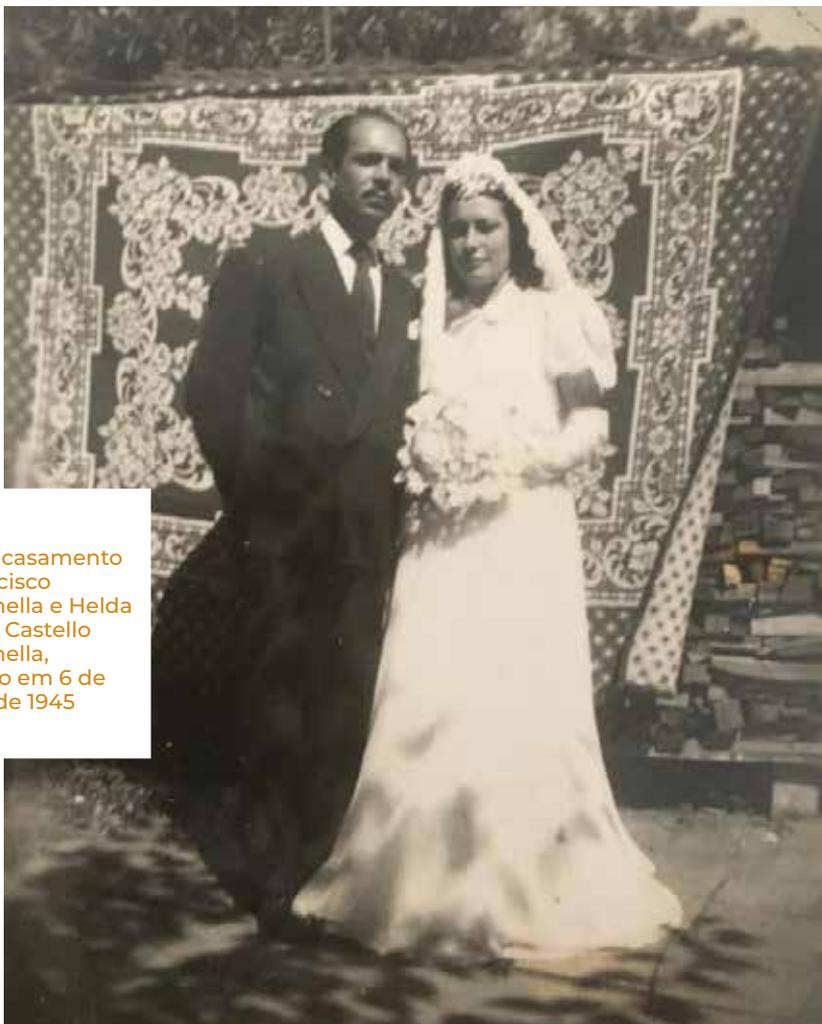


Foto de casamento de Francisco Campanella e Helda Thereza Castello Campanella, realizado em 6 de janeiro de 1945

Arquivo Pedro Roberto Campanella

estabelecimento foi vendido, a família foi estabelecer-se em São Bernardo, onde vivia de “vender queijo, leite, vinho, de Campinas a Santos; eles forneciam essas coisas”. Nessa cidade, conforme dona Zinha, sua avó criou seus 14 filhos e ali eles “fizeram suas vidas”. Tinham em São Bernardo uma extensa propriedade rural, que aos poucos iria se desfazendo com a passagem do carro irrefreável do progresso: “A Via Anchieta passou 25 metros no terreno que a minha mãe tinha. O oleoduto passou 12. Mas naquela época, nada tinha valor. Nós nunca fomos ricos, mas sempre tivemos o suficiente

para comer. Meu pai trabalhava perto da Estação da Luz, no Liceu de Artes e Ofícios. Eu nasci em São Caetano, as minhas irmãs nasceram no Alto da Serra. No Alto da Serra mamãe perdeu um filho antes que eu nascesse. Depois que eu nasci ela perdeu uma menina também. Então ela criou três mulheres. Mas nós todas trabalhamos. Minha mãe costurava pra fora e nós trabalhávamos na fábrica”.

Em São Caetano, nessa época um distrito de São Bernardo, estabeleceram-se em definitivo os pais de Helda, na atual região central da cidade, onde ela nasceu em 1922. Ali também

havia se estabelecido uma tia da menina, irmã de sua mãe, dona Santina Anna Corradi Baraldi, que se casara com Ernesto Félix Baraldi (neto do pioneiro da família, Luiz Baraldi, que chegara ao Núcleo Colonial de São Caetano com a segunda leva de imigrantes italianos, em 1878). Nas imediações da atual Igreja Matriz Sagrada Família, que ainda não existia na década de 1920, e da Praça Cardeal Arcoverde, que então era o quintal da enorme propriedade dos Baraldi, passou a pequena Helda sua infância em brincadeiras e folguedos infantis, convivendo com seus pais, irmãs, tios e primos: “Eu era uma moleca. (...) Eu fui uma criança livre, muito livre”. A menina vinha frequentemente à casa de seus tios Ernesto e “Ninha” para brincar com sua prima, que tinha tido uma paralisia no braço direito.

Ela não esconde que foi uma menina muito levada. Muitas vezes, durante a noite, Helda colocava dois dedos na boca e assoviava convocando sua turma, alguns amigos seus da vizinhança, para irem “roubar” as diferentes frutas que pendiam das muitas árvores da casa de seus tios. Sua tia, muito econômica e enérgica, não costumava oferecer as frutas tão cobiçadas, a não ser que já tivessem caído no chão. Seu tio, ao qual não passavam despercebidos os delitos da criançada, sempre perguntava: “Preta, você não viu quem foi

Ela não
esconde que foi
uma menina
muito levada.
Muitas vezes,
durante a noite,
Helda colocava
dois dedos na
boca e assoviava
convocando sua
turma, alguns
amigos seus da
vizinhança, para
irem “roubar” as
diferentes frutas
que pendiam
das muitas
árvores da casa
de seus tios.

que tirou as frutas? Eu respondia que não, mas o meu tio sabia que era a gente que pegava. E a gente comia, mas eu dizia pra ninguém mexer nas uvas, porque o meu tio fazia vinho em casa”. Era uma chácara imensa, cujos limites dona Zinha não conseguia precisar, pois englobava boa parte das ruas centrais da cidade, segundo outras fontes de que dispomos: ao tempo da colonização, a propriedade abrangia uma área compreendida pelas atuais ruas Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul, Senador Feijó, parte da Avenida Goiás, Manoel Coelho, São Caetano, Niterói, Amazonas e a própria Baraldi. Essas vias públicas foram abertas pelos Baraldi, à sua própria custa, e depois doadas ao então município de São Bernardo. De acordo com o *Álbum de São Bernardo*, de João Netto Caldeira, editado em 1937, além do seu palacete próprio, na Rua Baraldi, a família possuía mais de 40 prédios na cidade, muitos dos quais, como os terrenos, seriam vendidos ou alugados.

Dona Zinha Campanella, do alto dos seus 95 anos de idade, relembra com grande saudosismo os seus bons tempos de meninice, mas não pôde se conter ante uma lembrança tão inesquecível quanto terrível de sua juventude. Trata-se do infeliz acontecimento que vitimou seu tio Ernesto, em 1944, pelas mãos do próprio filho deste, Egydio Baraldi. Ela se lembrava

de alguns detalhes do ocorrido. Foi no dia de Natal, na hora do almoço. Sua prima, naquele dia, havia batizado um filho, que era neto de Ernesto. Egydio, no entanto, nunca deu ao pai a oportunidade de batizar um neto varão. Ele era um homem frustrado por nunca ter tido um filho homem. “Esse meu primo queria muito um filho homem”, relata dona Zinha. “E no primeiro parto de sua esposa veio uma mulher, no segundo parto, mulher, no terceiro parto, mulher, no quarto parto, mulher, no quinto parto... duas meninas!”. Além disso, ela também contava que Egydio era um homem violento, de hábitos reprováveis e pouco afeito ao trabalho, sempre brigando por causa de dinheiro. Mas ninguém da família poderia supor que ele estava prestes a cometer um ato criminoso e horrendo naquela manhã de Natal de 1944.

Na hora do almoço, de acordo com o relato de dona Zinha, Egydio levou um prato com salgadinhos à casa do pai. Quem abriu a porta foi a empregada que trabalhava na casa há muitos anos, dizendo: “Egydio, volta mais tarde, eles estão acabando de almoçar, vem mais tarde”. Esse era o portão da casa pela Rua Baraldi. Egydio então dirigiu-se para outro portão, onde hoje fica a praça, o qual estava aberto, e entrou chamando por Ernesto, que veio em sua direção. Foi quando o filho entregou-lhe

o prato e, com uma espécie de “foice”, cortou a garganta do pai, que caiu estirado no quintal. A mãe de Helda, dona Jacinta, ficou sabendo do ocorrido por intermédio de uma vizinha que veio à sua casa, então na Rua Manoel Coelho. A jovem Helda foi a primeira da família a ir até o lugar onde seu tio tinha sido assassinado. Ela se recorda de vê-lo no chão, tendo ao lado o relógio de bolso com corrente que portava, a fotografia de sua mãe, que não se virou, que ficou “de pé”... Foi certamente um trauma para a família e para toda a cidade, tendo em vista que o corpo ficou exposto por algumas horas ao olhar dos passantes. “São certas coisas que a gente passa na vida e não esquece nunca mais”, afirma dona Zinha.

De tudo que passou, ela assevera ter guardado com carinho as boas recordações de seus tios Ernesto e “Ninha”, que fizeram a generosa doação do terreno onde se construiu, na década de 1930, a nova Paróquia São Caetano (ou Matriz Nova, hoje Igreja Matriz Sagrada Família). Uma igreja que a menina Helda viu ser erguida e com a qual cresceu e amadureceu como mulher, à sombra dos padres Alexandre Grigolli e Ézio Gislimberti, com os quais tivera largo convívio e amizade. Sua criação familiar muito católica, desse modo, tem seu fundamento na religiosidade arraigada daqueles



Arquivo/Pedro Roberto Campanella

Francisco e Helda com seu filho Pedro, em foto do final da década de 1940

que despenderam grandes esforços para construir o templo que se ergue, sobranceiramente, na Praça Cardeal Arcoverde.

Uma pergunta não poderia faltar nessa entrevista. Por que, afinal, Helda Thereza tornou-se Zinha, a ponto de ser há muito conhecida na cidade apenas por essa última alcunha? Aqui é que entra a história de sua união com Francisco Campanella, irmão do ex-prefeito Anacleto Campanella. Antes de conhecer seu futuro marido, dona Zinha afirma ter conhecido Anacleto, quando este era ainda um “moleque” e trabalhava na Papelaria Ao Carioca, na Rua Santa Catarina, primeiro como empregado e, posteriormente, como proprietário. Quando falava do ex-prefeito

do município, ela fazia notar sua simplicidade, sua generosidade e seu espírito inquieto, sempre em busca de melhores negócios. Ainda solteira e muito jovem, Helda trabalhou em algumas importantes fábricas situadas no atual Centro de São Caetano, de onde não se apartou ao longo de toda a sua vida: na fábrica de botões dos irmãos Aliberti, que ficava na Rua Senador Vergueiro, e na Fábrica de Louças Adelinas, que ocupava, no centro urbano, uma enorme área de 80 mil metros quadrados, abrangendo 30 mil metros as suas edificações. Nessa última indústria, onde trabalhou por mais de nove anos, ela permaneceu até o tempo em que ficou grávida, já casada com Francisco.

Um dia, quando ainda namoravam, Chico lhe disse: “Nega, posso falar uma coisa pra você? Vamos cortar esse nome Tereza e deixar só Zinha, só o final?”. Dona Helda conta que sua sogra chamava-se Tereza, ou seja, também era chamada Terezinha. “Fazia confusão com o nome da minha sogra”, ela afirma. “Então eu falei: por mim, você pode me chamar do que você quiser, não me chamando de nome feio (risos). E ele começou: Zinha, Zinha, e você sabe que ninguém hoje me conhece pelo nome?”. Helda Thereza Castello casou-se com Francisco Campanella em 6 de janeiro de 1945. O filho único do casal é Pedro Roberto Campanella, casado com Cilene Pinesi. Este casal tem dois filhos: Michel Pinesi Campanella e Roberta Pinesi Campanella.

Dona Zinha enfatizou ter tido uma vida muito feliz ao lado de seu marido, com o qual viveu ao longo dos seus 37 anos de casamento, até que ficou viúva. Em suas próprias palavras: “Eu sempre fui uma criatura de bom humor. E isso faz mal pra muita gente, isso amola as outras pessoas. Mas eu não posso dizer nada, eu acho que tive uma vida gostosa, porque eu sempre saí, sempre me distraí, meu marido me levava pra todo lugar. Às vezes a gente saía daqui à noite pra ir tomar um sorvete em Santos. Você já pensou, que loucura? Ele falava: ‘Nega, vamos dar uma volta? Você

se veste, eu me visto, e nós vamos dar uma volta’. Às vezes ele ligava para alguns amigos e falava: ‘Vamos dançar no Binder?’. A paixão dele era pegar o carro, pôr aquelas músicas gostosas, amorosas, e sair para se distrair. Nós passávamos noites dançando. A turma me dizia que eu era louca, porque o meu marido tinha problema no coração, e por isso eu fui aprender a dirigir. Porque eu saía com ele, e se houvesse qualquer coisa eu passaria pra direção. Eu e o meu marido aproveitamos muito e eu cuidei dele até o fim. Ele morreu com 62 anos”.

Dona Zinha definiu a si mesma como uma mulher “sempre em movimento”. E boa parte de sua vida ela dedicou a trabalhos voluntários e a cuidar dos “outros”, sobretudo dos enfermos. No total, 43 anos. Foram 38 anos como legionária de Maria no Hospital São Caetano, aonde ia visitar os doentes de quarto em quarto, fazendo um momento de oração com os que desejassem, trazendo no rosto um sorriso e levando uma palavra de consolo. Ali, ela teve por companheiros constantes nesse trabalho incansável as Irmãs Clarissas Franciscanas e o padre Emílio Rubens Chasseraux, protagonista de lutas históricas em prol da justiça social no seio da igreja do ABC. Outros cinco anos ela trabalhou voluntariamente no Hospital Maria Braidó, dedicando-se a visitar apenas pessoas cancerosas.

Seu catolicismo arraigado nunca fez dela uma pessoa exclusivista ou preconceituosa, tornando-a, pelo contrário, uma mulher acessível e sempre disposta a acolher e respeitar os que pensavam de modo diferente: “Eu sou uma criatura que não vejo a cor, não vejo a religião, eu vejo a pessoa. Porque eu tenho amizade com todo o mundo, seja quem for. Eu vou tratar você bem, vou tratar aquele outro bem, qualquer pessoa. Em qualquer lugar aonde chego, eu sou sempre bem-vinda, porque não faço diferença. Você pode ser de outra religião, eu não vou dizer que não gosto de você. Eu falo pra pessoa: Você se sente bem onde você está? Então continue, meu filho, porque Deus é um só. Não é verdade?”.

Com essa filosofia de vida e um espírito sempre jovial, dona Zinha contribuiu para que muitas mulheres se sentissem dignas e úteis. Durante muito tempo atuante no Lions Clube de São Caetano do Sul (nas unidades Santa Paula e, posteriormente, Santa Maria), ela ajudou a organizar um “clube de mães” voltado ao oferecimento de diversas atividades a mulheres carentes: aulas de crochê, pintura, bordado, costura e outras oficinas artesanais. Nesse projeto ela atuou por 32 anos e já chegou a ter 25 mulheres para “olhar” ao mesmo tempo; isto é, pessoas cujas atividades gerenciava e com as quais

se sentava para bater papo, brincar, comer, rezar e compartilhar experiências edificantes. Por essas e outras dona Zinha já foi contemplada com algumas homenagens, dentre as quais as dos próprios clubes Lions e Rotary de São Caetano.

Essa vida de trabalho ela só interrompeu aos 90 anos de idade, embora prosseguisse com seus compromissos sociais e religiosos enquanto suas forças permitiram. Aos 95 anos, dona Zinha deixava um legado de obras e exemplos, dizendo-se muito satisfeita com a vida e com a família que construiu, falando com sua costumeira alegria sobre o filho, os netos e sua pequena e sabida bisneta, Helena.

“A minha vida foi uma vida gostosa. Eu gostava da minha vida como eu gosto até hoje! É a felicidade de uma mãe ver os filhos felizes. Eu fico feliz da vida. Eu sempre digo pro meu filho: filho, aproveita, aproveita o que você pode. Porque eu aproveitei até o último instante. Eu aproveitei.”

Dona Zinha Campanella faleceu em 30 de setembro de 2017, um mês após a realização dessa entrevista; durante a qual, quiçá pela última vez, ela foi capaz de resgatar e trazer à tona, para si mesma, alguns dos muitos motivos que fizeram sua vida valer a pena na cidade onde nasceu, viveu e construiu sua história. ■

Notas

¹ A Legião de Maria é uma associação de leigos católicos, sob a proteção e intercessão de Nossa Senhora e com aprovação da Igreja, que pela oração e pelo trabalho apostólico ativo destina-se à evangelização e à santificação dos homens, para a glória de Deus”. Cf. <https://www.legiaodemaria.org.br/o-que-e-a-legiao-de-maria>

² MUNARI, Rodrigo Marzano. História e memória de uma comunidade hospitalar: os 60 anos da Capela do Hospital São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 56, pp. 72-79, dez. 2017.

³ HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. Tradução: Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 6.

⁴ MEDICI, Ademir. Crônicas da rua Baraldi. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 3, pp. 36-39, jul. 1990, p. 36.

⁵ CALDEIRA, João Netto. *Album de São Bernardo*. “Familia Baraldi”. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul Bentivegna & Netto, 1937.

⁶ Ibidem. “Fábrica de Louças Adelinas”.

⁷ Tratava-se do Hotel e Restaurante Binder, em São Bernardo do Campo.

Rodrigo Marzano Munari

é historiador. Bacharel, licenciado e mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social. É autor do livro *Deputados e delegados do poder monárquico: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850)*, publicado pela Editora Intermeios em 2019. Membro da Comissão Pró-Memória Histórica da Diocese de Santo André e assessor de difusão cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, atuando na área de pesquisa.



Acervo/Pedro Roberto Campanella

Família reunida junto ao Monumento à Independência do Brasil, no Ipiranga (SP), em 1949. Acima estão os pais de Helda, Bento João Freire Castello e Jacinta Corradi Castello. Ao centro, as irmãs Argemira Castello Morselli, Helda Thereza Castello Campanella e Maria Delfino Castello. Abaixo, as crianças Maria Clara Morselli, Pedro Roberto Campanella e Eletra Castello Abamonte



Acervo/Pedro Roberto Campanella

Passeio de família na cidade de Aparecida, interior do Estado de São Paulo, no início da década de 1950. Ao fundo, destaca-se a Basílica Velha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Na foto estão Francisco e Helda, com seu filho Pedro, ao lado de Jacinta e Bento



Acervo/Pedro Roberto Campanella

Grupo de mulheres atuantes nas atividades sociais do Lions Clube Santa Paula, de São Caetano do Sul. Dona Zinha Campanella é a terceira, da esquerda para a direita

O primeiro hospital de São Caetano



O HOSPITAL BARTIRA foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1948. Idealizado pelo médico Antonio de Souza Voto, funcionava em um prédio na esquina das ruas Oswaldo Cruz e Marechal Deodoro, atual endereço do Centro Digital do Ensino Fundamental.

Com capacidade total de até 25 leitos, a unidade hospitalar contava ainda com duas salas de cirurgia, uma de esterilização e outra para curativos. A estrutura era moderna e oferecia também aparelho de raio-X, tenda para oxigênio e aparelho para aspiração.

Em função da inauguração do Hospital São Caetano, em 1954, que possuía infraestrutura mais completa para atender à população, o Bartira encerrou suas atividades em 1957. A imagem em destaque é de 1948. ■

A epidemia de varíola em São Caetano 1761-1762

José de Souza Martins

NO DIA 28 DE MARÇO DE 1761, nos registros do Mosteiro de São Bento, de São Paulo, consta uma primeira anotação sobre o início do que viria a ser uma epidemia de varíola em São Caetano. Tratavam-se de despesas com o tratamento de Bento, um trabalhador da fazenda beneditina, possivelmente um índio administrado, que havia contraído bexigas. Era o nome dado à doença, que se manifestava em surtos localizados, periódicos, no Brasil inteiro, caracterizada pelas erupções mutilantes na pele, especialmente no rosto.

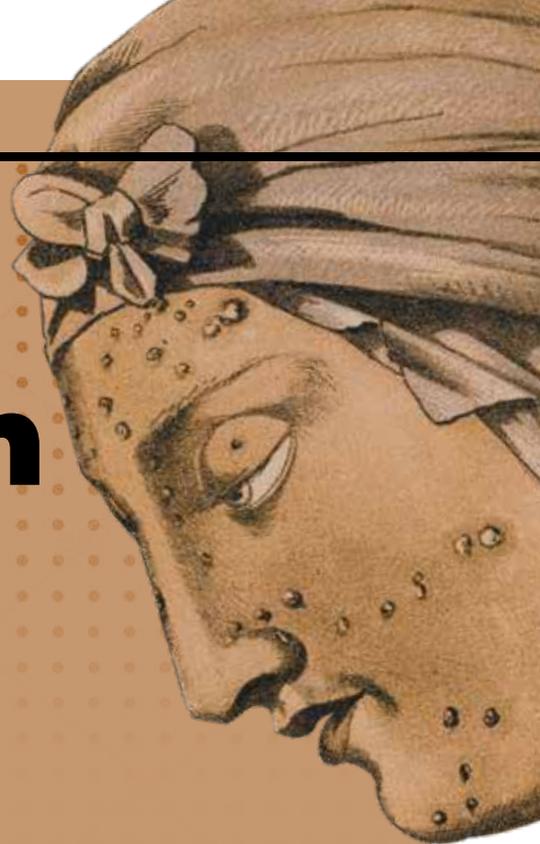
Na época, havia indefinição quanto ao nome a dar aos seus portadores. Em um edital de 1735, os membros da Câmara de São Paulo a eles se referem como “feridos de bexiga” e, mais adiante, “empesteados”¹. Alguns os definiam como bexigentos.

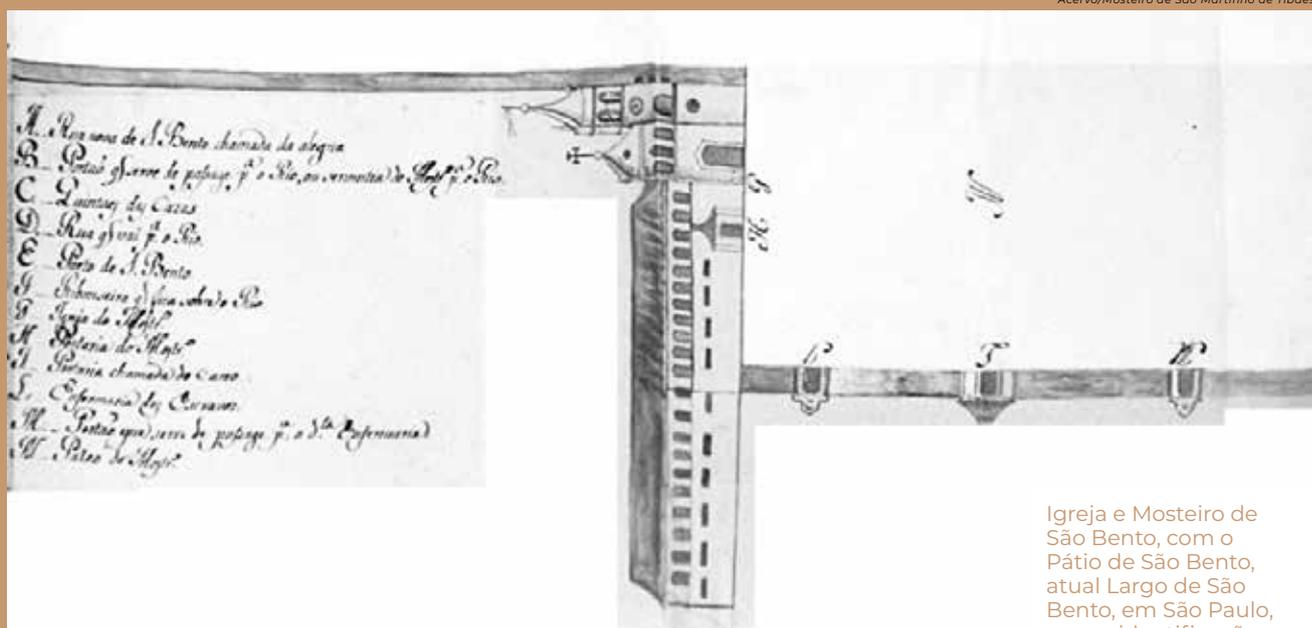
Era o tempo em que se supunha que os nomes dados para designar os portadores de doenças contagiosas, como o de leproso, capturavam o poder maléfico do contágio e sua mera aplicação já contagiava quem com ele fosse denominado. Chamar alguém são de lazarento, o nome do portador da doença de Lázaro, curado da lepra por Jesus Cristo, ou morfético, designação da vítima da morfeia, era o mesmo que

rogar-lhe a praga de que de lepra se contagiasse. Chamar alguém de “peste” subsiste ainda hoje como remanescente do que já foi xingamento e praga, atributo de alguém que amedronta porque contagia e de quem se quer distância.

Na epidemia em São Caetano, que durou de 1761 a 1762, os monges se referiram a cada doente nominalmente e como “doente de bexigas”, para a época, uma forma respeitosa e já não preconceituosa de designação do enfermo, relativa à doença e não ao seu portador, como seria o caso de bexiguento. Nessa definição, significativamente, o contagiado não era um empesteadado, degradado pela doença. Apenas estava doente, era uma condição. Um grande avanço na interpretação social das enfermidades, ao separar o doente da doença, temporária e passageira. Na linguagem, a compaixão pode se manifestar no cuidado de uso de palavras que diferem das do vulgo.

Nessa pequena distinção, a evidência de uma enorme diferença de mentalidade na definição e no trato das pessoas enfermas de mal contagioso. Algo bem próximo da concepção moderna de





Igreja e Mosteiro de São Bento, com o Pátio de São Bento, atual Largo de São Bento, em São Paulo, com a identificação da enfermaria dos escravos, em 1784

doença. Enquanto a maioria de então usava designações impessoais estigmatizadoras e preconceituosas para definir a vítima do contágio, como se a enfermidade fosse um atributo negativo da pessoa, um defeito pessoal.

Na concepção da doença, de 1735, mesmo quem falecia, vitimado pela varíola, mantinha o estigma pelo pavor que causava. Por isso, a Câmara paulistana decidiu “que não se fizessem enterros públicos dos que morrem do dito contágio, por evitar a multiplicação da peste, e que seriam tais defuntos enterrados de noite...”². De certo modo, para que não fossem sequer vistos, pois eram tempos de sepultamento em rede ou em caixão emprestado de irmandades religiosas.

A compreensão sociológica do desdobramento da doença em São

Caetano depende de se rastrear o caso de Bento e de se detalhar outros casos da ocasião. Os modos como a doença foi socialmente interpretada e os doentes foram socialmente vistos dependem das revelações do que aquela sociedade era e ela própria fazia nos conceitos e designações que adotava. O que se pode fazer com base nos documentos disponíveis, que não foram escritos, propriamente, para interpretar o modo de ser da sociedade. No entanto, esses pequenos indícios documentam o que ela era, o modo como se pensava e se definia.

As informações dispersas e fragmentárias dos documentos da época revelam, até na caligrafia, a mentalidade do tempo, que nos diz o entendimento que as pessoas tinham do que eram e do que acontecia, como no caso da epidemia.

É de 21 de março de 1772 o primeiro documento dos beneditinos de São Paulo em caligrafia moderna, mesmo que mantendo alguns adornos barrocos da caligrafia adotada desde o século 17. Agora, uma escrita dominada por uma clareza racional tanto no talhe quanto no uso dos sinais gráficos, como a vírgula, o ponto e o til. E também no emprego mais seletivo das maiúsculas, ainda que conservassem, em alguns casos, a função de acento tônico nas palavras que nesses escritos as contêm.

Clareza que se manifesta no modo de interpretar situações e ocorrências, como a epidemia, que, nos escritos dos monges, eram concebidas e narradas em claro distanciamento em relação ao que pressupunha a linguagem vulgar. Convém lembrar que essa parti-

cularidade se devia ao fato de que esses documentos eram destinados à casa mãe dos beneditinos em Portugal, o Mosteiro de São Martinho de Tibães.

Eram, portanto, narrativas para ser compartilhadas e compreendidas na linguagem de lá. O que explica a abundância de detalhes daquilo que era descrito. O objetivo dos documentos era o de permitir que os monges de lá não só soubessem o que aqui ocorria e o que aqui se fazia, mas também “vissem” o que fora feito. A linguagem tinha de descrever, explicar e dar a ver o exposto.

Os livros dos Estados dos Abades contêm descrições de grande erudição, o que, particularmente, pode ser observado nas relativas à reforma e ampliação da Capela de São Caetano ou a de São Bernardo, ou em obras do mosteiro e de sua igreja, com detalhes técnicos de especialista e conhecedor de arquitetura e arte. O que era a linguagem própria para definir a sacralidade do templo. A fé expressa na força simbólica da obra de arte. São narrativas pictóricas, até mais que pinturas pelos detalhes relativos também à sugestão dos aromas das flores dos jardins que cercavam a Capela de São Caetano.

É preciso identificar, nos fatos registrados, os nexos explícitos e os ocultos em situações e ocorrências residuais, que são meramente indiciais em relação ao que era propriamente a realidade. É o que fa-

rei aqui. A epidemia como referência documental reveladora do que era a pequena sociedade que vivia na Fazenda de São Caetano e no bairro paulistano do mesmo nome no século 18, no qual a fazenda se situava.

As epidemias viraram as sociedades pelo avesso. São historicamente reveladoras. Põem em evidência seus aspectos menos notados. Uma epidemia como esta, descrita e analisada

As epidemias sempre revelam o que são as sociedades em que ocorrem. Forçam-nas a mostrar o invisível e a dizer o indizível do que são. O que não é transparente nem é consciente no cotidiano (...)

agora, mais de dois séculos e meio depois de sua ocorrência, por suas conexões de sentido, mostra características de nossa sociedade colonial que não são normalmente reconhecidas e interpretadas quando vistas na perspectiva dos grandes processos históricos, distantes do cotidiano, os que marcaram época.

Neste caso, o cerne oculto das revelações, porque banais e cotidianas, pois inconscientemente sabido de todos, mas não compreendido, é relativo ao vivencial

do caráter estamental da sociedade da época, baseada em direitos e privações de nascimento. Completamente diferente da que conhecemos hoje, caracterizada pela centralidade do dinheiro na motivação das pessoas e pela mobilidade social, independente da condição em que a pessoa nasce.

As epidemias sempre revelam o que são as sociedades em que ocorrem. Forçam-nas a mostrar o invisível e a dizer o indizível do que são. O que não é transparente nem é consciente no cotidiano, não só no momento da ocorrência. Mas o que são em suas estruturas sociais profundas e, ao mesmo tempo, a mentalidade que as caracteriza, os modos de agir de seus membros, os de motivação não explícita, mesmo que não percebiam, o que para eles é sua consciência da condição humana, do que é nelas a diversidade social.

Outras anotações, relativas às despesas com Bento, ao longo de um período de 12 anos, falam não só de sua saúde, mas também de traços de sua biografia. Em 10 de fevereiro de 1763, ficamos sabendo que era rapaz. E, em 22 de abril do mesmo ano, que era oleiro.

Provavelmente, por isso, era tratado com algum mimo. A fábrica de produtos cerâmicos da Fazenda de São Caetano, cujo primeiro forno foi construído em 1730, e que tinha, agora, três fornos, um deles para louça vidrada, era uma das principais fontes de renda do mos-

teiro. Das quatro fazendas beneditinas no subúrbio de São Paulo, a de São Caetano era, por isso, muito mais próspera que as outras. O que explica as grandes obras nela feitas na segunda metade do século 18, quando o brejo que é hoje o centro da cidade foi drenado, quando os edifícios e a paisagem foram transformados e adquiriram o estilo da época, de fim do barroco. Especialmente a igreja, a casa de vivenda, os jardins. Nos escritos beneditinos relativos a São Caetano fala-se em “riscos à moderna”, especialmente nas delicadas obras da igreja.

O oleiro, como se vê nos documentos do mosteiro, era o especialista na produção de louça. Recebia pagamento pelo número de peças fabricadas, o chamado salário por peça. Bento, por ser ainda rapaz, estava a caminho dessa posição social, a representada pelo salário e sua lógica laboral moderna.

A importância da profissão ficou clara quando os monges decidiram contratar um mestre oleiro para ensinar a arte da cerâmica a jovens da fazenda. Compreende-se, pois, que a saúde de Bento, durante anos, tenha sido motivo de cuidados. Diferentemente dos escravos propriamente ditos, em casos como esse, o bem valioso não era a pessoa, o portador da força de trabalho físico, mas o seu saber. Um escravo podia ser substituído, podia ser comprado. Um oficial de profissão, não. Tinha de ser formado e tinha custo e tomava muito tempo.

Um item desses cuidados, em relação aos que na fazenda se ocupavam de funções valorizadas, era o do vestuário. Normalmente, as vestimentas para os escravos e índios administrados eram compradas para todos, quatro ou cinco vezes durante o período de governo de cada abade, no geral de três anos. Vinham sob a rubrica de “Provimentos”. Mas havia os que recebiam a atenção de compras especiais, fora dessa rotina, conforme sua categoria social.

O feitor dos escravos, o mestre ferreiro Marcos Bueno da Conceição, que recebia salário, era frequente na obtenção de roupas, comidas e bebidas. É compreensível que, em suas requisições de roupas ao padre gastador, fosse cuidadoso quanto a trajas que o diferenciassem dos negros e dos índios, embora fosse ele próprio um índio administrado. Ainda que apenas recentemente emancipado pela extensão ao Brasil dos efeitos do chamado Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão.³

Nisso, expressava como queria ser visto. Sua presença na lista da população do Bairro de São Caetano, de 1765, documenta que era casado com Luzia de Siqueira, pelo sobrenome dela, provavelmente, branca ou mameluca. O fato de constar da listagem da população do bairro é uma significativa indicação de que, formalmente, não era considerado um agregado da fazenda. Tinha seu próprio fogo,

isto é, sua casa. Tornara-se um membro da comunidade caipira, que era o bairro.

Pelo censo, se vê que estava com 35 anos de idade e que não tinha cabedais. Portanto, ostentava com base apenas no privilégio de sua função. Privilégio de estamento superior ao do seu nascimento, sem a contrapartida das condições materiais respectivas.

O que se confirmará, na dúvida involuntariamente por ele mesmo suscitada, quando pleiteou receber do mosteiro determinada quantia pela venda ao abade de uma partida de farinha que produzira em sua roça, em uma ilha arrendada dos beneditinos, no atual Rio dos Meninos, em São Caetano. O religioso entendia que Marcos já estava pago. Além de ser de condição servil, por seu salário de feitor dos cativos.

Marcos foi também acusado de se apropriar do couro de bois que morreram atolados no brejo do Tijucuçu, caso em que estaria em débito com o mosteiro. Mas isso era extensão de uma tradição, que ainda perdura no Brasil inteiro, a de que animal morto no pasto por picada de cobra ou por ter pastado erva venenosa perde sua utilidade ao dono. Pertence, pois, aos pobres, que lhe aproveitam a carne, menos as vísceras, onde se deposita o veneno.

O pleito foi decidido a seu favor porque a condição de arrendatário fazia com que fosse reconhecido

tacitamente como igual ao monge livre que com ele contratara o arrendamento da terra. Contrato é diferente de trato e só pode ser estabelecido entre pessoas juridicamente iguais. Envolve reciprocidade igualitária⁴.

Nesse sentido, no episódio em questão, era uma igualdade parcial e limitada porque não cobria todos os âmbitos da vida de Marcos: ele era um índio administrado, não dotado de igualdade plena. Era assalariado, enquanto feitor dos escravos. E, finalmente, colono pelo arrendamento da ilha em que produzia mandioca e farinha de mandioca.

Na divisão do trabalho, que na tríplice condição vivenciava, as funções produtivas e laborais decorriam dessas três diferentes personificações que, naquele momento da história social brasileira, e sua singular particularidade em São Caetano, eram realizadas por atribuições de posições sociais estamentalmente diferentes e inconciliáveis. Uma não se reduzia à outra, pois pressupunham lógicas e valores de relacionamento social que eram de afastamento e de interdição. Embora cada um nessa situação, como o mestre Marcos, desenvolvesse esquemas de acomodação da identidade tripartida.

Desde o século 16, o que mais distinguia, no Brasil, uma pessoa de qualidade, como se dizia, de uma pessoa comum, era o uso de calçado. As pessoas de qualidade não pisavam no chão com os próprios pés. Ou eram carregadas

em rede, ou em cadeirinhas, ou andavam a cavalo ou, na pior das hipóteses, calçadas. Já os ínfimos podiam até andar vestidos com algum apuro, como se vê em gravuras da época. Mas descalços. Mestre Marcos Bueno da Conceição nunca pediu calçados ao padre-gastador e nunca os recebeu.

No regime escravista brasileiro, as diferentes funções da divisão social do trabalho eram desempenhadas por pessoas distribuídas em uma gradação que ia do escravo ao livre, isto é, combinação de temporalidades históricas socialmente desconstruídas e opostas. Na realidade social de uma mesma fazenda, essa diversidade pode ser constatada na variada documentação disponível.

No caso presente, de São Caetano, essa gradação aparece exacerbada ao se realizar em uma única pessoa, o que mostra que a personalidade de mestre Marcos e sua concepção de si mesmo combinavam a contradição de tempos que histórica e cronologicamente se distribuiriam pelo período de mais de um século. A reivindicação que fez e a decisão favorável que lhe deu o abade são expressões de uma consciência social, personificada tanto pelo servo quanto pelo monge, que antecipa a sociedade possível que, entre nós, estava nascendo, lentamente, mais de um século antes de explodir no movimento abolicionista e na abolição da escravatura de 1888, e que, na Ordem de São Bento, se consumou no ato de libertação de

todos os seus escravos, no Brasil, 17 anos antes da Lei Áurea.

Essa manifestação historicamente inovativa, explica-se: São Caetano foi, nos séculos 18 e 19, durante 141 anos, desde 1730 até a libertação beneditina dos escravos em 1871, uma fazenda industrial, em boa parte administrada com base na racionalidade necessária do que é próprio da indústria, e dotada de um sistema econômico de produção e transporte fluvial regular dos produtos para um depósito situado no Porto Geral de São Bento, no Rio Tamanduateí.

O caso de Marcos mostra que, não obstante a desigualdade decorrente do seu nascimento, relembrando que ele era um índio, o sistema estamental continha brechas que se manifestavam na margem da sociedade, margem social e margem espacial, como era o caso dele e da Fazenda e Bairro de São Caetano no século 18, onde ele vivia. Cenário em que o reduzido número de pessoas, como ele e Bento, em situação excepcional, fazia um contraste mais intenso com a realidade dominante.

E, com mais intensidade, expunham a importância da manipulação de impressões, pelo próprio subalterno, através dos signos de diferença social e de status, fortemente presentes na consciência de todos. Desse modo, desconstruindo o sistema simbólico do antigo regime, expondo-lhe as entranhas contraditórias e nelas os indícios de uma nova sociedade, que já nascia muito antes do tempo que lhe seria próprio.

O desconforto do mestre Marcos, em face das incongruências de status que o dividiam, expressava-se nas frequentes solicitações de antecipação salarial, sob a forma de bens de consumo que, em relação a ele, definiam um modo de vida próprio de uma sociedade que ainda não existia para todos.

Bento também teve algumas regalias desse tipo. “Três varas de algodão para camisa”, em 21 de março de 1762; uma galinha, em 10 de fevereiro de 1763; outra galinha, em 22 de abril de 1763; e carne, em 21 de outubro de 1767.

Aparentemente, era doentio. Em 9 de outubro de 1763, recebeu “aguardente para remédio”, e, no dia 17 de janeiro de 1764, “aguardente para mezinha”, medicação caseira, geralmente preparada com ervas. Em 4 de julho de 1771, foi-lhe comprado um quartilho de aguardente do reino e gengibre para tratamento porque estava estuporado. Um mês depois, outro quartilho de aguardente do reino “para as esfregações do Bento, estuporado”, ou seja, entorpecido, paralisado.

É possível, mas não necessariamente provável, que o estupor de Bento fosse saturnismo, decorrente de sua profissão de oleiro. O entorpecimento é um dos sintomas. Em São Caetano, o oleiro fabricava louça vidrada. A vitrificação era feita com chumbo, trazido do Rio de Janeiro, como se vê em várias anotações do padre gastador, em 1760, 1762 e 1768. Na fazenda, o barro da louça era coado em

A varíola não era novidade em São Paulo. Em toda a primeira metade daquele século ela se tornara o terror da população.

tecido de linhagem. O chumbo derretido para o preparo do revestimento também era coado, cujos vapores podem ter sido a causa de sua doença. Tudo indica, pois, que a doença de Bento era, na época, uma rara enfermidade industrial. Na São Paulo do século 18!

Três dias depois do registro sobre a varíola de Bento, em 1º de abril de 1761, o feitor dos escravos, o mencionado mestre Marcos Bueno da Conceição, com 31 anos de idade, também havia contraído varíola. Foi quando o padre-gastador dispendeu 680 réis em galinhas e açafrão para ele, porque “está com bexigas”.⁵

No dia 7 de abril, novas compras foram feitas para o feitor: meia medida de aguardente de cana e galinhas. A aguardente tanto era medicinal quanto era bebida recreativa. Em São Caetano, aparece

com frequência como medicamento e, muitas vezes, para combater a friagem, tanto do trabalho dos canoeiros no rio quanto do trabalho no brejo, do que restava do antigo Tijucuçu. No dia 14 de abril, outra galinha foi comprada para Bento, que ainda estava enfermo.

Durante 12 anos, diferentes referências a Bento, não só em relação a questões de saúde, constarão dos registros do padre-gastador. A mais antiga é de 15 de outubro de 1759, quando foi comprada uma esteira para ele. Esteira era a cama dos escravos e dos índios administrados.

A terapia alimentar é a única indicação que se tem sobre a duração da convalescença das vítimas da varíola na localidade. A de Bento durou pouco mais de 15 dias. E a de Marcos durou cerca de uma semana.

Sem indicação da enfermidade, ainda em 1761, no dia 10 de outubro, há o registro de compra de “galinhas para os doentes de São Caetano”, umas quatro. E no dia 19, há a compra de “meia medida de aguardente de cana para os doentes de São Caetano”.

Quase um ano depois, novos casos de varíola ocorreram na localidade. No dia 16 de fevereiro de 1762, foram comprados frangos para Isabel. E no dia 3 de março foi comprada uma galinha “para o José, filho de Bernardo, em São Caetano, doente de bexigas”. No dia 15 de março, ainda são compradas duas galinhas para José, o que sugere que permaneceu de resguardo durante duas semanas.

No alto da colina, a igreja atual, de 1900, de Nossa Senhora do Ó. No sopé, à margem direita do Rio Tietê, o provável local em que atracaram, em 1763, as canoas da romaria da gente de São Caetano. Possivelmente, as chamadas canoas grandes, de dez metros de comprimento



A terapêutica alimentar, não só no caso da varíola, se dava por meio do que era então definido, como ainda hoje, como alimentação leve. No caso de Bento, recebeu ele pão e açafão. Marcos recebeu galinhas e açafão. O açafão era e ainda é usado tanto como tempero de alimentos quanto como remédio em várias enfermidades. Um de seus empregos é como anti-inflamatório.

A carne de frango ou de galinha era considerada o alimento terapêutico por excelência. As escravas de São Caetano e de São Bernardo, quando pariam, invariavelmente recebiam galinha no pacote que

incluía baeta (pano de lã felpudo) para a fralda do bebê e aguardente para uso medicinal.

Em toda a história documentada da São Caetano colonial, há um único registro de um modo de preparar a carne de frango, quando o padre-gastador anotou em seu Livro da Mordomia, em um sábado, dia 16 de junho de 1769, a despesa de quatro vinténs na compra de “lenha para se moquear uma pouca de carne de frango”. No apogeu do barroco em São Caetano e no limiar da modernização da fazenda, que ocorreu na segunda metade do século 18, ainda se usava uma técnica indígena para preparação local de alimento!

Pelo que ficou nos costumes da população, até hoje, quanto ao modo de preparação terapêutica da carne de frango ou de galinha, não é provável que fosse esse o modo nos casos de doença. Além do que nos registros de envio de alimentos para São Caetano, quando aqui se hospedava o abade ou outras pessoas ilustres, e se enviava frango para as refeições, também se enviavam adubos, isto é, temperos de sabores, o que descarta a refeição de carne moqueada para as pessoas de condição e os doentes.

Na documentação de São Caetano e do mosteiro, sobre escravos

e índios administrados, vê-se claramente que as carnes eram alimentos considerados medicinais, cuja função terapêutica era regulada por uma escala que tinha na carne de porco o indicador negativo. Na última semana de outubro de 1772, diversos alimentos de dieta foram comprados para as refeições de um dos monges, frei Felisberto Antônio da Conceição. No dia 31, sábado, o padre-gastador dispendeu 240 réis, na compra de “galinhas para o Frei Felisberto por não comer carne de porco, por doente”.

A carne de porco era, e ainda é, nas pequenas localidades rurais do interior do país, uma das carnes consideradas reimosas, uma carne que causa ou agrava doenças ou estados de saúde popularmente considerados mórbidos, como o período da menstruação, o pós-parto, e outras situações tidas como de enfermidade, segundo a tradição.

Aos enfermos pobres, mesmo os escravos, usualmente se recomendavam como terapêuticos alguns alimentos corriqueiros na dieta das pessoas de qualidade, como eram chamadas as do estamento superior da sociedade de então. Além da carne de frango, era o caso do açúcar e da aguardente do reino. Era também o caso do pão, alimento que, na história da Fazenda de São Caetano e na da Fazenda de São Bernardo, aparece regularmente à mesa do abade e dos hóspedes de distinção. Tudo isso anotado minu-

ciosamente em registros que cobrem o período de um século, do fim do século 17 ao término do século 18, com alguns momentos de interrupção das informações.

Uma boa indicação da consciência social de que os subalternos e cativos recebiam como alimentação regular e cotidiana, quando saudios, menos do que careciam ou alimentos menos nutritivos do que o necessário. O adequado estava, justamente, nos alimentos utilizados como terapia. Davam-lhes, então, ingredientes do mesmo tipo de comida de que se nutriam cotidianamente as pessoas de qualidade.

Adoeciam porque supostamente lhes faltava o alimento apropriado. Mesmo que fosse essa uma modalidade de tratamento decorrente de concepção de doença bem diferente da de hoje. O resguardo do puerpério era tratado como doença. Algumas indisposições já indicavam a proximidade da doença, quando medicação preventiva, como a aguardente, era fornecida ao indisposto ou como preventivo da indisposição.

O registro de que um negro ou um índio, sobretudo do sexo masculino, havia recebido um alimento que não fosse farinha, feijão ou milho, nesse período, era indicação de que se tratava de um enfermo.

A varíola não era novidade em São Paulo. Em toda a primeira metade daquele século ela se tornara o terror da população. Desde o século 16, milhares de pessoas morreram

no Brasil por ela contaminadas. A vacina ainda não existia. Seria empregada, pela primeira vez, por Edward Jenner, em 1796, na Inglaterra, após 20 anos de pesquisa. Ele notara que as mulheres que ordenhavam as vacas não contraíam varíola. Viu que no úbere dos animais havia pequenas pústulas semelhantes às bexigas da varíola. O pus ali contido vacinava espontaneamente as ordenhadeiras.

Aqui já havia a prática da quarentena⁶. Para abrigo preventivo dos escravos africanos que começaram a chegar a São Paulo, no século 18, a cidade teve lugares de quarentena nos Meninos⁷, provavelmente nos Meninos Velhos, no então Bairro de São Caetano, na margem direita do rio, no caminho que vinha de Santos, atual Estrada das Lágrimas⁸. Aproximadamente, entre o atual Rio dos Meninos, a antiga estrada da Boa Vista, que ainda conserva o nome que tinha há 250 anos, no atual Bairro Nova Gerty, e o Rio Itinga, atual Tingá, que atravessa a área em que se localiza o paço municipal e os terrenos da antiga Cerâmica São Caetano. No século 19, o nome Meninos passará para a margem esquerda do rio. Houve casas para quarentena também no Lavapés e no Moiminho Velho, vizinho ao Bairro de São Caetano⁹, antes da entrada na cidade de São Paulo.

Outros lugares, nos arrabaldes, como constatou Nuto Sant’Anna, foram preparados para quarentena dos bexigentos, como eram defi-

nidos: na Tabatinguera, antiga via de acesso ao Tijuçu e São Caetano, à margem do Rio Tamanduaté, e no Pacaembu.

Nessas localizações sanitárias, esboça-se uma espacialidade paulistana. Cidade era o centro propriamente dito, ao redor do Largo da Sé e do Pátio do Colégio. Além dessa área restrita ficavam os arrabaldes. Ainda no século 19, o que é hoje a Rua Líbero Badaró e o Largo da Liberdade eram arrabaldes, o quase urbano. Desde o século 18, São Caetano era definido como subúrbio, o quase rural. Eram gradações da territorialidade urbana que se difundiram entre nós nos anos setecentos.

Já havia uma certa consciência de que a varíola e outras doenças contagiosas decorriam do contato de pessoas sadias com pessoas portadoras da doença, com o tempo definida como contagiosas. Daí que se tenha aplicado aqui o isolamento dos variolosos, desde muito cedo. Como, também, já se sabia que quem contraía a doença ficava imunizado contra novo contágio. É o que se depreende de uma carta, de 1775, do capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, o governador, ao ministro de Estado, Martinho de Melo e Castro. Dizia ele que a varíola “ainda continua se dando em poucas crianças e quase todos os adultos que as não tiveram”.¹⁰

O historiador Nuto Sant’Anna cita documentos que mostram que

o tratamento da varíola era feito à base de cachaça ou de vinho, tendo ocorrido na cidade, naquele século, medidas repressivas contra atravessadores e especuladores desses produtos, que dificultavam ou impediam, assim, o tratamento dos pobres.¹¹

O governador, na carta citada, dizia, com desalento, que não se conseguia atalhar “este terrível mal com os gados que tinha feito girar pela cidade com os ‘perfumes’ que mandava fazer nas Casinhas que serviam de Hospital e com as muitas preces públicas a Deus e muitos Santos se tinham feito”.¹²

Um dos tratamentos, como o texto indica, era fazer com que bois rodassem pela cidade com estrume seco queimando, para espalhar seu “perfume”, forma de combater os miasmas do pútrido, de onde, supostamente, se originavam enfermidades como a varíola.

Os procedimentos adotados pelos beneditinos em relação aos contagiados pela doença, como os de São Caetano, indicam uma concepção de enfermidade que já continha elementos de uma compreensão moderna do que era ela. Expressão de uma consciência propriamente social da doença era a de que podia ser combatida pela atenuação da fraqueza do organismo do enfermo, por meio de alimentação apropriada aos frágeis e debilitados. Certamente algo mais apropriado do que a “medicina” preventiva de disseminar cheiro de esterco queimado pelas ruas da cidade.

Até março de 1762, na Fazenda de São Caetano, uma sequência de casos, com indícios da doença ou com expressa menção de que se tratava de alguém enfermo com bexigas, mostra que a epidemia se estendeu por um ano inteiro.

Um detalhe importante para se compreender o tratamento ministrado aos servos indígenas e aos escravos negros é o relativo ao caso de Isabel, de São Caetano, mencionado em 16 de fevereiro de 1762, uma terça-feira. O monge-gastador anota que foram gastos 320 réis “com frangos para Isabel, que veio de São Caetano com bexigas”. Ou seja, ela não ficara na fazenda, mas fora para o mosteiro. No local, no que é atualmente o Largo de São Bento, com fundos para o Vale do Anhangabaú, havia uma enfermaria para os escravos.

Copio a descrição da enfermaria de alguns anos depois, da qual fiz a tradução paleográfica e a devida transcrição para o português atual, que li no acervo da Ordem de São Bento, do Mosteiro de Tibães, em Portugal. Consta da folha 199, do estado do dom abade frei Gaspar da Soledade de Matos, que governou o Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção da Cidade de São Paulo por seis anos e nove dias, de 1772 a 1778, período em que foi feita a reforma descrita:

Nesta mesma frente se madeirou e cobriu-se de telhas uma casa para a enfermaria dos escravos, fazendo-se na parte direita uma

É muito provável que o surto de varíola e outros episódios de doenças, desde 1761, tenham sido o motivo de uma romaria da gente de São Caetano à Igreja de Nossa Senhora do Ó para pagamento de promessa.

tarimba assoalhada de tábuas com 4 palmos (80 cm) de altura, para camas dos enfermos, em todo o comprimento da casa, com uma porta para fora do pátio e outra, no fundo dela, para a serventia do Mosteiro, ficando dentro dos muros, sem ofensa da clausura. Comprou-se um cobertor de lã, para os enfermos, e se deram dois frascos para esta oficina.

A serventia era, provavelmente, onde se localizava a casa necessária dos escravos, isto é, a privada.

No mesmo acervo, examinei e reproduzi um desenho em cores, da área em que se situava o mosteiro, suas instalações anexas, como a enfermaria dos escravos e a enfermaria dos monges, o pátio (atual Largo de São Bento), o acesso ao Rio Tamanduateí e o primitivo e verdadeiro lugar da ladeira do Porto Geral de São Bento. Em um documento, que encontrei no Mosteiro da Bahia, consta que esse desenho acompanha o Estado do Abade de São Paulo, de 1784.

Apesar de ser datado de mais de 20 anos após a epidemia de varíola em São Caetano, a localização da

enfermaria, aparentemente, é a mesma pois parece a mais adequada a essa finalidade. Apesar de possíveis reformas e alterações feitas nesse período.

A enfermaria da descrição do abade, pela reforma que menciona, já não era a mesma da época da epidemia, em 1761. Mas dá uma ideia dos serviços medicinais da época. A referência aos frascos completa uma outra, de 21 de março de 1772, do abade frei Joaquim de Santana e Araújo, na folha 179 de cujo Estado consta: “Enfermaria - Fiz para essa casa quatro lençóis, e se consertou o telhado da casa, e se comprou para ela e uso dos remédios uma frasqueira com 8 frascos.”

Provavelmente, trata-se da enfermaria dos monges e não dos escravos, também citada no desenho. Mas a referência aos frascos, nos dois casos, indica que as enfermarias estavam providas de farmácia.

O mosteiro mantinha conta permanente em boticas da cidade para fornecimento dos remédios de que carecia para tratamento dos seus enfermos, remédios dos quais mantinha estoques, como se vê em várias anotações.

Em um curto período, entre 10 e 12 de dezembro de 1762, houve três casos de moléstias não identificadas em São Caetano, um deles de um índio administrado. Dois dos enfermos foram tratados com purgantes e um deles foi sangrado, costumes seculares para depurar o sangue e evitar incômodos e enfermidades decorrentes.

É muito provável que o surto de varíola e outros episódios de doenças, desde 1761, tenham sido o motivo de uma romaria da gente de São Caetano à Igreja de Nossa Senhora do Ó para pagamento de promessa.¹³ Saiu da fazenda, no dia 7 de julho de 1763, uma quinta-feira, pouco mais de um ano após a epidemia. No Livro da Mordomia consta: “Viático – dinheiro que se deu ao feitor de São Caetano, que foi a Nossa Senhora do Ó, a conduzir umas rosas, quatro vinténs”. O grupo retornou uma semana depois, na sexta-feira, dia 15 de julho, quando fez uma parada no mosteiro. O padre-gastador anotou: “Bananas para a gente que veio de Nossa Senhora do Ó, vintém.” As paradas no

mosteiro, na ida e na volta, indicam que a romaria foi feita pelo Rio Tamanduateí, em canoas da frota de São Caetano.

Até a foz do Rio Tamanduateí, no Rio Tietê, o percurso era de 20 quilômetros, segundo a medição que fez o tenente-coronel José Antonio Teixeira Cabral, no dia 12 de outubro de 1825, saindo do porto da Fazenda de São Caetano.¹⁴ Provavelmente, mais uns quatro quilômetros pelo Tietê até o sopé da colina do Ó, na margem direita do rio. A parada no Porto Geral de São Bento foi a pouco menos da metade da viagem, na ida.

Por sim ou por não, os monges eram pragmáticos no trato das enfermidades. No dia 26 de novembro de 1769, oito anos depois do início da epidemia de varíola e dos cuidados médicos e farmacêuticos com seus doentes, uma outra modalidade de enfermidade e de tratamento dos enfermos aparece no Livro da Mordomia sob a rubrica “feitiço”.

O padre-gastador anotou que dera 640 réis “ao curador, a conta do que leva de curar os negros escravos enfeitizados, duas patacas”. Era outro tipo de “doença”, que não podia ser curada nem com a alimentação terapêutica nem com outros recursos reconhecidos pela medicina da época. Não houve dúvida, portanto, em recorrer ao tratamento que a cultura dos próprios enfermos recomendava para seu sofrimento.

Em mais de uma ocasião, o responsável pelos gastos do mosteiro com os enfermos registrou dispêndios com curadores, tratados com o nome de Pai ou de Mãe, provavelmente “de santo”, para tirar o feitiço ou o banzo dos escravos. Um mal culturalmente característico dos africanos.

Isso denota o reconhecimento das diferenças sociais e de consciência social entre os diferentes grupos humanos, de culturas distintas, que viviam no serviço da comunidade beneditina. O que seria hoje reconhecimento antropológico diferencial da subjetividade desses grupos. Uma postura surpreendente e avançada em relação à legitimidade das diferenças sociais e à especificidade de suas necessidades e implícitos direitos. Indicação muito precoce de consciência da peculiaridade de problemas de saúde que só muito mais tarde serão estudados e analisados pela psiquiatria, pela psicologia e pela psicanálise.

A importância desse episódio pode ser compreendida à luz de outro, que teve solução diferente e oposta, na mesma época, ocorrido em São Paulo, com um jovem sapateiro, Antonio da Costa Senra, imigrado dos Açores em 1775. O caso está narrado em um documento do Santo Ofício arquivado na Torre do Tombo, em Lisboa. Ele morava no que é hoje a Rua Senador Feijó. Veio para São Paulo como

negociante de escravos, que não conseguiu vender.

No delírio de uma febre e ainda depois dela passou a dizer heresias. Foi delatado à Inquisição por um vizinho. Três padres foram visitá-lo para tentar convencê-lo, sem êxito, ao arrependimento. Um deles, o franciscano frei Antonio de Santana Galvão, que já tinha fama de santidade, seria canonizado em 2007 pelo papa Bento XVI.

Em 1782, foi preso por ordem do vigário da Sé e examinado quanto às três acusações que o próprio povo lhe fazia para explicar suas heresias: louco, judeu ou herege. A hipótese da loucura foi descartada porque governava bem a economia de sua casa. A hipótese de ser judeu sequer foi examinada. Ficou o diagnóstico de herege. Acabou sendo encaminhado ao Rio de Janeiro, onde o inquisidor, frei Bernardo de Vasconcelos, concluiu que havia feito um pacto com o diabo. Enviou-o, então, para o cárcere da Santa Inquisição, em Lisboa.¹⁵

A diferença de diagnóstico e tratamento dados aos dois casos confirma o avanço dos beneditinos de São Paulo em relação ao seu tempo e em vários campos do conhecimento. Na Fazenda de São Caetano, o mais moderno de seus empreendimentos, adotaram, já na segunda metade do século 18, uma racionalidade econômica que introduzia no escravismo formas de utilização não escravista do trabalho. Caso do recurso de utilizar comple-

mentarmente escravos de aluguel, que eram a mão de obra disponível. Mas como capital variável e não como renda capitalizada e imobilizada na pessoa do cativo. Antecipavam, assim, o que era uma desconstrução do escravo enquanto mercadoria, prefigurando nele e nas contas do mosteiro o assalariado de uma sociedade capitalista que aqui se definiria mais de 100 anos depois.

Para situá-los e evitar o descabido de supor que eram esses os indícios de um salto histórico, meramente antecipatório, há indícios vários, na história local, de cuidadosa consciência do desencontro entre inovações que os monges adotaram e as tradições de aceitação geral. Uma das providências desse tipo foi a das obras relativas à definição do cenário da sede da fazenda.

O estilo bucólico da paisagem da Fazenda de São Caetano, especialmente o pátio, os jardins, os valos ajardinados com plantas úteis, como laranjeiras e pinhões do Paraguai, valos de cercamento da grande área de localização da sede, separando-a das áreas de trabalho, indica um contraponto desconstrutivo para a racionalidade antibucólica representada pela fábrica de produtos cerâmicos.¹⁶ Um compreensível cenário de proposital tensão entre opostos. O que também se verá, mais adiante, nas opções práticas entre concepções opostas de medicina aplicada a índios administrados, de um lado, e escravos negros, de outro.

Não é casual, portanto, que a Ordem de São Bento tenha abolido a escravidão em suas propriedades em 1871, 17 anos antes da Lei Áurea, mas em decorrência de um movimento dos próprios escravos de São Caetano, que não queriam trabalhar na fábrica e morar nas senzalas. Preferiam viver espalhados pelo campo. Mais de quatro mil escravos libertados, sem compensação, em todo o Brasil, no dia seguinte ao da Lei do Ventre Livre. A ordem já havia adotado providências de libertação gradual dos escravos, como a que concedia a liberdade a escravas que tivessem um certo número de filhos. ■



Obras de implantação do Viaduto Santa Efigênia, saindo do Largo de São Bento, em 1909, no local em que existiu a enfermaria dos escravos do Mosteiro de São Bento e das fazendas beneditinas

Notas

¹ Cf. Nuto Sant'Anna, *São Paulo Histórico*, Volume I, Departamento de Cultura, São Paulo, 1937, p. 237.

² Idem, *Ibidem*.

³ Cf. *Directoria, que se Deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão Em quanto Sua Magestade não mandar o contrario*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Rodrigues, M.DCC.LVIII [1758].

⁴ Consistente análise e interpretação antropológica da concepção de contrato no limiar da sociedade tradicional e da sociedade moderna, como de modo peculiar na biografia e na sociabilidade do Mestre Marcos Bueno da Conceição, é o estudo de Margarida Maria Moura, *Os Deserdados da Terra*, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1988, *passim*.

⁵ O açafraão era condimento e remédio administrado como tempero de comida. Era o mais caro dos condimentos em Portugal. O quilo de açafraão custa hoje 8.500 euros. Segundo Anabela Ramos, "Era considerado quente e seco e tinha uma função médica muito importante pois apresentava-se como cardíaco, digestivo, diurético, excelente para as doenças pulmonares, antiveneno e dava cor ao rosto." Cf. Anabela Ramos, *Alimentos medicinais à mesa monástica: sec. XVII e XVIII*, Mosteiro de Tibães/DRCN, Portugal, s.d., p. 6. "Curiosamente, nos livros de receitas portuguesas dos séculos XVI e XVII, o açafraão aparece associado a preparados culinários para doentes." (...) "Os livros de cozinha portugueses conhecidos para os séculos XVI e XVII testemunham esta prática culinária recorrente, destacando-se um grupo restrito de receitas onde o uso do açafraão é feito de forma exclusiva e intimamente relacionado com a alimentação de pessoas doentes." Cf. João Pedro Gomes, "Propriedades e Usos do Açafraão na Idade Moderna em Portugal", *Revista de História Helikon*, volume 3, número 5, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 1º semestre 2016, p. 60-72.

⁶ Cf. Edgard Barrozo do Amaral, "Medicina em São Paulo nos tempos coloniais", in *Diário de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1954, 8º Caderno, p. 1.

⁷ Cf. Nuto Sant'Anna, *São Paulo Histórico*, Volume III, Departamento de Cultura, São Paulo, 1939, p. 140.

⁸ Cf. Já era do século 18 a distinção entre os Meninos Velhos e Meninos Novos, na Borda do Campo, como se vê em uma ata da Câmara de São Paulo de 1779. Cf. [Nuto Sant'Anna], "Borda do Campo", in *O Estado de S. Paulo*, 5 de junho de 1952, p. 11.

⁹ Cf. Dom Martinho Johnson, OSB, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, 1977, p. 95 (nota 147).

¹⁰ Cf. Nuto Sant'Anna, *São Paulo Histórico*, Volume VI, Departamento de Cultura, São Paulo, 1944, p. 21.

¹¹ *Ibidem*, p. 19-20.

¹² *Ibidem*, p. 21.

¹³ Já fui tentado a supor, e hoje não suponho, que a romaria da gente de São Caetano à Igreja de Nossa Senhora do Ó, em 1763, fora motivada para agradecer a Nossa Senhora a pouca gravidade do naufrágio, no Rio Tamanduatê, da canoa da fazenda, carregada de telhas, no dia 9 de março, do mesmo ano de 1763.

¹⁴ Cf. tenente-coronel José Antonio Teixeira Cabral, *A Estatística da Imperial Província de São Paulo*, Apresentação de José de Souza Martins, Edição fac-similar, Edusp - Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp, São Paulo, 2009, p. 146.

¹⁵ Cf. José de Souza Martins, *O Coração da Paulicéia Ainda Bate*, Editora da Unesp/Imprensa Oficial, São Paulo, 2017, *passim*.

¹⁶ Sobre a função do bucolismo, especialmente o bucolismo da casa senhorial, e o bucólico e o antibucólico, cf. Raymond Williams, *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, trad. Paulo Henriques Britto, Companhia das Letras, S. Paulo, 2013, p. 29 e ss.

José de Souza Martins

é sociólogo, com licenciatura, mestrado, doutorado e livre docência pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, da qual é professor titular aposentado e professor emérito. Professor da Cátedra Simón Bolívar (1993-94). Universidade de Cambridge e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, autor de *Moleque de Fábrica (Ateliê)*. É natural de São Caetano do Sul.

Vozes dissonantes de um movimento histórico: os opositores da autonomia política de São Caetano

☰ Cristina Toledo de Carvalho

O MOVIMENTO AUTONOMISTA de São Caetano colocou frente a frente, em um contexto de luta pelo poder político na região, segmentos sociais privilegiados economicamente. De um lado da disputa, o grupo opositor da emancipação político-administrativa do então subdistrito de Santo André, liderado por Antônio Fláquer, prefeito do município e representante dos interesses remanescentes da antiga estrutura oligárquica que vigorara no país durante a chamada República Velha (1889-1930). Do outro, os apoiadores da causa emancipacionista, sob o comando de uma elite emergente daquele subdistrito, cujos integrantes advinham, predominantemente, das fileiras do comércio e da indústria.

Para Eliane Kuvasney, em São Caetano, “não era a elite proprietária de terras (que detinha o poder na região) quem almejava a emancipação do lugar, mas sim a burguesia emergente, oriunda de outras camadas da sociedade”. Segundo ela, nesse contexto político, a “velha sociedade”¹, de origem agrária, opôs-se à “nova”, formada por personagens que, em face da intensificação da expansão urbano-industrial ocorrida no subúrbio de São Paulo, a partir da primeira metade do século 20, ascenderam-se social e economicamente. A referida autora prossegue nessa linha de raciocínio e aponta que,

No grupo hegemônico da Câmara de Santo André encontram-se representantes dessas oligarquias (agrárias) que dominaram a região desde o século XIX, como o vereador Silvio Franco, da família Cardoso Franco, grandes proprietários de terras que abrangiam os distritos de Utinga e Mauá, além do núcleo central (Santo André). Os vereadores Francisco A.A. Barone e Fioravante Zampol eram os representantes do Prefeito Antonio Flaquer na Câmara. A família Flaquer, também de grandes proprietários de terras no núcleo central e Ribeirão Pires, revezava-se no poder – além de rivalizarem-se com os Cardoso Franco, até 1930, representados pelo seu chefe Saladino Cardoso Franco² – prefeito por seis legislaturas – e Alfredo Flaquer – prefeito por quatro legislaturas – ambos coronéis da Guarda Nacional.³

Embora, com a consolidação da autonomia de São Caetano, a fragmentação da região tenha possibilitado a chegada de um ascendente grupo social a postos de comando na esfera público-administrativa, as velhas engrenagens do poder, movidas por práticas e estratégias recorrentes nos bastidores políticos, persistiram. Conforme expõe José de Souza Martins, tal fragmentação

abriu espaço para que a burguesia local (comerciantes, pequenos industriais, etc) pudesse assumir o poder, mas ainda vinculados aos antigos grupos que sobrevivem nessas frações, digamos assim, das grandes oligarquias políticas.⁴

Em outras palavras, o roteiro da vida política na região do ABC não se destoava do que era observado no país, em seus patamares mais amplos de poder, sendo também marcado por alianças e acordos partidários, trocas de favores e mudanças de posicionamento, de acordo com as circunstâncias do jogo político, tendo em vista a manutenção da hegemonia frente à correlação de forças que integra tal jogo.

Essas considerações ajudam a compreender a posição distinta assumida pela família Fláquer em relação à questão emancipatória de São Caetano. Se, durante o primeiro



Acervo/FPMSCS

Antônio Fláquer, em foto do final da década de 1920. Em torno de sua figura, articulou-se a oposição à autonomia política de São Caetano. Na época da eclosão do movimento emancipacionista, Fláquer ocupava o posto de prefeito de Santo André

NÃO CONTRIBUA PARA DEGOLAR SÃO CAETANO



Acervo/FPMSCS

O marceneiro Armando Mazzo, eleito prefeito de Santo André no pleito de 9 de novembro de 1947. Com o impedimento de sua posse, Antônio Fláquer assumiu a prefeitura andreense, em janeiro de 1948, retomando a hegemonia política na região

movimento autonomista da localidade, observado em 1928, posicionara-se favoravelmente a ele, visto suas pretensões de retomada do protagonismo político na região, então nas mãos do coronel Saladino Cardoso Franco², em 1948, opôs-se, de maneira veemente, à campanha em defesa da criação do município são-caetanense, em um momento em que um de seus membros, Antônio Fláquer, ocupava a chefia do Executivo de Santo André, localidade à qual a cidade de São Caetano encontrava-se administrativamente vinculada desde 1939.

O *Jornal de São Caetano*, em diferentes edições de 1948, não poupou esforços para denunciar as manobras e estratégias arquitetadas por aquele prefeito no sentido de prejudicar o movimento emancipacionista, tanto em sua fase inicial, correspondente às articulações em prol da elaboração da representação que fora enviada à Assembleia Legislativa do Estado, solicitando a realização do plebiscito, quanto em sua fase posterior, referente à campanha que se observara após a aprovação do mesmo por aquela assembleia, no dia 14 de setembro de 1948. Entre visitas às fábricas locais e a distribuição de panfletos pela cidade, figuraram ações mais incisivas, como a noticiada pelo jornal em sua edição de 16 de setembro da-

quele ano. Segundo o que foi divulgado na ocasião, um ofício fora encaminhado ao presidente da Comissão de Estatística da Assembleia Legislativa, o qual apontava supostas irregularidades no processo referente à representação de São Caetano, razão pela qual Fláquer havia solicitado o seu arquivamento.

(...) Entre outras coisas diz o sr. Prefeito que Eunice P. Curtis, signataria da representação, declara expressamente que possui apenas 17 anos. Suponhamos que isto seja verdade. O Código Civil preceitua, porém, que pessoas diplomadas em curso superior, casadas, são automaticamente emancipadas, o que acontece com a referida senhora que é esposa do sr. João Curtis. Em seguida acusa que Josefina Demenis reside em Vila Prudente, que Luiz F. Bartman residiu até março de 1947 em Utinga e que Luiz Gomes residiu até 15 de outubro de 1947 em Vila Prudente. Após um longo exame feito por uma junta composta de várias pessoas, inclusive o sr. Henrique Pinho Artacho, advogado da Prefeitura de Santo André, somente foram encontradas essas quatro irregularidades (...) Possuindo a representação local um excesso de 2,97% da quantidade exigida, ou seja, 1.150 assinaturas há mais, o que representam essas frageis quatro irregularidades que os santoandrenses dizem ter encontrado?⁵

As argumentações proferidas pelo grupo que fazia oposição à autonomia de São Caetano alimentavam um discurso em defesa da integridade territorial do município de Santo André e dos interesses econômicos da região.

As argumentações proferidas pelo grupo que fazia oposição à autonomia de São Caetano alimentavam um discurso em defesa da integridade territorial do município de Santo André e dos interesses econômicos da região. Orquestrados pelo prefeito Antônio Fláquer, os opositores do movimento emancipacionista afirmavam que a separação seria maléfica para o progresso do município andreense, que, escorado em um parque fabril expressivo, conseguira alçar-se ao posto de segundo município da América do Sul com maior potencial industrial, ficando atrás apenas de São Paulo e colocando-se à frente de cidades como o Rio de Janeiro e Buenos Aires, na Argentina.

As narrativas dissonantes, na maioria das vezes, salientavam os transtornos financeiros que São Caetano passaria a apresentar, na hipótese de sua elevação à condição de município. Por meio de um questionário distribuído às vésperas da realização do plebiscito, foram encaminhadas à população local dez perguntas, no sentido de convencê-la a não sufragar o seu apoio à autonomia política da cidade. Entre os questionamentos feitos, destacam-se os seguintes:

6) V. (você) gostaria de ser obrigado a pagar as **despesas** de novas instalações da Prefeitura em São Caetano, nova Câmara Municipal, etc?

7) V. gostaria de ajudar a pagar os novos funcionários de São Caetano; a comprar moveis, maquinas, automoveis, etc., para a nova Prefeitura?

9) V. ficaria contente se em vêz de mais escolas, como prometem os separatistas, as que já existem fossem fechadas por falta de verba para pagar as professoras?

10) V. seria capaz de montar outra Prefeitura em São Caetano só para que alguns seus conhecidos, que **estão desempregados**, pudessem obter colocação?⁶

Em diálogo com tais questões e endossando-as, um outro panfleto produzido pelo segmento opositor elencou uma série de justificativas para a continuidade da subordinação político-administrativa de São Caetano a Santo André:

1º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela tirará metade das nossas forças e exigirá o dobro de sacrificios.

2º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque nós, Povo de São Caetano, é que teremos de pagar as instalações de nova Prefeitura, nova Camara Municipal, novas Diretorias. Secções, moveis, maquinas, centenas de funcionários, etc. etc. nos agravando com impostos pesadissimos.

3º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque sou realmente amigo de São Caetano e não desejo vêr este nosso Povo entregue às mãos de aventureiros que desejam transformar esta cidade em propriedade sua ou em campo de experiencias (cabeça de ponte?) de suas doutrinas extremistas.

4º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela será o primeiro passo para a anexação à São Paulo e então... São Caetano passará a ser um arrabalde longinquo e completamente abandonado, como os outros bairros afastados da Capital.

5º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque São Caetano precisa de agua e não tem manancial proprio. De onde virá a agua? E quanto nos custará?

6º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque São Caetano nunca teve um Prefeito como o que agora tem. Em poucos mezes de administração,

ANTONIO FLAQUER já fez mais do que todos os outros Prefeitos juntos. Ele muito nos tem ajudado, e mais ainda quer nos ajudar. Devemos voltar-lhe as costas? Não!

7º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela irá cortar uma cidade.

8º – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque de um Municipio rico e poderoso, ela fará dois municipios pobres e sem expressão, sem melhoramentos publicos e sem possibilidades de progresso.

PORISSO, VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO COM A CÉDULA PRETA, RESPONDENDO NÃO AOS QUE DESEJAM LANÇAR A DESUNIÃO ENTRE O POVO DE SÃO CAETANO.⁷

De acordo com José Roberto Gianello, em artigo publicado na edição especial de *Raízes*, comemorativa ao cinquentenário da autonomia política de São Caetano, efeméride ocorrida em 1998,

Os anti-autonomistas, liderados por funcionários públicos da Prefeitura de Santo André, voltavam à carga contra o movimento autonomista. Visitavam as indústrias e solicitavam apoio ao prefeito de Santo André, argumentavam que a unidade Santo André-São Caetano torna o município verdadeiramente portentoso (...)⁸

O apoio a Fláquer era, aliás, conclamado em boa parte dos impressos que ajudaram a divulgar a campanha contrária à causa autonomista, conforme pode ser atestado pelo fragmento apresentado abaixo, extraído de um material que circulara na cidade em outubro de 1948, mês da realização do plebiscito:

Não se esqueça que só depois de eleito o nosso PREFEITO ANTONIO FLAQUER é que SÃO CAETANO começou a receber melhoramentos. Avante povo de SÃO CAETANO com o PREFEITO ANTONIO FLAQUER. Às urnas, no dia 24 do corrente com a cédula PRETA. O “NÃO” é a esperança e a certeza de melhores dias.⁹

Apesar dos opositores da autonomia afirmarem o contrário, sabe-se que, em 1948, a situação em São Caetano era, de fato, bastante crítica em termos de infraestrutura. Faltava tudo na cidade (rede de esgoto, calçamento das vias públicas, unidade hospitalar, etc). O desinteresse da administração andreense em reverter tal quadro era ponto pacífico na retórica de líderes do movimento autonomista. Nos enunciados que compõem a memória desse movimento, o des-caso do município de Santo André para com o seu subdistrito era sempre destacado. “O que facilitou a autonomia foi, em primeiro lugar, a compreensão do povo e, em segundo lugar, a necessidade absoluta de infra-estrutura, o que foi muito fácil transmitir às pessoas”¹⁰, apontou Luiz Rodrigues Neves. Para Lauro Garcia, outro líder do movimento separatista, “o Município de São Caetano foi criado pelo não-esforço de Santo André, junto com o povo (...)”¹¹.

Mesmo diante dessa realidade lastimosa, que, por si só, justificaria as articulações em favor da independência política de São Caetano, ações contrárias ao movimento emancipacionista continuaram sendo observadas na localidade. Em um panfleto dirigido aos trabalhadores, um texto de conteúdo cortante e ardiloso não poupou alguns nomes (constituídos por comerciantes, em sua maioria) que estavam na liderança do movimento, insuflando aqueles contra estes:

Olho vivo trabalhadores. Alerta!
Os tubarões disfarçados em cordeirinhos procuram iludir com a capa da autonomia a boa fé dos menos previnidos. (...)
Quem não sabe que eles até hoje só arrancaram a “pele” dos que vivem do trabalho.
O bem estar e o progresso de São Caetano, depende da repulsa concenciosa ao “canto de sereia”, desses velhos e maneirosos tubarões de casaca.
Abaixo os tubarões.¹²

Com um discurso semelhante ao de tal folheto, seguindo a mesma linha argumentativa dele, ou seja, a da desqualificação do movimento autonomista pelo ataque a seus líderes, um outro impresso foi captado pela pesquisa, compondo também o rol de materiais constitutivos das vozes dissonantes do movimento. Distribuído às vésperas do plebiscito de 24 de outubro de 1948, o impresso em questão também destinava-se à classe trabalhadora local, como pode ser ratificado:

(...)

Trabalhador seja um eleitor consciente de vosso dever para com a nossa terra! Não vos deixeis iludir por falsas promessas de melhoramentos e que não poderão ser feitos sem dinheiro! Vede quem são os chefes do movimento separatista, não existe entre eles um só operario. (...) ¹³

Cumpre, nesta perspectiva, registrar que, com o crescimento da industrialização na região, a presença maciça da classe operária criou condição para a mobilização da esquerda política. A vitória desta nas eleições municipais de 9 de novembro de 1947 concedeu-lhe visibilidade, assustando os protagônistas da cena governamental regional. Na ocasião, o marceneiro Armando Mazzo fora eleito prefeito de Santo André pelo Partido Social Trabalhista (PST), ao qual se filiou após ter sido decretada, em maio daquele ano, a cassação do Parti-

do Comunista do Brasil (PCB), do qual era membro. Além de Mazzo, outros nomes do PST saíram também vitoriosos daquele pleito. Dos 13 vereadores eleitos para a Câmara andreense, quatro eram candidatos por São Caetano: João Sanches, Augusto Corsato, José Benedito de Oliveira e Antônio Fabiano Nogueira Júnior.¹⁴

Todavia, por força de uma manobra política tramada nos bastidores do poder, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou inexistente o diretório estadual do PST e “em consequência inexistentes todos seus atos, inclusive o do registro de candidatos às eleições de 9 de novembro (...)”.¹⁵ Com isso, Armando Mazzo e os vereadores eleitos da referida legenda não puderam tomar posse. Antônio Fláquer, segundo colocado no certame eleitoral, assumiu, assim, o posto de prefeito de Santo André, retomando sua hegemonia política na região. Para defendê-la, lançou mão de uma série de orientações sob a oportuna justificativa do combate ao “perigo vermelho”, que, naquela altura, já estava posto como discurso recorrente não só nas rodas políticas brasileiras, mas também no imaginário do restante da sociedade nacional. Os líderes autonomistas de São Caetano não escapariam dele, sendo rotulados, muitas vezes, de comunistas.

Oriundo de família influente política e economicamente na região, Antônio Fláquer era proprietário do Cartório de Registro Civil de São Caetano, de onde veio uma parcela significativa da votação que recebera nas eleições de 9 de novembro de 1947. Com um caráter fortemente personalista, a oposição ao movimento autonomista acabou, portanto, concentrando-se em sua figura. Desta feita, Fláquer conseguira arregimentar a adesão de uma parte da sociedade local à causa contrária à emancipação muito mais em função das relações clientelistas e de compadrio que com ela mantinha do que, propriamente, em virtude de questões de ordem política, circunscritas ao âmbito público ou político-partidário.

Nesse contexto, um caso bastante emblemático foi o que envolveu a família Massei, cujo posicionamento contrário à emancipação de São Caetano dimensionou-se, com o passar dos anos, em razão, sobretudo, da trajetória política trilhada por um de seus membros no município: Oswaldo Samuel Massei (1921-1973),



A partir da esquerda, Anacleto Campanella, João Dal'Mas e Lauro Garcia, vereadores pelo subdistrito de São Caetano junto à Câmara Municipal de Santo André. Ao lado de Antônio Dardis Neto, formavam o minoritário bloco defensor da autonomia política da cidade no legislativo andreense

vereador durante a primeira legislatura de São Caetano do Sul (1949-1953) e prefeito, em duas ocasiões (1957-1961 e 1969-1973). Anos depois da concretização do movimento, o líder autonomista Lauro Garcia fez suas ponderações a respeito do assunto:

Acervo/FPMSCS

Quanto ao caso Massei, o fato de-les terem se tornado chapa-preta (denominação dada aos que votaram contra a emancipação no plebiscito) foi uma coisa que marcou o povo. Nem o próprio prefeito, Antônio Fláquer, que era dono do cartório de São Caetano, ficou tão visado como a família Massei. E olha que eles são pessoas ótimas, eu conheci todos eles (...). Fui muito amigo do Francisco Massei, inclusive meu pai era compadre dele, eles eram amigos desde quando ele veio da Itália. (...) Depois de passada a autonomia, passada aquela época de luta, nós continuamos sendo bons amigos, e então ele me disse: “Lauro, eu fiquei chapa-preta não porque fosse um chapa-preta, mas porque o Antônio Fláquer era meu amigo. Ele me procurou em primeiro lugar e eu dei a palavra que ajudaria, depois não poderia voltar atrás”.¹⁶

Embora a imprensa paulistana tenha aberto espaço em algumas de suas publicações, como *A Gazeta* e *Diário de São Paulo*, para a veiculação de ideias e argumentos que refutavam a autonomia de São Caetano, tal episódio não pode ser concebido como uma forma de oposição regular e bem configurada frente à causa, mas sim como um reflexo da repercussão do assunto para além dos limites da cidade de São Caetano. Cumpre ressaltar que os citados jornais, entre outros de São Paulo e região, como

Folha da Noite, *Hoje*, *A Hora* e *Folha da Manhã*, da mesma forma que divulgaram notícias ou textos contrários à emancipação, abraçaram também pautas de apoio, em uma demonstração de posição flutuante em face da questão.

Bastante distinto foi o posicionamento da imprensa de São Caetano. Se, por um lado, a autonomia fora defendida, irrestrita e incisivamente, pelo *Jornal de São Caetano*, teve, por outro, o seu ideal refutado pelo semanário *O Município*.

Apresentando-se como “órgão dedicado aos interesses do Município de Santo André e do Povo”, o semanário começou a circular em São Caetano no dia 9 de julho de 1947. Instalado, provisoriamente, na Rua Serafim Constantino, nº 19, na sala 8, pertencia à Sociedade Editora *O Município Ltda.* O diretor do semanário era Severino Alves Guimarães, jornalista ligado ao Partido Social Progressista (PSP), em cujo diretório municipal de Santo André ocupava a função de segundo secretário, tendo sido ainda oficial de gabinete na prefeitura desse município.

Quando o periódico iniciou suas atividades, a equipe de redatores era formada por Oswaldo Giampietro, Mauro Corvello, Luiz Lobo Neto (que, posteriormente, viria a ocupar o posto de vereador na Câmara andreense)

e Manoel Claudio Novaes. O redator-chefe era S.L. Guedes de Souza. Apresentando quatro páginas e cinco colunas, era impresso na tipografia Ostrensky, em São Paulo.¹⁷

A sociedade à qual o jornal pertencia era uma sociedade por quota presidida por João Roberto Insuela, tendo como vice-presidente Rafael Pandolfi; secretário, Anacleto Campanella; e tesoureiro, Antonio de Andrade. “Com o desenvolvimento da campanha emancipatória os sócios se dividiram contra e a favor da separação de São Caetano”,¹⁸ expôs Valdenízio Petrolli.

O Município chegou à edição de número 65, datada de 2 de outubro de 1948, quando circulara pela última vez, 22 dias antes da realização do plebiscito que concedeu a autonomia político-administrativa a São Caetano.

Neste artigo, a autonomia política da cidade é abordada a partir de fontes que remetem a seus opositores, apontando as principais justificativas veiculadas para o seu não alinhamento à causa emancipacionista. Sem perder de vista os interesses e as forças sociais em voga em 1948, ano da eclosão da campanha autonomista, a proposta do presente texto é a de suscitar reflexões acerca de tal período da história local, ainda fortemente discutido sob uma perspectiva triunfalista, heroica e memorialística.

NÃO DEIXE FAZER ISTO!

UTINGA STO. ANDRÉ!

S. CAETANO

Não permita que se cometa esse crime contra o Povo de São Caetano e Santo André!

Os Sancaetanenses podem se orgulhar de ser o grande valôr do Município de Santo André MAS, A SEPARAÇÃO DESTRUIRÁ ESSA GRANDEZA! Voltem a que regressa a união.

Depois de São Paulo, Santo André ocupa o primeiro posto entre todos os municípios industriais da América do Sul.

A cidade que mais cresce no mundo, afirmou em 1946 a revista "Times" - Buenos Aires em quarto lugar - A real situação do Município em dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Estatística.

SANTO ANDRÉ, 8 (De correspondente) - De acordo com os dados estatísticos levantados pelo Departamento Nacional de Estatística, o Município de Santo André foi classificado em segundo lugar em potencial industrial, logo após o Município de São Paulo, e primeiro classificado, ficando atrás, classificando em 3º lugar o Rio de Janeiro e em 4º lugar, Buenos Aires, capital da Argentina. Tal fato e motivo de justa orgulho dos habitantes da "terra do trabalho", do Município que congrega uma população obtida de 100.000 trabalhadores que, diariamente, são eficazes e nos fabricam, comissões a grandes de São Paulo e do Brasil.

Santo André é um dos poucos municípios do Estado e mesmo do Brasil, que se abastecem para dentro de sua própria economia, em contradição a qualquer forma de dependência, não a construção e manutenção de autoestradas, arcos, pontes, material elétrico, tecidos de lã e algodão, maquinaria, têxtil, medicina de trique, vidros, vidros e materiais sintéticos de plástico, artigos cerâmicos, produtos químicos e industriais, representação pelas grandes indústrias, tais como General Motors, International Motors, Ford, S. A., Peugeot, S. A., Lançadora Nacional de Metais, Michelin, S. A., Panhard, S. A., Fiat, e Tronçador Tomatis, Cordeiro S. A., Electro-Ciclo S. A., Cia. Química Ilumina Brasileira, Laboratório de Sulfatos, Cristallina Ltda., Iluminadoras Pantera S. A., Lucifício F. Kautsky S. A., General Electric e inúmeras outras indústrias do Município de Santo André, representada pelas suas 121 indústrias e os seus 14.000 operários de ambos os sexos.

Em Setembro de 1946, a revista "Times" de Nova York, em um de seus artigos, já disse, que Santo André, Estado de São Paulo, no Brasil, é a cidade que mais progrediu no mundo... e com honrarias foram listadas para sua olhar os seguintes comparativos que damos abaixo:

Dados comparativos entre o ano de 1942 e 1947:			
OPERÁRIOS			
1942 - Homens 20.044 pessoas	1947 - Homens 64.361 pessoas	1942 - Mulheres 6.478 pessoas	1947 - Mulheres 22.000 pessoas
Total 26.522 pessoas		Total 86.361 pessoas	
CAPITAL EM CR\$			
1942 - Cr\$ 305.377.300,00	1947 - Cr\$ 1.827.310.000,00		
PRODUÇÃO INDUSTRIAL			
1942 - Cr\$ 1.273.890.200,00	1947 - Cr\$ 2.801.945.300,00		
SALÁRIOS PAGOS			
1942 - Cr\$ 131.646.300,00	1947 - Cr\$ 307.653.400,00		
FORÇA E LVA ENLADAS NA INDÚSTRIA			
Elétrico 1942 - Cr\$ 12.618,78	1947 - Cr\$ 120.574,60		
Vapor 1942 - Cr\$ 2.639,80	1947 - Cr\$ 3.827,00		

Pelo confronto entre os estatísticos existentes em 1942 e 1947 podemos dizer já não o contrário e que nos dias atuais 1946, a produção do Município que "mais cresce no mundo" mantém em primeiro lugar a indústria de Roberto Pires, Paracetamol, e os indústrias de Santo André, São Caetano e Utinga, tornando-se três indústrias e mais as Indústrias, o maior parque industrial da América do Sul, após a Capital de São Paulo.

Não! Esta é a resposta aos que desejam o aniquilamento do nosso município!

A União faz a força

NÃO CONTRIBUA PARA DEGOLAR SÃO CAETANO

São Caetano saiu de um longo sono e agora está se erguendo. Ajude São Caetano a erguer-se! Não seja instrumento de políticos que querem conquistar São Caetano para propriedade sua! Não se iluda com falsas promessas! O Prefeito Antonio Flaquer, todos sabem, ESTÁ FAZENDO TUDO por São Caetano. Ajude-o, votando contra a separação!

Vote com a cédula preta; com os dizeres: NÃO!

Materiais da campanha contrária à autonomia político-administrativa de São Caetano. O conteúdo de ambos sintetiza a retórica das vozes dissonantes da emancipação, enfatizando a importância da preservação da unidade do município de Santo André (panfleto à esquerda) e do apoio ao prefeito Antônio Fláquer

Notas

- 1 KUVASNEY, Eliane. *Separar para reinar*: desmembramentos na gênese da metrópole paulistana. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 100.
- 2 Saladino Cardoso Franco foi prefeito, entre 1914 e 1930, do antigo município de São Bernardo, criado em 12 de março de 1889 e rebaixado à condição de distrito em novembro de 1938, quando da elevação de Santo André, então distrito bernardense, a município. Para mais informações sobre essa figura política da região, consultar: MEDICI, Ademir. Coronel Saladino, prefeito. *Raízes*. São Caetano do Sul, n. 4, p. 4-12, jan. 1991.
- 3 KUVASNEY, Eliane, op. cit., p. 36.
- 4 MARTINS, José de Souza. O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC. In: *CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC*, 1, 1990, Santo André. *Anais*... Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, p. 180-182, 1990, p. 182.
- 5 TRAIÇÃO aos sancetanenses. O sr. Antonio Flaquer tentou anular a representação do povo de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 58, última página, 16 set. 1948.
- 6 COMO você deve votar? *Panfleto*, São Caetano, 20 out. 1948.
- 7 DECLARAÇÃO de voto. Porque votarei contra a separação de São Caetano! *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.
- 8 GIANELLO, José Roberto. São Caetano, 24 de outubro de 1948. O nascimento de um município. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 5-26, out. 1998, p. 12.
- 9 POVO de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.
- 10 FUNDADOR do *Jornal de São Caetano* foi destaque no movimento emancipacionista. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 67-70, out. 1998, p. 70.
- 11 EX-vereador relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 71-74, out. 1998, p. 72.
- 12 *Panfleto*, São Caetano, 1948.
- 13 AOS nossos irmãos trabalhadores de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, 1948.
- 14 ANDRADE, Antônio. Amargas lembranças. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 59-65, jan. 1992, p. 64.
- 15 INSTALADA a Câmara Municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 38, primeira página, 11 jan. 1948.
- 16 EX-vereador autonomista relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André, op. cit., p. 73-74.
- 17 PETROLI, Valdenizio. A participação da imprensa na emancipação política. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 45-48, out. 1998, p. 46.
- 18 *Ibidem*, p. 47.

Cristina Toledo de Carvalho é historiadora, mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutoranda junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História desta Universidade. É autora do livro *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, publicado em 2015 pela Fundação Pró-Memória, onde atua como assessora de difusão cultural, na área de pesquisa histórica. Representa a instituição no Grupo Temático História e Memória, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Pela importância do tema, faz-se necessário que a sua abordagem privilegie pesquisas fundamentadas em um conjunto documental diversificado, segundo critérios teórico-metodológicos que possam conceder-lhe um caráter historiográfico comprometido com a crítica, com a análise interpretativa e com a reflexão.

Que o referido desafio (condizente não apenas à pauta autonomista, mas também às demais relacionadas à história local) seja abraçado por historiadores e outros pesquisadores que tenham como objeto de seus estudos São Caetano do Sul. ■

A cidade e a indústria, na perspectiva de duas curvas

 Enrique G. Staschower

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, com início no século 20, definiu os municípios que compõem o ABC paulista. Esse processo, porém, foi deflagrado anteriormente, em 1867, quando foi inaugurada a São Paulo Railway (SPR), estrada de ferro que unia Santos a Jundiaí – linha férrea e indústria determinaram a formação das nossas cidades e a área metropolitana de São Paulo.

A implantação da SPR enfrentou sérias dificuldades, algumas políticas e várias econômicas, mas, principalmente, técnicas, já que, para vencer a Serra do Mar, os engenheiros ingleses seguramente sentiram-se desafiados e buscaram no maquinário fixo, funicular, a solução para tracionar os vagões

serra acima, a melhor alternativa para vencer mais de 750 metros de diferença de nível entre Cubatão e Paranapiacaba.

Uma vez vencido o desafio da serra, os trilhos se assentavam sobre as suaves campinas que bordejavam o vale do Córrego Tamanduateí, quase em linha reta, rumando ao seu destino no planalto de Jundiaí. A linha férrea nas margens do Tamanduateí deveria fazer apenas duas curvas – um ajuste necessário para alcançar seu objetivo. Essas duas sinuosidades, portanto, têm histórias a nos relatar.

A primeira delas ficava nas terras da Fazenda Beneditina de São Caetano do Tijucuçu, antes de cruzar o Córrego dos Meninos, quando os trilhos faziam uma grande curva aberta à

Detalhe da planta da cidade de São Paulo de 1881. À esquerda, na parte inferior, podemos notar a Estação Brás e a Praça da Concórdia. Ao centro, a longa curva aberta em direção à Estação da Luz e, ao lado, o Jardim Público da Luz



direita, rumando, em linha reta, em direção à Estação Brás para, em seguida, fazer a segunda curva, agora reversa e aberta à esquerda, para, enfim, alcançar a Estação da Luz, seguindo seu destino.

A segunda curva, junto à Estação Brás, presenciou um acidente quando, em setembro de 1865, o então presidente da província promoveu uma inauguração “prévia” da ferrovia. Na ocasião, aconteceu o descarrilamento da composição na qual viajavam as autoridades, levando à morte o maquinista, além de ferir autoridades como Joaquim Justo da Silva, o Barão de Itapetininga, os conselheiros Ramalho e Pires da Mota, além do coronel Joaquim Floriano de Toledo. A cidade, então, era outra, já que o banquete de inauguração, preparado no Jardim da Luz e à espera da chegada das autoridades, foi abandonado pelos populares para acudirem os acidentados; lá permaneceu intocado, à espera de autoridades e espectadores, que dele se esqueceram.



A primeira curva, junto à fazenda beneditina, marcaria, no imaginário dos passageiros no final do século 19 e nas primeiras duas décadas do século 20, a divisa entre a urbanização dispersa de São Paulo e a chegada a um novo mundo rural, que se anunciava com o Núcleo Colonial de São Caetano, a partir de 1877.

Detalhe da planta do Núcleo Colonial de São Caetano (1887-1942). Ao centro, podemos notar a longa curva da linha férrea, frente ao vértice formado pelos lotes urbanos. A partir deste ponto, a linha férrea dirige-se à futura Estação Brás, em linha reta

A literatura nos dá descrições de como seria esse mundo rural após a curva de São Caetano. Uma dessas imagens é de 1888, de Júlio Ribeiro no seu romance *A Carne*:

Em São Caetano, em terras outrora baldias, de que ninguém fazia caso, há vinhedos formosíssimos plantados por italianos. A vista alegra-se com a simetria das parreiras, o coração rejubila com a ideia de uma prosperidade imensa, geral, em futuro não remoto.

O romancista presta homenagem ao esmero e à dedicação dos imigrantes para produzirem, sobre as terras baldias de outra, vinhedos formosíssimos. A marca de vinhos S. Caetano fora famosa e a bebida foi distribuída diretamente no centro da capital. Porém, graças à praga da filoxera, na última década do século 19, a esperança da prosperidade imensa, sonhada por Júlio Ribeiro, seria arrasada, relegando a esses imigrantes e colonos uma vida de subsistência e sacrifício.

A segunda descrição literária vem de Zélia Gattai no seu livro autobiográfico *Anarquistas graças a Deus*, no qual ela relata lembranças das visitas aos tios Angelim e Luigi Dal Col, nas suas chácaras de São Caetano. Afora as imagens da paisagem e do trabalho árduo, temos uma vívida descrição dos companheiros de viagem de trem, de São Paulo a São Caetano, nos vagões da segunda classe:

Nos vagões de segunda, era permitido o transporte de volumes grandes e de animais. Viviam sempre apinhados de gente, de bichos e de mercadorias. Todo mundo se atropelava, ao entrar no trem, na ânsia de conseguir sentar — havia o costume de marcar lugar pela janela antes de subir ao vagão —, tropeçando em jacas de frutas e de verduras, em trouxas de roupas, em bujões de leite, em cestas de ovos e em gente mesmo... Em menos de uma hora de viagem chegávamos a São Caetano, sujos de fuligem, cheios de novidades e piadas.

Seguramente uma expressiva descrição do tipo de passageiro a caminho do subúrbio. O atropelo em busca do lugar para sentar-se durante a viagem — que parecia longa — talvez de gente que levava mercadorias para revender, ou talvez para abastecer-se, por haver poucas variedades disponíveis, uma vez que o insucesso da agricultura transformava agricultores malsucedidos em operários, assim os alimentos teriam de vir de outros locais.

A paisagem bucólica dos vinhedos, entretanto, rapidamente passou a receber indústrias e os proprietários de chácaras passaram a operários, já que uma série de fatores convergiu para um processo de industrialização. Dentre eles, destacam-se o acesso a terrenos baratos, a distribui-

ção populacional, os imigrantes de visão empreendedora, as mudanças das relações de trabalho e os novos componentes culturais. Sendo assim, as inter-relações dessas condicionantes, subordinadas à cultura cafeeira, serão a base do processo de industrialização, uma vez que a exportação de café migrava seus lucros para outros setores, permitindo rentabilidade suficiente para garantir recursos para outras áreas, como ferrovias, energia elétrica e indústria, que terminaram expandindo a cidade de São Paulo, acompanhando os trilhos do trem.

Seguindo a expansão urbana e a procura por terras baratas, a primeira fábrica a se instalar no Núcleo Colonial de São Caetano foi a Fábrica de Formicidas Paulista, em 1892. Pertencia a um grupo empresarial ligado ao futuro governador Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, vinculado à família Sousa Queiroz, formada por grandes produtores rurais. Essa fábrica contratou, de início, pouco menos de 20 funcionários, mas chegaria a 35 colaboradores em 1901. Esse empreendimento abriu os olhos para novos empresários instalarem uma segunda indústria, a Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona, em 1896, com 40 trabalhadores, sendo a maior recolhadora de impostos naquele ano, do Bairro de São Caetano, ao município de São Bernardo.

A possibilidade de instalar indústrias, em terras adquiridas

aos colonos, chamou a atenção do Banco União, presidido por um político também com vínculos na produção rural, o senador Antônio de Lacerda Franco que, em 1891, já possuía 30% das terras do núcleo colonial. Assim, a venda de lotes demonstra a fragilidade da produção agrícola promovendo a industrialização e a expansão urbana, já que as indústrias necessitavam de operários – alguns, talvez qualificados ou técnicos, hesitaram em instalarem-se próximos à indústria, já que o núcleo dispunha de pouco mais de 20 casas e 15 ranchos no início da década de 1890, sem infraestrutura, salvo poucas ruas e uma capela.

O crescimento populacional era essencial à expansão industrial e deve seu mérito à imigração patrocinada pela economia cafeeira, uma vez que a indústria nascente não tinha dinamismo suficiente para a produção de bens de produção, somente de consumo. Assim a criação de um mercado disponível de mão de obra promoveu o consumo e a produção industrial – movidos pela transição do modelo escravista à mão de obra assalariada, alavancada com europeus imigrantes, iniciada gradualmente na década de 1870, tendo seu ápice mais de 40 anos depois quando ingressam 1,2 milhão de estrangeiros entre os anos de 1911 e 1915.

Portanto, a indústria paulista era favorecida, graças à transfe-

rência de lucros do café, tendo uma participação expressiva na produção nacional, passando de 15%, em 1907, a 30%, em 1914. As razões dessa participação devem-se a uma localização que conciliava a oferta de infraestrutura, energia, serviços e, principalmente, um estoque de mão de obra qualificada, capaz de produzir e manter, com seu consumo, o retorno de capital para os setores de alimentação, têxtil, vestuário e calçados, que ocupavam pouco mais que a metade da força de trabalho paulista na década de 1920. A preponderância da infraestrutura paulista era tamanha que, ao final da década de 1930, o Estado de São Paulo contava com 57% da potência elétrica instalada em todo o país.

A ferrovia era um transporte rápido e eficiente e, graças a ela, surgem os aglomerados urbanos. Caracterizam-se, assim, as concentrações urbanas junto às estações ferroviárias nas primeiras décadas do século 20. Denominadas “povoado-estação”, surgiram, inicialmente, com o comércio para abastecer passageiros, culminando com os loteamentos residenciais interligados às indústrias – indústrias atraem indústrias e fixam operários ao seu redor.

Dessa forma, ladeando a linha férrea, próxima ao centro de São Paulo, junto ao distrito da Mooca, instala-se a nascente indústria paulista. Ela expande-se em direção a Santos, já que esses terrenos apresentam con-

dições favoráveis: terrenos baratos, infraestrutura de energia, condicionantes culturais e um farto estoque de mão de obra de operários dispostos ao trabalho – aquela gente que lotava a segunda classe dos vagões, na infância de Zélia Gattai.

Já o Bairro de São Caetano, na primeira década do século 20, não tinha relevância alguma na arrecadação tributária industrial do município de São Bernardo. Mas tudo muda a partir de 1911, com a lei municipal nº 95, que dava incentivos fiscais às empresas que aqui se instalassem, desde que contratassem mais de 50 operários. Nessa década, implantam-se as indústrias hegemônicas de São Caetano: as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo e a Cerâmica São Caetano – a General Motors instala-se no final da década de 1920 (a sua inauguração oficial deu-se em 12 de agosto de 1930).

Graças à iniciativa oficial, ao final daquela década, somam-se 20 grandes contribuintes industriais ao comércio de São Caetano. Há um incentivo à sociabilização com a iluminação pública do Bairro Centro, inaugurada em 1915. Surgem os primeiros sinais de uma expansão urbana, com a publicação do primeiro jornal, com o sintomático nome de *O Progresso*, anunciando a venda de lotes em prestações mensais, localizados onde, aparentemente, era ermo e isolado – “destes terrenos descortina-se

todo o panorama de São Paulo, São Bernardo e de todas as povoações circunvizinhas”.

Nos primeiros anos do século 20, a participação de São Caetano na arrecadação de tributos era pífia (somente superava os distritos de Mauá e Campo Grande, sendo o distrito de Santo André o de maior arrecadação). A partir de 1920, as arrecadações dos distritos de Santo André e São Caetano tornam-se preponderantes, competindo pela liderança tributária – levando-os às campanhas autonomistas, já que lideranças locais ansiavam por determinar rumos e diretrizes próprias com esses volumes de tributos. A relevância desses dois distritos fica clara ao observarmos o parque industrial que fora instalado em ambos, no ano de 1938. Enquanto São Caetano contava com 69 fábricas, que ocupavam 8.127 operários, Santo André dispunha de 72 fábricas e 7.661 operários – ou seja, mesmo com menos fábricas instaladas em São Caetano, elas foram capazes de criar mais empregos.

Visto isso, há uma continuidade industrial ao longo da linha férrea, paralela a ela, desde a Mooca, passando pelo Ipiranga, Vila Carioca, São Caetano e chegando a Santo André (sendo os dois últimos ainda distritos de São Bernardo). Graças a essa expansão, ao redor das indústrias instalam-se um mínimo de equipamentos urbanos (comércios básicos, postos de serviços públicos, etc) que se uniam a vilas operárias, pensões, casas de cômodos ou habitações construídas aos finais de semana, sobre lotes comprados em prestações. As indústrias, dessa forma, atraíam apreciável contingente demográfico, que ali apenas residia, exercendo atividades profissionais alhures: em outro subúrbio, outra cidade, transformando-se, paulatinamente, em “subúrbio- dormitório”.

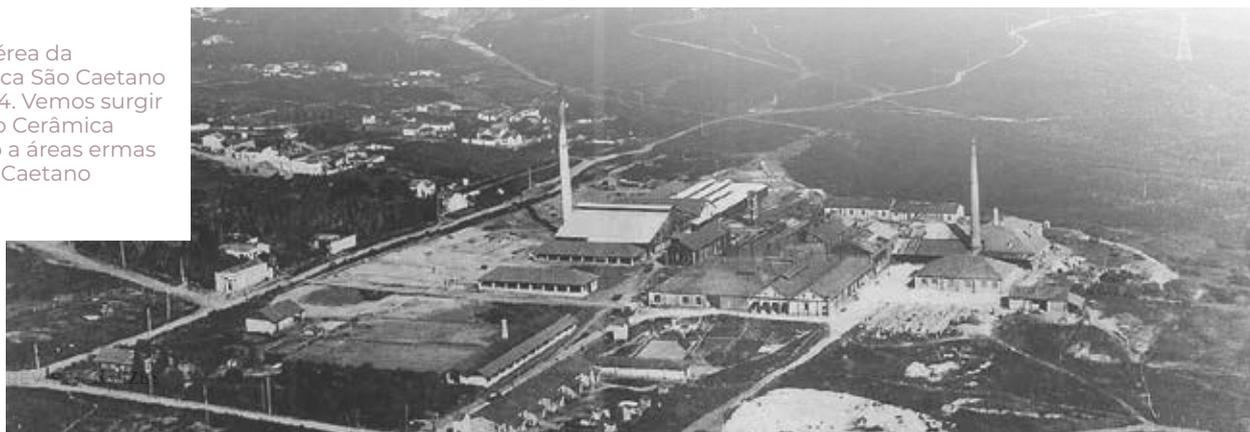
A disponibilidade de um número de operários superior à demanda das indústrias locais interessava – tanto ao industrial, para a reserva de mão de obra, como ao município, para atrair indústria – permitindo a expansão do parque industrial. Será a evolução do “povoado-estação”, tornando-se “subúrbio-estação”, onde, junto à estação, concentra-se um limitado comércio e uma prestação de serviços, rodeados de residências (predominantemente operárias), e onde a ocupação territorial da indústria é preponderante – essa indústria domina e determina, aos seus interesses, as dinâmicas espacial, social e econômica.

Na década de 1940, a ampliação ferroviária chega ao seu limite e os deslocamentos – transversalmente à linha férrea – passam a ser feitos sobre pneumáticos, alterando a expansão urbana e levando os “subúrbios-estação” para áreas bastante afastadas da estação, seriam as linhas “estação suburbana – periferia do subúrbio”, que reforçariam o contingente de moradores e que atrairiam novos parques industriais. Essas novas indústrias, mesmo distantes da linha férrea, funcionavam como atrativo para moradias operárias e pequenos comércios, gerando uma centralidade específica e submissa à rotina da indústria.

Em São Caetano do Sul, após o sucesso do movimento autonomista, a centralidade gerada pelo comércio junto à estação férrea foi capaz de atrair os serviços administrativos municipais, sediando-os em edifícios próximos à estação, rompendo os vínculos com o centro fundacional, do Bairro da Fundação - movimento semelhante ocorrera em 1937, com a transferência da igreja matriz, que saiu do antigo centro fundacional para uma centralidade “além dos trilhos”.

Acevo/FPMSCS

Vista aérea da Cerâmica São Caetano em 1934. Vemos surgir o Bairro Cerâmica envolto a áreas ermas de São Caetano



Das indústrias instaladas em São Caetano do Sul, ao início da década de 1950, podemos destacar três delas pelo porte: as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, a General Motors do Brasil e a Cerâmica São Caetano. Outras pela diversidade de produtos, como Aços Villares S.A., Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, Indústrias Aliberti S.A., PAN Produtos Alimentícios Nacionais, Tecelagem Nice, Indústria Cerâmica Vitrex Ltda., Usina Colombina S.A., Dal'mas Indústria Agroquímica Brasileira, Metalúrgica São Francisco, Refinaria de Óleos Brasil, Fidelidade S/A., Ferro Enamel S/A., Brasitex - Polimer Indústria Química, Sipes do Brasil S/A., Willo-Artefatos de Madeira, Fábrica de Tintas Ideal, Moinho Santa Clara e Porcelana Monte Alegre. Somam-se a essas pouco mais de 200 empresas de pequeno porte, que conformavam um significativo parque industrial, gerando riquezas, empregos e uma rede de comércios e serviços para supri-las.¹

Sob o impacto do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, a rede da indústria automobilística soma-se aos complexos industriais já consagrados, como química, metalurgia, plásticos, mecânica, borracha e material elétrico. A instalação de indústrias ao longo das rodovias, ao contrário da linha férrea, não exerce a função de atração ou in-

dução de assentamentos suburbanos residenciais, ou polos de urbanização – essas indústrias têm um caráter arquitetônico diferente da fase ferroviária, já que se apresentam com tipologias que buscam refletir a pujança da empresa, com requintes de vaidade capazes de atrair credibilidade frente aos consumidores e agentes creditícios, tal qual *outdoors*.

Nesse momento, na segunda metade da década de 1950, fundem-se fisicamente três “subúrbios-estação”, cuja expansão industrial era paralela à linha férrea. Santo André forma uma continuidade a caminho de São Caetano do Sul, através da Avenida Industrial, que desemboca em Utinga, enquanto São Caetano do Sul funde-se com São Paulo, através da Avenida Presidente Wilson, alcançando a Mooca. A conexão dá-se pelas instalações industriais entremeadas de casarios residenciais que, ora vencem as áreas colinosas da faixa ferroviária, ora se integram transversalmente à linha férrea pelo crescimento do bloco suburbano.

Aspecto de várias indústrias de São Caetano, em 1952. Destacam-se, à esquerda, o Moinho Santa Clara e a Refinadora de Óleos Brasil. Ao fundo, a General Motors



Acervo/FPMSCS

Essas conexões demandaram acomodações do traçado urbano para favorecer a fase automobilística, assim, em São Caetano do Sul, inaugura-se o Viaduto dos Autonomistas – substituem-se as portei­ras e privilegia-se o transporte sobre pneumáticos. Sintomaticamente sob o viaduto instala-se a estação rodoviária, junto à estação de trem, que fará as conexões entre os municípios e as linhas urbanas que atendiam bairros como Cerâmica, Monte Alegre e Barcelona.

A década de 1960 marca o ponto mais alto da concentração industrial do ABC Paulista em relação ao restante do Estado, saltando de 66%, em 1956, a 70%, em 1967, quando a Grande São Paulo passou a ser um centro de atração de empregos, recebendo 1,3 milhão de pessoas entre 1950 e 1960, e quase 2 milhões entre 1960 e 1970.

A década seguinte define o fim de um período de industrialização, no qual a concentração e a verticalização dos processos industriais seriam os modelos de uma produção fordista. As cidades convivem e disputam espaços com as indústrias. Os mesmos motivos que permitiram as concentrações industriais culminaram na expulsão dessas indústrias, já que os preços de terrenos sobem tanto para as moradias quanto para as instalações; os modelos de transporte ferroviário estavam desestruturados, enquanto os modelos



Vista do Viaduto Autonomista com a estação rodoviária, inaugurado em 1954



Vista aérea de São Caetano do Sul na década de 1970. Ao centro, a linha férrea, que aparece, ao fundo, ladeada por indústrias e, ao centro, por viadutos, poucos edifícios, casarios e comércios

rodoviários estavam saturados e congestionados; as regulações de zoneamento urbano, com maiores restrições e exigências de uso do solo, impediam o crescimento das indústrias; restrições ambientais exigiam investimentos de controle de poluição ambiental e sonora; e a alta de impostos municipais onerava a produção, encarecendo os valores finais do produto.

Frente a toda essa série de obstáculos ao crescimento industrial, os empresários passaram a questionar a necessidade de localização das indústrias, de alta complexidade, tão próximas ao centro consumidor – principalmente quando começam a surgir novas tecnologias de comunicação, que permitem um controle remoto da produção, até mesmo em outros continentes.

Somam-se aos motivos já expostos a nova conjuntura política e o fim do período militar, quando os trabalhadores e sindicatos, aglutinados por meio das centrais sindicais, buscam reivindicar direitos e participações, na tentativa de recuperar as perdas salariais do período inflacionário. Greves, paralisações e manifestações somam-se às ofertas e atrativos benéficos oferecidos por cidades do interior paulista, como isenção de taxas, cessão de terrenos e estímulos na contratação de trabalhadores locais. O núcleo denso da metrópole não oferece vantagens de localização, infraestrutura, oferta de mão de obra barata e, principalmente, soma-se a isso, o fim de um modelo concentrador e verticalizado de produção – será substituída por uma produção em redes, translocalizada em diversas plantas industriais, porém consolidadas em grupos econômicos hegemônicos.

Graças a esses movimentos de interiorização e desconcentração industrial, extensas áreas

da faixa industrial, paralelas às linhas férreas e ao longo do Córrego Tamanduaté, apresentam uma série de galpões industriais desativados, demolidos ou subutilizados, gerando áreas vazias de usos, restando aos vizinhos, residências, comércios e serviços verem decrescer sua função urbana quando as indústrias se retiraram – funcionários demitidos perdem salários, comércios perdem clientes e municípios perdem arrecadação.

Parte das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, localizada no Bairro da Fundação. Na imagem, as instalações já aparecem em ruínas



Os ativos imobilizados nos terrenos, anteriormente ocupados pela indústria, apresentam um capital imobiliário. Tal como as curvas da antiga linha férrea, surge a oportunidade de ajustar os rumos das áreas desindustrializadas com suas amplas áreas vazias, mas próximas a centros urbanos, onde espaços circundantes apresentam-se valorizados por empreendimentos imobiliários de alto nível. Essas áreas desindustrializadas são grandes o suficiente para promoverem reestruturações urbanas mistas, no qual complexos de grande porte possam conjugar torres residenciais, serviços e centros comerciais, cercados de grandes estacionamentos.

Como resultado desse modelo de reestruturação das cidades, deve-se considerar que ela determina idealizações do espaço urbano, buscando padronizar as soluções espaciais, que lembram elementos cenográficos, nos quais as ocupações, seus tipos e usos são monitorados para garantir sua idealização de um modelo de cidade privatizada. Como consequência dessas reestruturações, escasseiam-se espaços públicos de interação social que buscam eliminar elementos fora do padrão – desde o lixo nas calçadas a frequentadores indesejados.

Nota-se que esse tipo de reestruturação não promove a diversidade de usos, já que se trata de um produto imobiliário da iniciativa privada que não tem motivação de promover urbanidade, ou tampouco “fazer cidade”. Exemplos desse tipo de empreendimento podem ser vistos sobre antigas áreas industriais, próximas a bairros com valorização imobiliária, como a antiga Copas e General

Acervo/PMSCS

Electric, em Santo André, ou as antigas instalações da Ford - Fábrica de Caminhões, no Ipiranga, conformando enclaves que permitem aos seus frequentadores a convivência entre similares sem a inconveniência de indesejáveis, por meio do controle e do monitoramento. Esses produtos imobiliários geralmente cercam-se de largos e amplos estacionamentos, que terminam por “ilhar” as edificações, segregando-as do tecido urbano.



Vista aérea do Shopping Mooca Plaza, que foi erguido sobre o terreno da fábrica de caminhões da Ford, no Ipiranga. Foto de 2018

Pode-se dizer que enclaves são fragmentações que não se integram na cidade. Considerando a cidade como o local de interação e comunicação, fonte dos encontros cotidianos fortuitos e heterogêneos e do diálogo do coletivo, esses produtos imobiliários, produzidos sobre largos terrenos, segregam-se do tecido urbano, negando-se ao diálogo com o entorno e, portanto, à urbanidade.

Talvez a vida nas cidades seja como os trilhos da São Paulo Railway, que se assentavam sobre suaves campinas quase em linha reta, para, em seguida, traçarem grandes curvas, que permitiam ajustes para alcançar o destino pretendido. Teremos de aprender a lidar com longas e reversas curvas que mudam o rumo das nossas cidades, ainda presenciaremos novas soluções para as grandes áreas urbanas que herdamos de indústrias em reestruturação, relegando às cidades um vácuo de arrecadação, que se soma à lacuna de salários, serviços e usos perdidos.

Certamente, enfrentamos uma grande curva na trajetória da nossa reestruturação urbana. Nesse momento, grandes áreas remodelam-se em simulacros de urbanidade que aprofundam medos

e desconfianças, conformando enclaves. Cabe, porém, reavaliar a trajetória, talvez em uma curva reversa que nos alinhará a um outro destino, com amplos espaços públicos, congregando e abraçando uma vizinhança de moradores partícipes. Cidades não se fazem com edificações, mas com cidadãos que são a associação consentida da multidão. A cidade não pode ser justa e feliz se não for constituída de indivíduos felizes. ■

Notas

¹ Muitas delas, hoje, não são mais que nomes impressos na memória daqueles que viveram este período de furor industrialista

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. *A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy*. 2008. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11092009-164530/en.php>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. Bauru - SP: EDIPRO, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS - ESPAÇO CERÂMICA (Brasil (sp) São Paulo). *O Espaço Cerâmica*. 2017. Disponível em: <http://espacoceramica-scs.com.br/o-espaco-ceramica/>. Acesso em: 0 (excluir zero) 2 jul. 2019.
- BOTELHO, Adriano. *A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. Cadernos Metrópole*, n. 18, 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Novos estudos CE-ERAP*, v. 47, p. 155-76, 1997.
- CALUJARI, Mauro. *Espaço público e urbanidade em São Paulo*. São Paulo: (dois pontos) BEI Comunicação, 2016.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*. São Paulo: (dois pontos) Global Editora, (vírgula) 1970.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: (dois pontos) Editora Global; (ponto e vírgula) Campinas: (dois pontos) Editora da UNICAMP, 1985.
- COMPANYS, Ross. *Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. EMURB. Caminhos para o centro: estratégias para desenvolvimento da região central da São Paulo*, p. 24-57, 2004.
- CUSTÓDIO, Vanderli et al. *ST5-415 SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E FORMA URBANA: ALGUMAS REFLEXÕES*. *Anais ENANPUR*, v. 15, n. 1, 2013.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro / EDUSP, 1971. 272 p.
- DENIZO, Valentinia. *ST 2 Planos de Desenvolvimento Integrado Para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): UMA HISTÓRIA SEM FIM*. *Anais ENANPUR*, v. 16, n. 1, 2015.
- FERRERIA, Josue Catharino. *As Alterações na Estrutura Industrial de Santo André (1975 - 2013)*. 2013. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.
- GIANELLO, José Roberto. *Indústrias registradas na cidade espelham a euforia do pós-guerra*. *Razes*. São Caetano do Sul, n. 22, p.5-17, dez. 2000. Disponível em: <http://www.fpm.org.br/Publicacoes/PDF/39>. Acesso em: 9 fev. 2020.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações Ferroviárias do Brasil*. 2018. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/zipiranga-spr.htm>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- GLAESER, Edward. *Os centros urbanos: a maior invenção da humanidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço & Debates*, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo - Estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
- Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 46, p. 88-106, 1971.
- LENCIONI, Sandra. *Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas*. In: ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998b, p.1-10.
- MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. In: *O processo de urbanização no Brasil*, (vírgula) 1999.
- MEDICI, Aclémir. *Migração e Urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec: São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993. 578 p.
- MONEGATTI, Leandro. *Lançamentos em Santo André - Odebrecht Realizações Imobiliárias*: Leandro Corretor de Imóveis. 2018. Disponível em: <http://leandrocorretordeimoveisabc.blogspot.com/p/lançamento-em-santo-andre.html>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- NEGRÍ, Barjas. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. 1994. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285344/1/Negri_Barjas_D.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- OLIVA, Jaime Tadeu; FONSECA, Fernanda Padovesi. *O "modelo São Paulo": uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 65, p. 20-56, 2016.
- PASSARELLI, Silvia Helena. *O diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André*. 1995. 160p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP, São Paulo, 1995.
- RIBEIRO, Julio. *A Carne*. São Paulo: Martin Claret, 199.
- QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi. *A reconfiguração sócio espacial da metrópole paulistana: a releitura da reestruturação produtiva e a desconcentração industrial*. *Anais: Encontro Nacional da ANPUR*, v. 8, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2000. 97p.
- SUZIGAN, Wilson. *A industrialização de São Paulo: 1930-1945*. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971.
- SUZIGAN, Wilson et al. *Industrialização brasileira em perspectiva histórica. História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 2, p. 7-25, 2000.
- TEIXEIRA, Aparecida Netto. *A produção do espaço público no projeto urbano Eixo Tamanduatehy (Santo André, SP)*. *Arquitextos*, São Paulo, n. 122.04, p.1-12, jul. 2010. Disponível em: <http://7vitruius.com.br/revistas/read/arquitextos/11122/3483>. Acesso em: 22 ago. 2019.

Enrique Grünspan Staschower

é arquiteto graduado pela Universidade Braz Cubas, e mestre em Culturas e Identidades Brasileiras, pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Atua como docente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Santo André e da Universidade Anhanguera. É autor dos livros *Arquitetura Brasileira - da Arquitetura Colonial às Divergências no Modernismo e Arquitetura e Urbanismo - Paisagismo de Jardins e Plantas Ornamentais*.

A pandemia de "grippe hespanhola" em São Bernardo

☰ Marcos Imbrizi

NESTE ANO DE 2020 o planeta enfrenta a pandemia do coronavírus. A partir da China o vírus se espalha pelos continentes e ainda não sabemos com certeza qual será o seu fim. Há pouco mais de 100 anos, foi uma outra pandemia, a da “grippe hespanhola”, entre os anos de 1918 e 1920, que assolou o mundo. Nossa intenção, a partir deste artigo, é mostrar como se deu esta pandemia em nossa região do Grande ABC, a então São Bernardo.

Para tanto, além de alguns livros, pesquisamos também o arquivo digital do jornal *O Estado de São Paulo*, e o acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, entre outros. No caso de publicações de época, mantivemos a grafia original. Assim, teremos várias vezes a citação da “grippe hespanhola”, como é o caso do título deste artigo.



Charge publicada no dia 18 de outubro de 1918, na *Gazeta de Notícias*

Naquela época, a Primeira Guerra Mundial chegara ao fim (1918) com mais de nove milhões de mortos e outros milhões de inválidos. O seu final, não bem resolvido, levaria ao segundo

conflito mundial pouco mais de 20 anos mais tarde. Pois foi neste mesmo período que teve início a pandemia que, em dois anos, matou entre 20 e 40 milhões de pessoas em todo o mundo. Trata-



Fachada da Santa Casa de Misericórdia, na década de 1920

-se da gripe espanhola, doença que leva este nome devido ao fato de serem os médicos espanhóis que alertaram à alta letalidade da doença. (TOLEDO, 2015, p. 180)

Os primeiros casos surgiram em fevereiro de 1918 e, apesar de bastante contagiosa, a princípio, a gripe causava poucos dias de febre e mal-estar. Alguns meses mais tarde, em agosto daquele ano, no entanto, a doença tornou-se mortal. Não demorou muito para os primeiros casos chegarem ao Brasil, a São Paulo e a então São Bernardo, que, em 1918, era constituída pelas sete cidades do atual Grande ABC.

Cenário – Em seu livro *A Capital da Vertigem*, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo faz um relato da chegada da doença ao Brasil e à capital paulista. De acordo com o autor, a doença foi diagnosticada pela primeira vez em 9 de outubro daquele ano, em hóspedes cariocas instalados em um hotel no Centro da cidade. Alguns dias mais tarde, em 14 de outubro, após uma reunião para avaliar a situação, o diretor do Serviço de Saúde, Arthur Neiva, declarou o estado de epidemia. “O avanço do mal se fazia a galope. No dia 16, foram

Arquivo Estado

Anúncio do remédio Grippina, que prometia a cura da gripe espanhola, publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 1º de novembro de 1918

notificados 29 casos; no dia 17, 99; no dia 18, 179. Mais alguns dias, e a ordem de grandeza já era outra: 982 casos no dia 22, e 1.144 no dia 25.” (TOLEDO, 2015, p. 180/1)

O livro traz ainda um diagnóstico das medidas adotadas para enfrentar o problema. Pelo fato de a estrutura de atendimento da cidade ser insuficiente para enfrentar a situação, foram tomadas medi-

das emergenciais. Como a rede de hospitais se recusava a receber os doentes da gripe, com medo de contaminação dos demais pacientes, uma das medidas foi a instalação de postos de atendimento improvisados em escolas, clubes e outros locais. A Hospedaria dos Imigrantes, na Mooca, foi um deles e contava com mil leitos de atendimento.

No mês de novembro de 1918, auge da epidemia, eram 37 os hospitais improvisados em locais como os colégios Sion, São Luis, Mackenzie e *Des Oiseaux*, além de outros 36 postos de socorro. O livro mostra também os movimentos de solidariedade, com doações em dinheiro, equipamentos, roupas e outros produtos.

“No início de novembro a medida dos casos novos já se situava nos 7 mil diários (...). A esta altura a cidade já mudara de cara. Boa parte do comércio fe-

chara as portas, seja por falta de fregueses, seja por medo deles, seja por doença dos funcionários.” (TOLEDO, 2015, p. 186)

Um mês mais tarde, em dezembro daquele ano, com a forte diminuição do número de casos, o ritmo da cidade começa a ser normalizado, com a reabertura do comércio e espaços públicos. “No dia 19 Arthur Neiva declarou encerrado o estado epidêmico na cidade, depois de 66 dias. Na conta oficial, 116.777 pessoas foram infectadas na cidade de São Paulo e 5.331 morreram. (...) Impossível saber quantas foram as vítimas no Brasil, dada a carência de registros na maior parte do país.” (TOLEDO, 2015, p. 192)

Toledo lembra ainda que entre as vítimas da doença estão o presidente Rodrigues Alves que, reeleito para um segundo mandato, não chegou a tomar posse.

As notícias – A epidemia da gripe hespanhola também tomou as páginas dos jornais da época. Ao acompanhar os textos, é possível verificar a propagação da doença no Brasil e em São Paulo, bem como as medidas tomadas pelo governo para enfrentar o problema.

A edição de 22 de outubro de 1918 de *O Estado de São Paulo* informava, na página 4, sobre o aumento do número de casos e as medidas adotadas. Sob o título *A Influenza Hespanhola*, lemos:

Notou-se ontem um sensível accrescimo do numero de casos de gripe, nesta capital. A marcha da epidemia, como era de se prever, vae sendo rápida. O Serviço Sanitario, o governo, a prefeitura, o arcebispa-do, a diretoria de instrucção, a Liga Nacionalista, a direcção de varias escolas não officiaes tem tomado providencias tendentes a entravar quanto possível a disseminação da moléstia, como se viu das noticias que já publicamos, e se verá das que publicamos hoje. Resta que a população auxilie, como toda a boa vontade, essas providencias. Sem a sua boa vontade, sem a sua obediencia e collaboração vigilante, todas as medidas se tornarão inúteis e a epidemia poderá alastra-se enormemente, trazendo, no mínimo, grandes incommodos, sustos e prejuízos a todos.

Vão-se fechar as escolas pri-

Circular da Directoria Geral do Serviço Sanitario, publicada em 1º de novembro de 1918, no jornal *O Estado de S.Paulo*

Acervo Estação

Directoria Geral do Serviço Sanitario
CIRCULAR

São Paulo, 16 de Outubro de 1918.
Sr. Gerente,
Tendo surgido nesta capital a gripe hespanhola, venho, contando com o indispensavel concurso de v. s. na defesa da saude publica, solicitar-lhe providencias para que sejam systematica e diariamente notificados pelo telephone, n. 1.992, Cidade, casos de molestia que occorrerem entre operarios desse estabelecimento.

A notificação deve ser feita pelo medico da empresa ou, na falta deste, pelo proprio gerente, com a declaracão do numero de doentes verificados, afim de que o Serviço Sanitario possa estar sempre ao par da evoluçào do mal, agir como tór mistér e evitar que se estabeleça panico, como se deu no Rio de Janeiro.

Para maior facilidade das notificações, installou-se um telephone especial, destinado exclusivamente a esse serviço, e cujo numero é o já acima referido (Cidade — 1.992).

No caso, porém, de que não haja aparelho no estabelecimento ou occorra qualquer outro impedimento póde a notificação ser feita por escripto.

O DIRECTOR DO SERVIÇO SANITARIO.

Anúncio da Água Inglesa de Freire d'Aguiar publicado em O Estado de S. Paulo, em 26 de outubro de 1918

marias e, provavelmente, todas as outras escolas, mesmo as superiores. Essa medida visa impedir aglomerações que facilitem o contágio. É claro, porém, que se a população não tiver os devidos cuidados, esta medida pode transformar-se num perigo, por ventura tão grande, se não maior que o mal que se pretende evitar. Referimo-nos aos cuidados de usar com os alumnos dessas escolas. É preciso evitar a todo custo, que, deixando de ir às aulas, eles se reúnam em bandos ou perambularem por casas particulares, jardins, ruas e onde quer que seja, expondo-se a contrahir e a disseminar a moléstia. É necessário evitar saídas inúteis. É necessário evitar visitas a passeios. Deve ter-se especial cuidado em prevenir-se contra constipações e resfriamentos. (...)

O jornal mostra, ainda, as medidas do Serviço Sanitário, e as “Providencias que se deve tomar”. Entre elas, o “Fechamento dos Grupos Escolares – Recommendations aos Professores”. Há ainda a indicação de “Postos Médicos para os alumnos dos grupos”. E, finalmente, as determinações sobre a “Conducção de Cadáveres”.

Nas notícias do Rio de Janeiro, a capital brasileira da época, podemos ler: “A Urbs esvaslou-se e os comerciantes logo açaram as unhas para a rapina. Medicamentos e alimentos indispensaveis atingiram preços inacreditáveis, ao passo que as pharmacias recebiam as economias do povo, que buscava assim os recursos indispensáveis para



evitar o rigor do mal”.

A publicidade – Passados 100 anos, outra questão que chama a atenção é a publicidade que encontramos nas edições de *O Estado de São Paulo*. Com o clima de medo que se implantou com a doença, proliferaram os produtos para enfrentar a doença. Alguns de eficiência duvidosa.

A edição do jornal da quarta-feira, 30 de outubro de 1918, por exemplo, traz um comunicado da Directoria de Serviço Sanitario sobre a gripe. Ao lado deste comunicado, em um quadro lê-se, em um destes anúncios: “Recommenda-se como bom fortificante na convalescença da Grippe Hespanhola – Emulsão de Scott”.

O jornal de alguns dias antes, 26 de outubro, divulga informações sobre cuidados para se

prevenir da doença, bem como o contato de unidades de saúde. Junto, lê-se um anúncio da Água Inglesa de Freire d'Aguiar para prevenir a doença.

Outro exemplo disso está na edição do jornal de 1º de novembro daquele ano. Junto a uma circular da Directoria de Serviço Sanitario há um anúncio com certidões de famílias que haviam se curado após o uso do remédio Grippina.

Notícias de São Bernardo – Segundo o recenseamento nacional, em 1920, o município de São Bernardo contava com uma

população de 24.014 habitantes nos distritos de Santo André (7.036), São Caetano (4.487), Ribeirão Pires (3.433) e Parapiacaba (3.286), além dos 5.772 moradores da sede do município. (GAIARSA, 1968, p. 74)

Em seu livro *A Cidade que dormiu três séculos*, Octaviano A. Gaiarsa informa: “Em 1918, a gripe ‘espanhola’ que assolava o mundo inteiro, atingiu o município. A mortalidade foi elevada. Antonio Queirós dos Santos fundou e custeou um hospital em Parapiacaba para abrigar e tratar os doentes atingidos pelo flagelo”. (GAIARSA, 1968, p. 72)

Ainda segundo o autor, no ano anterior, Saladino Cardoso Franco e Dr. José Luís Fláquer tinham sido eleitos, respectivamente, prefeito e presidente

da Câmara, que tinha como leitores João Leite de Oliveira Caçapava, Antônio Joaquim de Lima, Godofredo da Câmara Genofre e Serafim Constantino.

O livro *Santo André: ontem, hoje, amanhã*, mostra como era o sistema de saúde da cidade da época. Apesar do esforço de Fláquer no início do século 20 na cidade, com o crescimento da população os problemas da assistência médica requeriam outras medidas. Segundo o autor, a iniciativa partiu da família Cardoso Franco, que contava com o médico Sílvio Franco, dedicado à profissão. Organizada a 'irmandade', com a colaboração de pessoas de certo prestígio social e da própria população, foi lançada a pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia de São Bernardo no dia 1º de abril de 1911, nos moldes das que em muitas cidades, haviam sido organizadas e construídas com a ajuda do povo e dos homens abonados.

No referido texto, Octaviano Gaiarsa afirma:

No fim do primeiro ano do conflito mundial, a epidemia de gripe chamada 'espanhola', avassalou o Brasil sendo que um terço da população de S. André foi atingida (9.800 pessoas), registrando-se 135 óbitos. Nessa ocasião a Santa Casa atendeu aos doentes com recursos oferecidos pela municipalidade. Em Parana-piacaba, onde a população era

relativamente grande, foi improvisado um hospital, criado e sustentado pelo cidadão Antônio Queirós dos Santos. (GAIARSA, 1991, p. 191)

O texto continua: "Após o surto da 'gripe espanhola' a Santa Casa fechou provisoriamente as portas, por falta de numerário, ainda que a municipalidade a tivesse ajudado continuamente". (GAIARSA, 1991, p. 192)

Na imprensa – Ainda com relação à doença, encontramos algumas notas da região em *O Estado de São Paulo*. Na página 5, da edição de 24 de outubro de 1918, lemos:

Da redação d'O Município de S. Bernardo foram enviadas as informações relativas ao dia anterior:

De hontem para hoje a gripe tomou maior incremento neste município. Na villa de S. Bernardo foram notificados 3 casos e na estação do Rio Grande enfermaram 13 operarios da firma Souza Aranha & Comp. Para esta ultima localidade foi solicitada a intervenção do Serviço Sanitario, pois, naquela empresa trabalham cerca de 400 operarios. Em Ribeirão Pires também foram notificados alguns casos. Os estabelecimentos industriaes Companhia Paulista de Lanificio Kowarick, fabricas, "Lucinda" e Santo André" suspenderam, desde

A EPIDEMIA REINANTE

CONSELHOS AO POVO

O "Estado" assim resumiu os conselhos do Serviço Sanitario, comunicados á imprensa no dia 17:

Evitar aglomerações, principalmente á noite.
Não fazer visitas.
Tomar cuidados hygienicos com o nariz e a garganta: Inalações de vaselina mentholada, gargarejos com agua e sal, com agua lodada, com sado citrico, tamindo e infusões contendo taninos, como folhas de galebrão e outras.
Tomar, como preventivo, internamente, qualquer sal de quinina nas doses de 25 a 50 centigrammas por dia, e de preferencia no momento das refeições.
Evitar toda fadiga ou excessu physico.
O doente, nos primeiros symptomas, deve ir para a cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complicações e contagio. Não deve receber, absolutamente, nenhuma visita.
Evitar as causas de restrição: é de necessidade tanto para os doentes, como para os doentes e os convalescentes. A's pessoas doentes devem applicar-se com mais rigor ainda todos esses cuidados.

RECOMENDAÇÕES UTEIS

Não chamar medico sem motivo serio: esperar-lhe quanto possível as visitas reiteradas. É preciso não esquecer que os clinicos se acham com uma sobrecarga enorme de serviço, e muitos já se vão sentindo esgotados, tornando-se mais facil presa da moléstia, que melles pôde assumir fórma grave, devido ao cansaço.
Não se utilizar do telephone, enquanto durar a epidemia, sendo em casos de real necessidade. Casos de conversações inúteis. De contrario, não haverá em breve telephonistas que bastem para o serviço e os prejudicados serão os enfermos e as familias afflictas.
Não recorrer aos postos de socorro nem á assistência sem motivo serio. Tanto uma como a outra têm muito que fazer em favor dos que soffrem.
Os vens. pharmaceuticos e officinas do pharmacia devem offerrecer o seu auxilio ao Serviço Sanitario, quando dispõem de tempo para isso.
As associações que têm medicos contractados devem organizar postos particulares para os seus socios.
Disponha-se cada qual a reservar um posto do qual lhe sobra em beneficio dos mais necessitados. Nada de dissipar e gastos inúteis.
Das curas e noticias alarmantes, não verificadas, é des-humildade e indicio de sentimentos baixos.

POSTOS DE SOCCORRO

Serviço Sanitario: Rua do Santa Ifigenia, 24 (teleph. Cidade - 3985). Largo do Coração de Jesus, 7 (teleph. Cidade - 3299). Av. Hannel Postano, 228-A (teleph. Braz - 632). Av. Brigadeiro Luis Antonio, 45-C (teleph. Central - 2229). Rua Araujo, 10 (teleph. Cidade - 224).

Os postos do Serviço Sanitario só attendem até ás 20 horas, e dahi em diante os chamados deverão ser dirigidos á Assistência Policial.

Cruz Vermelha: 1.ª - Rua do Gasometro, 130. — 2.ª - ro, 29 (teleph. 138, 55, 2.ª and. no Commercio) e posto mais serviço, em be-

Directoria Geral do Serviço Sanitario publica Conselhos ao Povo, no jornal *O Estado de S. Paulo* de 26 de outubro de 1918

hontem, o trabalho à noite.

Os trens de passageiros de e para Santos trafegam com insignificante numero de passageiros, ao passo que tem augmentado extraordinariamente o transito de automóveis pelo Caminho do Mar.

A edição do dia 27 do mesmo mês informa: "S. Bernardo, 26 – Sobre a 130 os casos de gripe hespanhola verificados nesta cidade, todos com caracter benigno. Tres dos enfermos somente se acham em estado grave".

Uma coluna publicada na página 4, da quinta-feira, dia 31 de outubro de 1918, traz mais informações de São Bernardo:

Da redacção d'O Município de São Bernardo recebemos hontem o seguinte telegrama: Continuam a ser registados numerosos casos novos de gripe em todo o município. No Alto da Serra estão sob cuidados do dr. Magalhães mais de 300 enfermos todos empregados da S. Paulo Railway. As receitas estão sendo aviadas pelo farmacêutico Genofre único existente naquella localidade. Em Rio Grande há cerca de 80 operarios da firma Souza Aranha & Comp. Atacados pelo mal. Estes enfermos estão mal accomodados num barracão distante da localidade, não tendo recebido até agora o menor auxilio por parte da referida firma.

Os doutorandos Sylvio Cardoso Franco e Pedro Gelais Pinto, do posto de soccorros publicos continuam sobrecarregados de serviços, tendo de acudir aos enfermos desta localidade, S. Caetano, Villa de S. Bernardo, Pilar e Ribeirão Pires.

O dr. José Luiz Flaquer, apesar de estar seriamente enfermo, teve de tratar de 11 enfermos na villa de S. Bernardo e 115 nesta localidade.

Verificaram-se hoje os primeiros casos fataes. Falleceram: nesta localidade os srs. Domingos Russimo, negociante, e Luiz Narducci, e em Rio Grande, um operario da empresa Souza Aranha & Comp.

Calcula-se que em todo o mu-

nicipio há mais de 800 pessoas atacadas da gripe.

Na página 4, de 26 de novembro de 1918, temos mais informações:

Da redacção d'O Município de S. Bernardo: S. Bernardo, 25 – A media diaria dos casos novos de influenza em todo o município que na semana transacta, que na semana passada era de 50 decresceu para 20. Approxima-se de 6.000 o numero de pessoas atingidas pelo mal reinante e de 140 o de obitos verificados. Existem ainda em tratamento cerca de 900 pessoas. Continuam a prestar serviços clínicos no posto de soccorros desta localidade os doutorandos Sylvio Cardoso Franco e Pedro Gélas Filho. O doutorando Benedicto de Castro Simões deixou hoje de prestar seus serviços por ter sido effectivado no quadro clinico na Sociedade Beneficente dos Empregados da S. Paulo Railway, destacado nesta zona. Já existem diversos leitos vagos no hospital do Alto da Serra, custeado pelo sr. Antonio Queiroz dos Santos e dirigido pelo sr. dr. Magalhães Junior, auxiliado pelo sr. dr. Benedicto do Amaral e por exmas. Sras. residentes naquella localidade.

Os doentes de Rio Grande, Campo Grande e Ribeirão Pires já se encontram em

franca convalescença sendo que só se tem constatado casos novos nesta localidade, Pilar e S. Caetano.

Conclusão – A São Bernardo da década de 1910 abrigava os sete municípios do atual Grande ABC e começava a se desenvolver. A população total em 1920 era de pouco mais de 24 mil habitantes. A região, que já contava com uma estrutura de saúde para enfrentar a pandemia teve de ampliar o serviço de atendimento. Se a Santa Casa de Misericórdia de São Bernardo, em funcionamento desde 1911, já atendia aos doentes, em Paranapiacaba, uma importante vila ferroviária na época, foi necessária a instalação de um hospital improvisado.

Vale lembrar que a antiga Santa Casa de São Bernardo foi o embrião do atual Centro Hospitalar Municipal de Santo André Dr. Newton da Costa Brandão que segue prestando importantes serviços atualmente no atendimento dos doentes do novo coronavírus. Assim, da mesma forma que vencemos a pandemia da “gripe hespanhola”, há 100 anos, que em 2020 superemos também a do novo coronavírus. ■

Referências bibliográficas

ROCHA, Juliana. Pandemia de gripe de 1918. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7>
GAIARSA, Otaviano A. *A Cidade que dormiu três séculos – Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica (1553-1960)*. 1ª edição, PMSA, 1968.
GAIARSA, Otaviano A. *Santo André: ontem, hoje, amanhã*. Santo André, PMSA, 1991.
MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Ed. Hucitec/PMSCS, 1992.
TÔLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Vertigem. Uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. 1ª edição – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

Marcos Imbrizi

é jornalista, professor de História e assessor de imprensa na Prefeitura de Santo André.

Associação Desportiva São Caetano

Campeã paulista da segunda divisão de 1991

Renato Donisete Pinto

Acervo/Gazeta Press



Equipe da A.D. São Caetano no Estádio Anacleto Campanella, na primeira fase do campeonato. Da esquerda para direita, em pé, vemos: Jayme Tavares, Tião, Marcos, Carlão, Martorelli, Daniel e Cacá. Agachados: Luis Carlos, Aginaldo, Cruz, Serginho Chulapa e Paulinho Kobayashi

O ANO DE 1991 FOI MUITO ESPECIAL para a Associação Desportiva São Caetano, com a conquista de seu primeiro título: Campeã Paulista da segunda divisão de profissionais. Em apenas dois anos desde sua fundação, o clube conseguiu dois acessos seguidos e um título.

A preparação de 1991 começou com um jogo-treino no dia 8 de fevereiro contra a Portuguesa Santista, realizado no campo do Brasil F.C., no litoral paulista, com um empate em três gols, marcados por Giba, Luís Carlos e Paulinho Kobayashi. Além desta partida, foram realizados amistosos contra o Atlético Monte Azul, no dia 24 de fevereiro, o Estrela Esporte Clube, de Porto Feliz, no dia 3 de março, e o Guarani Saltense Atlético Clube, no dia 10 de março; além de jogos-treino contra o Palmeiras, em 8 de março, e o Santo André, no dia 13 do mesmo mês. Com exceção do jogo com o Palmeiras, todas as partidas foram fora de São Caetano do Sul. A base da equipe foi mantida, ainda comandada pelo técnico José Gazetto, o Zelão, e reforçada pelo experiente goleiro Martorelli (Rinaldo José Martorelli foi destaque do Palmeiras entre os anos de 1985 e 1987).

O Campeonato Paulista da segunda divisão de 1991 contou com 52 clubes. Uma competição muito difícil e disputada, com quatro fases classificatórias,

resultando nas duas melhores equipes subindo para a divisão intermediária.

No dia 17 de março, a A.D. São Caetano estreou no campeonato com vitória contra o Grêmio Esportivo Mauaense. O São Caetano entrou em campo com Martorelli; Marcos, Reinaldo, Ricardo e Adriano; Rogério, Luís Carlos e Paulinho Kobayashi; Osmir (Taloni), Giba e Chaléu (Ivair). Valtinho marcou aos 15 minutos do primeiro tempo para a equipe mauaense e, em menos de oito minutos, o São Caetano virou: Paulinho empatou aos 18 minutos, e Rogério virou, aos 23 minutos.

Um fato importante, neste início, foi a renovação do contrato do craque Luís Pereira e a chegada do atacante Agnaldo da Silva Valentim. Ele se destacou pelos seus gols na equipe do Club Sportivo Sergipe e logo foi contratado pelo São Paulo F.C., onde atuou de 1983 a 1985. Antes do São Caetano teve uma passagem pelo vizinho Santo André.

Na sequência, a equipe teve duas derrotas em cinco rodadas, dois empates e uma vitória. Com esta campanha, o treinador Zelão deixou o cargo, fato noticiado no *Diário do Grande ABC* do dia 28 de abril de 1991. Quem assumiu interinamente a equipe foi o treinador dos juniores, Luís Claudio Gonçalves, chamado carinhosamente de Fininho, que ficou no comando por

oito jogos. Teve quatro vitórias, três empates e uma derrota.

No final de maio, foi anunciado outro grande reforço para o time, o consagrado atacante Serginho Chulapa. Sérgio Bernardino é o maior artilheiro da história do São Paulo, com 243 gols. O craque jogou a Copa do Mundo de 1982 na Espanha, atuou por quase 10 anos no São Paulo e depois defendeu o Santos. No Azulão, segundo o historiador José Pires Maia, Chulapa é o quarto maior artilheiro, contabilizando 38 gols.

Sua estreia aconteceu no Estádio Anacleto Campanella, em um clássico contra o E.C. São Bernardo no dia 2 de junho de 1991. Não poderia ter sido melhor, um gol seu, aos 26 minutos do primeiro tempo, deu vitória ao São Caetano e confiança aos quase quatro mil torcedores presentes. Nesta partida, o Azulão se apresentou com: Martorelli; Marcão, Daniel, Carlão e Cacá; Luís Carlos, Tião e Paulinho; Cruz, Serginho Chulapa e Agnaldo (Ivair).

No dia 11 de junho, o São Caetano contratou o treinador Deodoro José de Almeida Leite, que estreou com vitória no dia 16 daquele mês, em uma goleada de 3 a 1 frente ao Jabaquara Atlético Clube, e comandou a equipe até o final de 1991. Deodoro se consagrou como lateral do Juventus da Mooca, onde atuou em 356 partidas, de 1973 até 1984. Assim que en-

cerrou a carreira de futebolista, já iniciou, no próprio Juventus, a carreira de treinador.

Durante a temporada a equipe apresentou mais reforços, um deles foi o meia Lívio. Lívio Damião Rodrigues Vieira foi jogador do Londrina Futebol Clube, do Cruzeiro, entre outros. Após encerrar a carreira, tornou-se treinador.

Em uma brecha no calendário do Campeonato Paulista, o clube fez um amistoso, no dia 24 de agosto, com o E.C. Bahia, para inaugurar o Estádio Distrital José Tortorello, em São Caetano do Sul. Neste jogo festivo, o São Caetano perdeu por 1 a 0. A partida foi conduzida pelo famoso árbitro José Roberto Wright. Este jogo marcou a estreia do goleiro Serginho. Sergio Roberto da Silva se destacou na Portuguesa de Desportos, vice-campeã paulista de 1985. Antes de chegar ao Azulão, Serginho atuava na Portuguesa Santista.

A A.D. São Caetano terminou a primeira fase da Série A em primeiro lugar, com 13 vitórias, dez empates e apenas três derrotas, nos 26 jogos disputados.

A segunda fase começou em 22 de setembro e contou com as 12 equipes classificadas distribuídas em três grupos. O São Caetano ficou na Série I, com Jacaré Atlético Clube, Clube Atlético Paulistano e o Clube Atlético Pirassununguense. Para disputar esta fase e reforçar o time foi contratado o experiente lateral Wladimir Rodrigues dos

A.D. São Caetano em Lins (SP), na vitória por 2 a 0 sobre o Linense, em jogo realizado no dia 27 de outubro de 1991. Da esquerda para direita, em pé, estão: Tião, Serginho, Carlinhos, Forlan, Luiz Pereira e Wladimir. Agachados, vemos: Fernando (fisioterapeuta), Agnaldo, Luis Carlos, Serginho Chulapa, Cruz, Guina e Pádua (massagista)



Acervo/A.D. São Caetano

Santos, ídolo do Corinthians Paulista, sendo o jogador que mais vestiu a camisa alvinegra, em 805 partidas.

Com ótima campanha, a equipe sul-são-caetanense se classificou para as semifinais com três vitórias, dois empates e apenas uma derrota. Ficou à frente do Paulistano pelo saldo de gols. Nas semifinais, a equipe ficou na Série P, com o União Suzano Atlético Clube, o Clube Atlético Linense e o Guararapes Esporte Clube. Novamente, o Azulão terminou em primeiro lugar e foi para a fase final, com a Associação Esportiva Velo Clube (Rio Claro), o Oeste Fu-

tebol Clube (Itápolis) e o Bata-tais Futebol Clube.

O acesso para a divisão intermediária foi conquistado no Estádio Anacleto Campanella, na vitória por 3 a 2 em cima do Oeste. Novamente Serginho Chulapa fez a diferença com dois gols. Uma grande festa na cidade! Aliás, Chulapa foi nosso artilheiro em 1991, com 18 gols marcados.

Um empate no último jogo daria o campeonato ao Azulão. E foi o que aconteceu. O título foi conquistado em Rio Claro, em um empate com o Velo Clube. Segue a ficha técnica do jogo do primeiro título da A.D. São Caetano:

A.E. VELO CLUBE 1 x 1 A.D. SÃO CAETANO

Data: 8 de dezembro de 1991

Local: Estádio Benito Agnello Castellano, em Rio Claro (SP)

A.E. Velo Clube

Veneno, Eduardo, Dimas, Ivano e Mainho; Mano, Artur e Wilson Lopes; Val (Aílton), Tuzinho (Ricardo) e Marcel

A.D. São Caetano

Cavani; Daniel, Luiz Pereira, Carlinhos e Wladimir; Tião (Furlan), Osmir e Lívio; Paulinho, Chaléu e Serginho Chulapa (Cruz)

Árbitro: Arinaldo Silvério

Gols: Lívio, aos 10 minutos, e

Val, aos 25 minutos do primeiro tempo

Renda: Cr\$ 7.479.000,00

Jogadores da A.D. São Caetano na inauguração do Estádio Distrital José Tortorello, realizada no dia 24 de agosto de 1991, em jogo amistoso com o E.C. Bahia



Acerca/FPMSCS

CAMPANHA VITORIOSA DA A.D. SÃO CAETANO

PRIMEIRA FASE

- 17/3 – A.D. São Caetano 2 x 1 G.E. Mauaense
- 24/3 – Esportiva Guaratinguetá 0 x 3 A.D. São Caetano
- 31/3 – A.D. São Caetano 1 x 1 Santanense
- 7/4 – Comercial (Registro) 1 x 0 A.D. São Caetano
- 14/4 – A.D. São Caetano 1 x 3 União Suzano
- 21/4 – E.C. São Bernardo 2 x 2 A.D. São Caetano
- 28/4 – A.D. São Caetano 0 x 0 Jacareí
- 1/5 – G.E. Mauaense 0 x 1 A.D. São Caetano
- 5/5 – A.D. São Caetano 1 x 1 Esportiva Guaratinguetá
- 12/5 – Santanense 0 x 1 A.D. São Caetano
- 19/5 – A.D. São Caetano 0 x 0 Comercial (Registro)
- 26/5 – União Suzano 1 x 0 A.D. São Caetano
- 2/6 – A.D. São Caetano 1 x 0 E.C. São Bernardo
- 9/6 – Jacareí 0 x 1 A.D. São Caetano
- 16/6 – A.D. São Caetano 3 x 1 Jabaquara
- 23/6 – Guapira 0 x 3 A.D. São Caetano
- 30/6 – A.D. São Caetano 1 x 1 Vila das Palmeiras
- 7/7 – XV de Caraguatatuba 0 x 0 A.D. São Caetano
- 14/7 – A.D. São Caetano 1 x 0 Palestra
- 21/7 – União Cruzeirense 0 x 0 A.D. São Caetano
- 24/7 – Jabaquara 0 x 1 A.D. São Caetano
- 4/8 – A.D. São Caetano 2 x 1 Guapira
- 11/8 – Vila das Palmeiras 0 x 0 A.D. São Caetano
- 18/8 – A.D. São Caetano 1 x 0 XV de Caraguatatuba
- 1/9 – Palestra 0 x 2 A.D. São Caetano
- 8/9 – A.D. São Caetano 0 x 0 União Cruzeirense

SEGUNDA FASE – SÉRIE I

- 22/9 – Paulistano 1 x 0 A.D. São Caetano
- 25/9 – A.D. São Caetano 2 x 0 Pirassununguense
- 29/9 – Jacareí 0 x 0 A.D. São Caetano
- 6/10 – A.D. São Caetano 5 x 0 Jacareí
- 9/10 – Pirassununguense 0 x 1 A.D. São Caetano
- 13/10 – A.D. São Caetano 0 x 0 Paulistano

TERCEIRA FASE – SÉRIE P (SEMIFINAL)

- 20/10 – A.D. São Caetano 1 x 0 União Suzano
- 23/10 – Guararapes 1 x 1 A.D. São Caetano
- 27/10 – Linense 0 x 2 A.D. São Caetano
- 3/11 – A.D. São Caetano 0 x 1 Linense
- 6/11 – A.D. São Caetano 1 x 0 Guararapes
- 10/11 – União Suzano 0 x 0 A.D. São Caetano

FASE FINAL

- 17/11 – A.D. São Caetano 1 x 2 Velo Clube
- 20/11 – Oeste 1 x 1 A.D. São Caetano
- 24/11 – Batatais 0 x 1 A.D. São Caetano
- 1/12 – A.D. São Caetano 1 x 0 Batatais
- 4/12 – A.D. São Caetano 3 x 2 Oeste
- 8/12 – Velo Clube 1 x 1 A.D. São Caetano

Jogadores que vestiram a camisa da A.D. São Caetano em 1991: Adriano, Agnaldo, Cacá, Cavani, Carlinhos, Chaléu, Daniel, Delei, Edu, Emiliano, Fernando, Forlan, Giba, Guina, Hudson, Ivair, Lívio, Loro, Luís Carlos, Luiz Pereira, Marcelo, Marcos, Marcos Cruz, Martorelli, Osmir, Paulinho Kobayashi, Reinaldo, Ricardo, Roberto, Rogério, Taloni, Tião, Serginho, Serginho Chulapa, Sidnei, Wladimir e Zé Ricardo. ■

CURIOSIDADES

- O Grêmio Esportivo Mauaense utilizou o Estádio Municipal Anacleto Campanella para mandar seus primeiros jogos no campeonato;
- Em sua biografia, o atacante Serginho Chulapa confidenciou que, na A.D. São Caetano, jogava de tênis pois tinha um problema na sola do pé. Como treinador, Serginho dirigiu a equipe em 13 partidas. Teve duas passagens: uma em 1995, e depois em 1997;
- O saudoso Saad E.C., fundado em São Caetano do Sul, também participou deste campeonato, na Série D, mandando seu jogos na cidade de Águas de Lindóia.
- No dia 11 de dezembro de 1991, a A.D. São Caetano fez uma partida amistosa com a equipe principal do Palmeiras, para receber as faixas de campeão da segunda divisão e comemorar o título com a torcida. Mesmo com a derrota, foi uma festa linda, com o Anacleto Campanella completamente lotado.

Outro flagrante do amistoso com o E.C. Bahia, realizado no dia 24 de agosto de 1991. Na imagem, foram identificados: Paulo Rodrigues (volate do Bahia), o árbitro José Roberto Wright, Serginho Chulapa, Altevir Anhô e Giordano Vicenzi



Referências Bibliográficas

AGARELLI, Angelo Eduardo; GALUPPO, Fernando Razzo e NETTO, Vicente Romano. *Clube Atlético Juventus: glórias de um moleque travesso*. São Paulo: BB Editora, 2012.
 ALCARRIA, Daniel. *Almanaque Histórico do Grêmio Esportivo Mauaense*. Mauá-SP, Edição do Autor, 2017.
 CALAFIORI, Márcio. Bahia vence jogo em S. Caetano por 1 a 0. *Diário do Grande ABC*, 25 ago. 1991.
 COSTA, Alexandre da. *Almanaque do São Paulo*. São Paulo: Abril, 2005.
 CRIEZ, Ricardo. Luis Pereira renova com o São Caetano. *Diário do Grande ABC*, 21 mar. 1991.
 MIRANDA, Wladimir. *O artilheiro indomável: as incríveis histórias de Serginho Chulapa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2011.
 RAYMUNDI, Viviane. Zelão deixa o cargo e S. Caetano joga hoje. *Diário do Grande ABC*, 28 abr. 1991.
 SAVIANI, Hermógenes. Ataque do São Caetano tem reforço do Agnaldo. *Diário do Grande ABC*, 18 abr. 1991.
 SILVA, Raimundo. S. Caetano empata e é campeão. *Diário do Grande ABC*, 9 dez. 1991.
 TARSO, Paulo de. São Caetano acerta com Deodoro e Edson Oliveira treina São Bernardo. *Diário do Grande ABC*, 12 jun. 1991.
 TARSO, Paulo de. Serginho estreará no clássico de domingo contra o São Bernardo. *Diário do Grande ABC*, 9 dez. 1991.
 TARSO, Paulo de. Wladimir define contrato com o S. Caetano e começa treinos hoje. *Diário do Grande ABC*, 10 set. 1991.

Agradecimentos: Altevir Vargas Anhô, Cecília Del Gesso (Banco de Dados do *Diário do Grande ABC*), Fabrício Cortinove (A.D. São Caetano), José Pires Maia (Zezé), Luiz Domingos Romano, Marcos Eduardo Taloni, Rodolfo Pedro Stella Jr. e Tiago Bisof (*Gazeta Esportiva*).

Renato Donisete Pinto é pedagogo e professor de Educação Física. Membro da Academia Popular de Letras de São Caetano do Sul, é autor do livro *Fanzine na Educação* (Marca de Fantasia, 2013) e coautor do *Almanaque do Saad Esporte Clube* (Edição dos autores, 2019).



Os jogadores Serginho Chulapa (à esquerda) e Taloni, em foto de 1991

Acevo/FPMSCS

Acevo/FPMSCS

Reprodução/PMSCS

Museu de São Caetano faz 60 anos



FINAL DA DÉCADA DE 1950



Fotografia Reproduzida Cariboni/FMCS

Idealizado pelo professor e sociólogo José de Souza Martins (foto) nos fins dos anos 1950, o museu começa a tomar forma após longo trabalho de pesquisa seu. Em fevereiro de 1958, o vereador Urames Pires dos Santos protocolou na Câmara Municipal a sugestão de se criar um Museu Municipal. Em outubro de 1959, uma segunda indicação, do então vereador Hermógenes Walter Braido foi acolhida pelo prefeito Oswaldo Samuel Massei em seu primeiro mandato (1957-1961) e em 30 de novembro daquele ano foi publicado o decreto nº 716, criando-se o Museu Municipal.

Após período de coleta de acervo, organização e implementação, mais uma vez liderada por Martins, em 23 de julho de 1960, em celebração aos 83 anos do município foi inaugurado o Museu Municipal, com uma exposição de 30 quadros da Pinacoteca Circulante do Estado. Localizado na região central do município, no prédio da esquina das ruas Baraldi e Rio Grande do Sul (onde antes funcionara a prefeitura e o pronto-socorro municipal), em 7 de setembro daquele ano, o espaço foi aberto ao público em geral.

1960



Acervo/FMCS

1961

Por questões políticas da época, o museu foi fechado nos primeiros meses de 1961. Seu acervo foi colocado, sem muito cuidado, no subsolo do então paço municipal (localizado na Avenida Goiás) e depois em um depósito embaixo do Viaduto dos Autonomistas. Nesse período, infelizmente, se perderam, permanentemente, itens raros e únicos.

O Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul chega aos 60 anos de sua instalação neste ano de 2020. Celebrando a data, vamos recordar alguns fatos marcantes do local, que preserva a memória de nossa cidade e de nossa gente.

Em 1977, como parte da celebração do centenário de São Caetano, a gestão Raimundo da Cunha Leite (1977-1982) reabre o espaço em 20 de agosto. Desta vez localizado dentro do Bosque do Povo, no Bairro São José, ganha novo nome: Museu Histórico Municipal e da Imigração Italiana – Oswald Samuel Massei. Permaneceu no local por 11 anos (foto de 1981).

1977

Acervo/FPMSCS



Uma das construções mais antigas da cidade, o antigo Casarão De Nardi (em foto de 1989), no Bairro da Fundação se torna a nova e definitiva sede do museu. Abandonado há anos, o local foi desapropriado, em 1985, pelo prefeito Hermógenes Walter Braido, então em seu terceiro mandato (1983-1988), e passa por grande reforma, sendo reinaugurado em 28 de dezembro de 1988. Foi uma das últimas ações daquele governo, que se encerraria três dias depois.

1988



Foto/Antônio Reginaldo Canhoni (FPMSCS)

Em 2005, nova mudança de nome. O decreto municipal nº 9.115, de 11 de abril, traz a nomenclatura atual: Museu Histórico Municipal (foto de 2017). Nessas décadas de funcionamento, o espaço, que conta com mais de cinco mil itens em acervo, apresentou dezenas de exposições a milhares de pessoas, mantendo acesa e viva a chama da história e dos costumes do passado.

Vida longa ao Museu Histórico Municipal!

2005 ...

Acervo/FPMSCS



 Marcos Eduardo Massolini

NESSES DIAS ATUAIS em que vivenciamos uma pandemia mundial de proporções inéditas e devastadoras, aliada à uma polarização que se enfronta na sociedade e afasta ainda mais os indivíduos, lembrar um dos pontos comerciais mais democráticos que se estabeleceu em São Caetano do Sul é um antídoto reconfortante e um bálsamo para tanta angústia, confronto e isolamento.

O saudoso Bar do Valter, carinhosamente chamado de Senadinho, na esquina da Rua Manoel Coelho com a Avenida Goiás, se tornou lendário justamente por agregar políticos de vários partidos e ideologias, além de virar ponto de encontro de profissionais de várias áreas. O seu grande trunfo era ser um bar que funcionava 24 horas, fechando, durante o ano, somente no dia 1º de janeiro, na Sexta-Feira Santa e no Natal. O

estabelecimento nasceu em 1968, pelas mãos do inesquecível Walter Dias Guimarães, conhecido pelos frequentadores como Waltão, migrante baiano de Senhor do Bonfim, nascido em 1924, e desde 1944 em São Caetano. Vale ressaltar que, apesar de seu nome oficialmente começar com a letra W, o bar era “do Valter”, com V.

Após anos trabalhando na indústria Louças Cláudia, do Grupo Matarazzo, Walter Guimarães

Senadinho:

A DEMOCRACIA ESCANCARADA DE UM BAR SEM DESCANSO

acabou demitido em 1967, o que propiciou, na sequência, a sua entrada para o ramo comercial. Depois de arrendar um bar na Vila Alpina por um ano, conseguiu se transferir para a Avenida Goiás, em um prédio que pertencia ao senhor Garrido, casado com Heloísa Campanella, irmã do ex-prefeito Anacleto Campanella. Era 17 de janeiro de 1968 e ali, naquele perímetro, o bar se tornaria, desde então, local estratégico para profissionais do período noturno, policiais de plantão, boêmios e artistas no-

tívagos, trabalhadores da primeira hora do dia e os políticos, que viam visitando o dono.

Esses últimos foram um dos maiores responsáveis pela fama do bar, pois todos os acontecimentos políticos de São Caetano repercutiam em suas mesas, nos vários grupos que se formavam para discutir campanhas de vereadores e prefeitos, costurar apoios, esmiuçar pautas partidárias ou mesmo botar em dia as conversas de bastidores da administração municipal ou da política de um modo geral.

Nos tempos das Diretas Já, por exemplo, o Senadinho se “nacionalizou”, tornando-se o epicentro, na cidade, das articulações e movimentações em torno da redemocratização do país.

Essa época, muito movimentada, acabou por trazer à cidade políticos como o ex-deputado federal Ulysses Guimarães (1916-1992), o ex-senador e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-governador e ex-senador Mário Covas (1930-2001) e o ex-governador e ex-senador Orestes Quér-

cia (1938-2010). Os dois primeiros, na verdade, já conheciam o Bar do Valter de uma oportunidade anterior. A filha do proprietário, Ana Maria Guimarães Rocha, atual diretora do Sistema de Bibliotecas de São Caetano do Sul e presidente da Academia Popular de Letras, lembra-se como se fosse hoje o dia do “batismo de fogo” do estabelecimento, consequência de uma palestra que ocorreria no Instituto Municipal de Ensino Superior (atual Universidade Municipal de São Caetano do Sul - Uscs), com a presença de Fernando Henrique Cardoso e Ulysses Guimarães, e que, por motivos de força maior, foi cancelada.

Os dois políticos, que já tinham indicação do local, decidiram ir ao Bar do Valter, onde, como recorda Ana Maria: “degustaram um pernil que minha mãe tinha feito, saborearam a famosa carne que minha avó preparava, e, no final, participaram dos discursos”. Foi diante daquele “ambiente efervescente, diversificado, de tribuna livre”, bem vivo na memória de Ana Maria, que “Seu Ulysses, que observava e ouvia tudo maravilhado, gritou de sua mesa: ‘Atenção, aqui não é o Bar do Valter, é o Senadinho!’, sendo imediatamente muito aplaudido”. Com o aval e o apadrinhamento do futuro “Senhor Diretas”, o nome pegou. Essa

cena antológica e muitas outras foram testemunhadas por Ana Maria desde sua pré-adolescência, quando era conhecida por todos como Aninha e ajudava sua mãe, Benedita, e sua avó materna, também Benedita, na cozinha e na limpeza do bar. Sua mãe trabalhava na Cerâmica Marinotti, das 6h às 18h, e aproveitava o período da noite para fazer bolinhos, coxinhas e, quando dava, ainda fritava um pouco pela manhã! Aos sábados, após sair da empresa, preparava batidas delicio-



Acervo/PPMCS

sas para o bar – a de amendoim era a favorita dos fregueses – e por um período teve a ajuda de sua irmã, Getúlia, que morou por um tempo com a família, enquanto trabalhava na Cerâmica São Caetano.

Aninha lavava a louça, varria, e como a casa da família era nos fundos – na época do bar maior, com um terreno cheio de árvores frutíferas –, estava sempre disponível para emergências – feira, mercado, açougue, e mesmo quando começou a trabalhar na prefeitura, em 1977, ainda ajudava nos afazeres domésticos. Essa produção intensa

fora de hora só diminuiu quando o bar deixou de servir o almoço e decidiu ficar só com os lanches, que já faziam um grande sucesso, desde sempre, principalmente o de carne com molho e o de carne com farinha de mandioca.

A amizade de Walter Guimarães com o meio político tinha um motivo forte: em seus tempos como ceramista, acabou se tornando bem próximo do sindicato da categoria e, conseqüentemente, da política, participando de greves e mani-

festações desde os anos de 1950, o que precipitou sua prisão por duas vezes – uma delas no bar do ex-vereador Oswaldo Martins Salgado (1929-2001) que, no futuro, frequentaria com assiduidade o Senadinho. Nesses tempos fez muita

amizade com membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla que o acompanharia por um bom tempo – como o ex-deputado federal Gastone Righi (1935-2019) e o ex-deputado estadual Joaquim Jácome Formiga, além de Pedro

Fachada do Bar do Valter, o famoso Senadinho, na década de 1980

Daniel, líder sindicalista ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), um dos primeiros políticos que conheceu, quando frequentava o bar Arara Vermelha, na Rua 28 de Julho, e com quem iria fundar, mais tarde, o Sindicato da Construção Civil e do Mobiliário de São Caetano do Sul.

Quando a ditadura impôs o bipartidarismo e só a Aliança Renovadora Nacional (Arena), da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição, passaram a disputar as eleições, políticos de várias siglas se viram membros de um mesmo partido. Nesse período de exceção, o intrépido operário sindicalista se viu cada vez mais próximo da política local, em contato direto com várias lideranças, incluindo os ex-prefeitos Ângelo Raphael Pellegrino (1891-1990), Anacleto Campanella (1924-1974), Oswaldo Samuel Massei (1921-1973), Hermógenes Walter Braido (1927-2008), o ex-deputado federal Antonio Russo (1932-2009), e o sindicalista de Mauá, Sergio Viola, entre outros.

Um pouco antes das Diretas, em 1980, o ex-deputado federal Leonel Brizola (1922-2004), que voltara ao Brasil no ano anterior, após 15 anos de exílio, perdeu o direito de registro da legenda e da sigla PTB – partido em que se elegeu o deputado federal mais votado em 1962 – para a ex-deputada federal Ivete Vargas (1927-1984), sobrinha do ex-presidente Getúlio Vargas (1882-1954). No decorrer dessa intrincada disputa, Walter



Durante as obras de duplicação da Avenida Goiás, na década de 1970, vemos, ao fundo e ao centro, dois estabelecimentos comerciais. À direita, o Bar do Valter, e à esquerda, a barbearia, local onde o Senadinho passaria a funcionar após a finalização da empreitada

Guimarães recebia visitas mensais de Gastone Righi, do ex-deputado federal Alceu Collares, da própria Ivete Vargas e outros líderes do PTB, fazendo do Senadinho um “escritório” informal do partido. Mas, a partir do momento em que o ex-presidente Jânio Quadros (1917-1992) se filiou ao PTB, bem ele que se elegera presidente em 1961 contra a coligação Partido Social Democrático (PSD)-PTB, Guimarães se voltou para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), tornando-se, inclusive, um dos fundadores da legenda em São Caetano. E na eleição de 1982, com o intuito de fortalecer a campanha de Osmar Ribeiro Fonseca (1928-2015) a deputado estadual, saiu como candidato a vice-prefeito, na chapa de Maria Umbelina Conceição Ribeiro, esposa de Fonseca.

A protagonista deste momento ímpar, Maria Umbelina, relembra a façanha daquela campanha pioneira: “Nas eleições de 1982, o Brasil vivia o retorno do multipartidarismo e, no Bar do Valter, as discussões sobre política local foram decisivas na formação do diretório municipal do PDT e da

composição da chapa para aquele ano. Tive a honra de ser a primeira candidata a prefeita da história de São Caetano do Sul e ter como companheiro de chapa o amigo Walter Guimarães. Aquele foi um momento de grande importância para a democracia no país e principalmente uma mudança cultural na política da cidade – juntos demos voz às mulheres e a todas as classes sociais”.

Guimarães ainda concorreu para vereador em outra eleição, sem maiores consequências, mas o Senadinho vivia nesses tempos o auge de sua movimentação, com encontros do próprio PDT, com Leonel Brizola à frente, e presenças ilustres como a de Therezinha Zerbini (1928-2015), fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, e a visita de muitos políticos regionais, entre eles, os ex-prefeitos de São Bernardo, Mauricio Soares e Antonio Tito Costa, o ex-deputado federal José Cicote (1937-2013), o ex-deputado estadual Floriano Leandrini, o ex-prefeito Antonio José Dall’Anese e uma nova geração que iria protagonizar a cena político-administrativa municipal nos anos seguin-

tes, como Paulo Bottura, Maurílio Teixeira, João Moraes, Edison Parra e Maurício Fernandes - os dois últimos com mandato atual na Câmara dos vereadores. Parra lembra que frequentava o bar bem jovem, por volta de 1984, e o assunto recorrente - em longas conversas, principalmente com Frei Chico e o já falecido ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal Sylvio Péllico Elme - era, inevitavelmente, política.

Quando o prédio do bar foi demolido, por conta da duplicação da Avenida Goiás, ainda nos anos 1970, o estabelecimento se mudou para o salão ao lado, onde funcionava uma barbearia. Passou do número 762, com o interior bem maior e duas mesas de bilhar, para o número 770 da mesma rua, com medidas mais discretas, mas bem aconchegante. Na ocasião, houve um entendimento entre a administração do prefeito Hermógenes Walter Braido, o barbeiro, Antonio, e o proprietário, Garrido, e a barbearia se transferiu para o outro lado da avenida, tudo para que a esquina não ficasse descaracterizada e sem a presença do bar. Com a “nova Goiás”, os taxistas fixos do Ponto de Táxi nº10, que se localizava do outro lado, na parte baixa do Centro, viraram vizinhos de esquina do Senadinho. Esses profissionais, que revezavam sem interrupção no ponto, se tornaram os mais assíduos frequentadores do Bar do Valter, tomando o revigorante café da casa religiosamente nos períodos manhã/tarde/noite. E se tornaram testemunhas

oculares do entra-e-sai de personalidades e frequentadores que “batiam cartão” no bar.

Ernesto Cavagnoli, taxista há 45 anos, é um dos que vivenciaram de perto a agitação do Senadinho e chegou a fazer corrida para vários políticos, principalmente na época de grandes campanhas para a prefeitura, como as de Walter Braido, Raimundo da Cunha Leite (1923-2017) e Luiz Olinto Tortorello (1937-2004). Além das várias vezes em que testemunhou a pre-



Walter Guimarães
em foto da década
de 1990

sença do ex-prefeito Tortorello, do seu irmão Pádua e família no estabelecimento, lembra nitidamente, na época das Diretas, da visita do ex-governador e senador Franco Montoro (1916-1999) ao local. Entre os inesquecíveis colegas de ponto de Cavagnoli, vale lembrar os irmãos Aguiar, Jorge, Luizinho, Antonio, Bahia, Lourival (Gata), Saragoça, Italiano, Baia, Bolinha, Cabrita, Gilberto Peixinho, Nelson (era frequentador e funcionário da General Motors, hoje atua como taxista no ponto).

Quem trabalhou também nas imediações foi Mario Pereira de Toledo, investigador de polícia e morador de São Caetano desde 1954. Toledo era bem jovem quando começou a frequentar o Senadinho, nos anos 1970. Na época, era um dos poucos bares que funcionava diuturnamente - outro era o Bar do Piola, atualmente pizzaria e churrascaria, fundado em 1966 e funcionando 24 horas de 1971 até hoje - e servia “lanches maravilhosos”, como recorda. Na lembrança do investigador, “Walter era uma pessoa séria, mas muito amável e zelava sempre pela boa frequência do estabelecimento”. Quando algum frequentador bebia um pouco a mais e se tornava inconveniente ou perigoso, o dono, como lembra bem Toledo, era enérgico na medida certa e, com pulso firme, pessoalmente providenciava a retirada do perturbador da paz. Como o bar era muito frequentado por policiais, a ajuda era rápida e o indivíduo era conduzido no mesmo instante para a delegacia. Como destaca Ana Maria Guimarães, essa proximidade da delegacia fez com que profissionais de várias épocas passassem no bar nas entradas e viradas de turno, inclusive para abastecerem as garrafas térmicas com café e levar lanches de acompanhamento. Entre os mais assíduos, os delegados Dr. Clóvis, Dr. Darci, Dr. Reis, Dr. Cláudio Gobetti, Dr. Antonio Tavares Mesquita, Dr. Richetti, os escrivães Covino e Kevork, além do investigador Toledo.

Outra categoria que dava o ar da graça com frequência era a dos jornalistas, principalmente porque o bar era um chamariz para a notícia, tal a quantidade de assuntos sociais e políticos pertinentes que se espalhavam pelas mesas e pelo balcão. Uma conversa informal e descontraída no Senadinho poderia render um belo furo jornalístico na edição do dia seguinte.

Antonio Júlio Pedroso de Moraes - mais conhecido como Pedroso -, diretor-editor responsável da *Tribuna do ABCD*, e há mais de 50 anos na labuta diária da imprensa na região, frequentou bastante o Bar do Valter e viu dezenas de políticos em seu interior. De supetão, lembra-se de alguns deles: o ex-deputado Alberto Goldman (1937-2019); o ex-ministro Almir Pazzianotto; o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; seu irmão, o sindicalista José Ferreira da Silva (Frei Chico); o ex-vice-prefeito João Tessarini; o ex-vice-prefeito Sílvio Torres; o ex-chefe de gabinete Luiz Antonio Cicaroni; o ex-vereador Atilio Bertochi; o empresário e articulador político Giro Striani; o ex-vereador e poeta João Anhô e seu filho, o ex-chefe de gabinete Altevir Anhô; o líder sindicalista Paulo Azevedo; o ex-deputado José Gomes de Souza e os já citados Leonel Brizola, Raimundo da Cunha Leite, Oswaldo Salgado, Joaquim Formiga e Osmar Ribeiro Fonseca.

Pedroso ainda se recorda também de um grande colega de imprensa que aparecia com

frequência: o jornalista andreense José Marqueiz, falecido em 2008. Ele trabalhou no *Diário do Grande ABC* e foi ganhador de um Prêmio Esso de Jornalismo com a série de reportagens que fez para o jornal *O Estado de São Paulo*, entre 1972 e 1973, sobre o contato dos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Boas com os Kranhacãrore, os últimos índios brasileiros considerados totalmente primitivos.

Outros profissionais da imprensa que sempre estavam no Senadinho: Jorginho (Jorge Agata), fotógrafo, funcionário da prefeitura; João Baptista de Toledo, da *Folha de São Caetano*; Nelson Robles, locutor da *Rádio Cacique*, *Rádio Globo* e mestre de cerimônias; Armando Lopez, d'O *Arauto do Pentágono*; Plínio Gonçalves Barbosa, do *Correio do ABC*; Edison Motta, do *Diário do Grande ABC*, e vencedor do prêmio Esso de 1976; Alberto do Carmo Araújo (1935-2017), o Giba, jornalista esportivo da região; José Honório de Castro, o Zezinho - também fotógrafo da prefeitura; Antonio Reginaldo Canhoni, fotógrafo da Fundação Pró-Memória, geralmente com José Roberto Gianello, sociólogo e historiador. Entre os funcionários da prefeitura, os mais assíduos eram Toninho dos Esportes, ex-diretor de esportes; Nelson Perdigão, professor de Educação Física e administrador esportivo; Oswaldo José de Souza, da Guarda Municipal (hoje, advogado); Dr. Hildebrandi, do setor administrativo; Mariano Gutierrez, homem de confiança de

Braido, responsável pelo setor hoje chamado de Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, e José Alves, responsável pela Guarda Municipal. Depois de tanto tempo, Pedroso analisa o Senadinho como um local essencialmente político, mas que, por ter recebido de braços abertos, ao longo dos anos, as mais diversas e díspares figuras públicas, se tornou um local totalmente apartidário. "Homens públicos, com 50 anos de idade em média, iam ao Senadinho para socializar", enfatiza o editor.

Uma outra turma bem agitada que povoou o local à noite e madrugada afora foi a dos artistas, boêmios e notívagos: turma de jovens voltando de baladas, grupos de teatro - incluindo o dramaturgo Carlinhos Lira, com a trupe do Movimento Cultural, Teatral e de Artes (MCTA) -, músicos profissionais, alunos da Fundação das Artes, escritores, intelectuais, assíduos fregueses de balcão sem ocupação específica, operários virando o turno, profissionais de boates e restaurantes, entre outros. E quando a temperatura na madrugada fervia, lá ia seu Walter, com sua "bronca paterna", colocar ordem no recinto. Em uma entrevista, em 1988, para o então repórter do jornal *Video Cidade*, Tite Campanella, Guimarães frisou que seu maior orgulho, em 20 anos, era não ter nenhum processo ou boletim de ocorrência na delegacia. De quinta a domingo, com o sol nascendo, funcionários e frequentadores das casas noturnas próximas como

Babaréu, Hipnoses 2000, Bico Fino, Café Luanda e, mais tarde, Amarelo 20 e Duboiê, passavam lá para um café reforçado, para energizar a manhã e esperar a circulação dos primeiros trens e ônibus e acabavam se misturando aos operários, funcionários da saúde e comerciários iniciando o batente.

Do bar, alguns se dirigiam a pé ao ponto final do ônibus para a Penha, bem próximo ao Hospital Central. O fluxo contínuo desde o início do dia era formado por profissionais de empresas como ZF, Coferraz, Adria, GM, e muita gente do comércio – funcionários do Gimba, Posto 5, Sorveteria Pirineus, Autoescola do João Relá, Pizzaria Mama Mia e Modas Lili, além dos assíduos, como o Benício, da Academia Grécia, o Álvaro, da Autoescola Vitória, Nilson e Zezinho, da São Caetano Automóveis, o despachante João Moretto, o Armando, da Móveis Zilar, o vereador Dr. Rosa, dono do Asa Branca, Moacir Guirão, na época em que iniciava seu escritório, e tantos outros.

Em dias de quermesse, circo, apresentação escolar (principalmente na Emei 1º de Maio, a primeira escola municipal de São Caetano, fundada em 1958), shows na Concha Acústica – onde além da tradicional bandinha municipal, era palco de inúmeras festividades populares, solenidades cívicas e apresentações musicais, incluindo até a passagem da Caravana do Silvío Santos – ou nas disputadas sessões de filmes do projeto *Cinema*

na Rua, no único cinema ao ar livre do ABC, na cabine do projetor do Cine Som, ao lado da Concha Acústica, o bar fervilhava de gente.

Em 1978, o compositor Adoniran Barbosa (1910-1982) veio tocar na cidade, no prestigiado bar Trem das Onze, que ficava na Rua Rio Grande do Sul e era administrado pela cantora Cláudia Regina, que ganhara, com o violonista Baden Powell (1937-2000), o segundo lugar no *VII Festival Internacional da Canção*, em 1972. Mais de uma pessoa “jura de pé junto” que viu Adoniran, sossegadamente, no Senadinho, tomando a “saideira” depois do seu show. Quem viu, viu.

Um grande observador desta atmosfera barística, o escritor Paulo Moriassu Hijo, guarda na lembrança uma noite mágica que passou no interior do Senadinho, no final dos anos 1980. Voltando de São Paulo, acabou parando no Bar do Valter, onde, sempre que podia, degustava um salsichão maravilhoso, feito pela esposa do proprietário, e que geralmente ficava mergulhado num apetitoso

molho de tomate. Naquela noite específica, um conhecido seu, Vanderlei, funcionário da prefeitura e um grande campeão de bocha conhecido como Gauchinho, ao passar por ali o reconheceu e entrou para cumprimentá-lo. Papo vai, papo vem, surge um outro amigo na mesa, Ney, violonista de mão cheia, acompanhado de um cantor. A partir daí a cantoria correu solta – Gauchinho tinha boa voz e acompanhava o cantor – e o repertório eclético de MPB na roda acabou chamando a atenção de quem passava, juntando cada vez mais gente. Quando se deram conta, já era dia – a noite tinha voado. Hijo deu carona para o amigo, vizinho na Rua Maranhão, e os sorrisos soltos daquela madrugada ecoam até hoje em sua memória.

O futebol, como em todo bom botequim, também sempre foi um tema primordial dentro do Senadinho. Torcedor do Santos F.C, e depois da A.D. São Caetano, Guimarães estava sempre com o rádio ligado, enquanto torcedores se encontravam ali para um convescote

Propaganda eleitoral de Walter Guimarães e Maria Umbelina Conceição Ribeiro, candidatas à prefeitura nas eleições de 1982



Arquivo Maria Umbelina Conceição Ribeiro



A partir da esquerda, vemos: João Tessarini, então chefe de gabinete, Ana Maria Guimarães Rocha, Walter Guimarães e Edison Parra (atual vereador) durante evento da prefeitura municipal, na Praça Cardeal Arcoverde. Foto da década de 1990

pós-jogo. Depois de jogos do Palmeiras, era comum encontrar famílias em peso, como os Tortorello e os Dal'Mas, em rodadas de misto quente e bauru. Os jornais assinados diariamente por ele – *Diário do Grande ABC*, *Folha de S.Paulo*, *Estadão* e *Gazeta Esportiva* – que passavam de mão em mão pelo balcão e mesas, davam a temperatura das discussões e brincadeiras sobre as notícias do dia. Esse burburinho de novidades já ecoava pelo bar desde o seu início, e entre o tilintar de xícaras, sempre passava para um café, Ângelo Raphael Pellegrino, que residia perto, Raimundo da Cunha Leite, que tinha escritório próximo, Oswaldo Samuel Massei, e Anacleto Campanella, todos eles, prefeitos da cidade em algum momento da história local.

Certa feita, em combinação com o dono da Casa Tokyo, Luizinho Murakami, o Senadinho começou a receber uma leva grande do tradicional jornal da comunidade japonesa *São Paulo Shimbun* e assinantes cadastrados do veículo vinham retirar pessoalmente seu exemplar – até uma providencial garrafa térmica de chá

foi providenciada nessa época, tal o movimento de nisseis e sanseis no estabelecimento.

Ao mesmo tempo em que se mostrava firme e sem papas na língua, Waltão tinha um coração maior do que seu bar – vira e mexe ajudava políticos iniciantes, cabos eleitorais, e socorria como podia os amigos. Em alguns momentos essa sua benevolência acabava extrapolando a disciplinada rotina no bar. Como no caso dos meninos que vendiam polvilho e bijus nos faróis ao longo da Avenida Goiás: como eles só podiam voltar para casa depois de venderem tudo e nem sempre essa conta batia, eles acabavam ficando por ali e Walter Guimarães sempre os alimentava. Até que, em um inverno frio e chuvoso, ele não se conteve e acabou cedendo provisoriamente mesas, cadeiras e mantas no interior do bar para que as crianças pudessem se abrigar de madrugada.

Em 1989, com problemas nas pernas – certamente pelos anos e anos em pé atrás do balcão – e mesmo com a ajuda da família, Guimarães breçou o Senadinho e ficou de molho por dois anos. O bar na esquina da Avenida Goiás prosseguiu com outros donos – atualmente chama-se Goiás Coelho – sem a aura do predecessor, mas com serviço honesto e servindo pratos generosos. Quando voltou à ativa em 1991, ele abriu, com seu irmão Cândido, na passagem de nível da estação de trem, a Lanchonete Irmãos Guimarães,

e ali trabalhou até 2008, com o mesmo empenho de sempre e a ajuda providencial dos familiares.

Muitos amigos das antigas e ex-funcionários da prefeitura passaram a frequentar o bar, que ainda existe e é tocado pelo seu genro, Roberto, marido de Ana Maria – há 18 anos lá – e o filho deles, o neto Walter (Cândido faleceu em um acidente em 2005). Waltinho se lembra do avô com muito afeto: “As lembranças que tenho do meu avô são o carinho, o sorriso, o exemplo de trabalho e retidão, além de uma pessoa bem informada, sem ter receio de se posicionar, fiel aos amigos”. Quando faleceu, em 21 de março de 2010, foi noticiado que, pelo seu velório e sepultamento no Cemitério da Cerâmica, passaram mais de mil pessoas. Era a homenagem merecida e a retribuição da sociedade sul-são-caetanense ao cidadão de fibra Walter Dias Guimarães, um migrante nordestino idealista que um dia ousou abrir um bar sem portas e sem preconceito, que respirava um ar totalmente democrático e que servia e acolhia pessoas de todas as raças, credos, partidos e classes. Seu nome era Bar do Valter, ou Senadinho, e hoje, certamente, ele seria confundido com um oásis. ■

Marcos Eduardo Massolini é jornalista e escritor. Em 2001 lançou, de forma independente, o livro *Borboletas Abissais*. Mantém o blog *Almanaque do Malu* desde 2009 e, em 2018, lançou seu segundo volume de poesias, *Aura de Heróis*.

Catolicismo no ABC Paulista: A recepção do Documento de Puebla

Pe. Felipe Cosme Damião Sobrinho

O OBJETIVO DESTA ARTIGO é contextualizar histórica e teologicamente a recepção do Documento de Puebla na Diocese de Santo André no Brasil e a renovação pastoral desta igreja local a partir de temas centrais da Teologia latino-americana. A realidade socioeconômica do ABC Paulista na época das conferências de Medellín e Puebla é marcada pelo movimento operário. O desenvolvimento regional é fruto da industrialização e do crescimento da população residente, oriunda em grande parte do interior do país. A criação do bispado em 1954 possibilitou a aproximação da igreja católica da realidade do mundo do trabalho. Os bispos diocesanos da época, dom Jorge Marcos de Oliveira e dom Cláudio Hum-

mes, fundamentados na doutrina social da igreja, na renovação eclesial do Concílio Vaticano II e nas conferências do episcopado latino-americano organizam, unidos ao presbitério e ao laicato, a vida pastoral da diocese promovendo as pastorais sociais e a organização ministerial. Estando o Brasil numa ditadura militar, a igreja local apoiou diretamente a luta e resistência do movimento operário, tornando-se uma igreja pobre e serva, defensora dos direitos humanos e da redemocratização do Brasil. Com a promulgação da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* e o Documento de Puebla, são organizados três planos diocesanos de pastoral, que fomentarão a pastoral orgânica e a relação entre igreja e sociedade.

A realidade eclesial de uma diocese operária - A caminhada eclesial da igreja católica no ABC Paulista ganha significado próprio a partir de 22 de julho de 1954, quando os territórios dos municípios civis de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul são desmembrados da Arquidiocese de São Paulo.

O primeiro bispo diocesano, dom Jorge Marcos de Oliveira (1915-1989), exerceu seu ministério episcopal por 21 anos, sendo protagonista da transformação da realidade social e eclesial do ABC. O crescimento demográfico, fruto do êxodo rural e da industrialização, traz problemas na estruturação dos municípios. A massa operária, embora traga riqueza à região, vive nas muitas periferias que vão surgindo desordenadamente.



Conferência de Puebla, em 1979

Desde a criação da diocese é incrementada a Pastoral Social, ainda totalmente ligada à Ação Católica, principalmente pela Juventude Operária e a Juventude Estudantil.

Com a participação nos movimentos grevistas, a igreja local tornou-se mediadora na resolução dos conflitos entre capital e trabalho, tornando-se vanguarda na realidade eclesial do Brasil. Porém, com o golpe militar de 1964 e o início da ditadura, que durou 21 anos, a ação pastoral foi gravemente perseguida. O regime reprimiu a liderança da Ação Católica e perseguiu a hierarquia voltada ao trabalho com o operariado. Porém, houve forte resistência e testemunho, o que possibilitou para a igreja católica colaborar com o desenvolvimento regional. (SOBRINHO, 2015, p. 58-119)

As conferências de Medellín e Puebla - As conferências do episcopado latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979) foram determinantes para a transformação da pastoral e da própria presença da igreja na sociedade civil. Medellín, como recepção do Concílio Vaticano II, na realidade e na teologia da América Latina, é mensagem de esperança e profetismo em um continente marcado pelo sofrimento, fome e violência, dando personalidade à igreja latino-americana, contextualizando a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Os bispos em Medellín assumiram a opção pelos pobres como consequência da fé em Jesus Cristo e no Evangelho. (MIRANDA, 2017, p. 42)

A recepção do Documento de Medellín na Diocese de Santo André é marcada pela

organização do apostolado leigo e de novas estruturas eclesiais, possibilitando o surgimento de uma igreja ministerial. A Pastoral Social torna-se o eixo central da vida das comunidades que começam a surgir nas periferias.

Com a renúncia de dom Jorge Marcos ao governo da diocese, por motivos de saúde, em 29 de dezembro de 1975, assumiu o bispado o então bispo coadjutor dom Cláudio Hummes, nomeado pelo papa Paulo VI.

A igreja no mundo vivia os frutos do Sínodo dos Bispos de 1974 sobre a evangelização. O papa Paulo VI publicou a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, que deu novos rumos à evangelização a partir da compreensão eclesial do Vaticano II. Na América Latina, após a conferência de Medellín, a igreja passa por distensões na articulação do próprio episcopado sobre como assumir um itinerário evangelizador. A Teologia da Libertação é um novo influxo para a caminhada das igrejas locais, valorizando a ministerialidade do povo de Deus e reivindicando uma realidade de justiça e solidariedade.

O Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), responsável pela articulação da caminhada eclesial do continente, manifestando a colegialidade das conferências episcopais, passa por transformação após a Conferência de Medellín, prin-



Dom Cláudio Hummes celebrando missa na Vila Euclides, durante greve de 1980

principalmente com a eleição de dom Alfonso López Trujillo para a secretaria geral da entidade, em 1972. Uma nova conferência geral é organizada, totalmente diferente de Medellín, e, sob a autorização de Paulo VI, é convocada para 1978 na cidade de Puebla (México). A intenção é celebrar os dez anos de Medellín e tratar sobre a evangelização na América Latina. (SCATENA, 2019, p. 56)

A preparação da Conferência de Puebla passa por grandes conturbações. Estando como presidente do Celam, o cardeal Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza-Brasil, e como secretário geral, dom Alfonso Lopez Trujillo, bispo auxiliar de Medellín-Colômbia, vemos a difícil caminhada da elaboração dos documentos de consulta e de trabalho, assim como a participação de teólogos do continente na própria assembleia. (SOUZA, 2019, 74-77)

A recepção de Puebla nos planos de pastoral de Santo André - As expectativas em torno de Puebla foram grandes na Diocese de Santo André. Desde 1977, dom Cláudio, o presbitério e lideranças leigas preparavam a Assembleia Diocesana de Pastoral, que aconteceu em 1978. A implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas paróquias e comunidades e a organização da Pastoral Operária e da Pastoral Familiar foram as



Dom Cláudio reunido com líderes sindicais na Catedral Nossa Senhora do Carmo durante greve de 1979

prioridades escolhidas para o primeiro plano diocesano (1979-1981). A fonte da elaboração deste e dos outros dois planos seguintes foi o Documento de Puebla. O texto utilizado no primeiro plano é da edição provisória publicada pelas Edições Paulinas, que foi a publicação do texto aprovado pelos bispos em Puebla, e, nos dois seguintes (1984-1985 e 1989-1991), a versão oficial.

O Documento de Puebla foi divulgado pelo *Boletim Diocesano*, órgão oficial da imprensa da diocese:

Dentro deste posicionamento, Puebla assumiu a caminhada da Igreja da América Latina e seu grito profético a partir de Medellín. Assim, não é mais um grupo dentro da Igreja que opta pelos pobres, mas é orientação da Igreja toda. A opção preferencial pelos pobres não é mais facultativa, não pode ser considerada como atitude dos mais avançados ou inquietos, mas de toda a Igreja. Nossa diocese definiu já suas prioridades pastorais: a família, o mundo do trabalho e as comunidades eclesiais de base. Elas poderão auxiliar-nos muito nessa opção pelos pobres. Foram definidas com o povo e a partir do povo. Exigem apenas ser assumidas na vida concreta deste povo. (HUMMES, 1979a, p. 2)

A Pastoral Operária Diocesana também é fruto da recepção de Puebla. As greves dos metalúrgicos de 1978, 1979 e 1980 contaram com a presença e atuação solidária da igreja. O sofrimento dos trabalhadores e a repressão da ditadura exigiram uma postura eclesial coerente ao Evangelho e, a partir dessa atuação, a articulação da pastoral e da Comissão Diocesana de Direitos Humanos.

Façamos, portanto, um plano de atividades bem concretas para nossa pastoral dentro destas prioridades. Aliás, por vezes, a própria história do nosso povo nos envolve mesmo antes de termos tempo de tudo programar. A recente greve dos metalúrgicos do ABC foi um destes

momentos fortes da história de nosso povo em que a pastoral do mundo do trabalho, a pastoral operária e inclusiva a Igreja Particular de Santo André teve oportunidade de inserir-se nas angústias e esperanças deste povo, sem que tudo tivesse sido anteriormente bem programado. Mesmo assim o planejamento é necessário e vai-nos preparando melhor para atuarmos no momento oportuno. (HUMMES, 1979a, p. 2)

A Pastoral Familiar foi uma prioridade eleita na primeira assembleia diocesana, com base nas orientações de Puebla. Citando o documento, valoriza a sacramentalidade do matrimônio e a necessidade de solidariedade com as realidades que atingem a vocação da vida em família (DP, 578-582). O primeiro plano de pastoral apresenta, baseado na reflexão de Puebla, um novo pensamento sobre a missão religiosa da própria igreja, inclusive na relação entre a instituição religiosa e a política partidária:

Há um consenso entre os bispos brasileiros que a Igreja não deve apoiar explicitamente nenhum partido político, e muito menos obrigar os cristãos a votar em determinado partido. Não lhe compete fazer política partidária. Isso significa também que uma comunidade eclesial como tal – paróquia ou CEB – não pode transformar-se num núcleo partidário ou em base de propaganda de um partido, nem os pastores como tais podem explicitamente pronunciar-se em favor de qualquer partido determinado, muito menos tornarem-se explicitamente propagandistas partidários. Permanece, entretanto, o dever da Igreja de orientar sobre o bem comum e, portanto, orientar sobre o que deveria ser um partido político e sobre conteúdos que não poderiam faltar em programas partidários tomados genericamente. É óbvio também que a Igreja não faz política no sentido de pretender tomar o poder e assumir o governo. Mas, a Igreja não pode deixar de reconhecer e assumir na prática uma grande responsabilidade política e social em tudo o que diz respeito ao bem comum e,



Capas dos dois primeiros planos de pastoral da Diocese de Santo André, de 1979 e 1984

reorganizassem a catequese e a pastoral dos sacramentos, em comunhão com o Documento Catequese Renovada da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - 1983 (DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, 1984, p. 6-15). Como Puebla trabalhou a opção preferencial pelos jovens, foi organizada a Pastoral da Juventude. Fortalecendo a relação entre a igreja e a realidade juvenil, foi um momento de grande articulação das comunidades jovens e o surgimento de novas lideranças eclesiais e sociais.

O terceiro plano diocesano de pastoral (1989-1991), fruto da assembleia de 1988, tem como prioridades a formação dos agentes de pastoral, as CEBs e a pastoral operária. Trabalhando as diretrizes gerais da CNBB, tem no Documento de Puebla as referências gerais para aplicar o tema da evangelização integral enquanto serviço ao povo de Deus (DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, 1989, p. 9).

A recepção do Documento de Puebla na caminhada pastoral da Diocese de Santo André nos três primeiros planos de pastoral apresenta a caminhada de uma igreja local buscando firmar a sua missão na realidade do seu povo. Esse caminho é consequente da recepção do Concílio Vaticano II como renovação eclesial nas relações entre igreja e mundo.

No entanto, conseguimos perceber, a cada plano, o caminho difícil percorrido pela igreja da América Latina, principalmente

diante das intervenções na produção e aplicação da Teologia nascida no chão do nosso continente. Essa pressão também acontece na igreja de Santo André: a absorção do planejamento e o espírito de pastoral de conjunto acabam, de certa forma, desarticulados pela tendência conservadora de alguns membros da própria hierarquia e o distanciamento das comunidades de centro das grandes periferias.

A Diocese de Santo André passou por uma mudança profunda da sua realidade a partir da década de 1990. Porém, a experiência intensa a partir de Puebla, de uma pastoral articulada em ministérios e serviços em vista do desenvolvimento da igreja e pela promoção de vida plena de toda a sociedade, é um grande legado e, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade, principalmente a partir do Documento de Aparecida e do pontificado do papa Francisco. ■

Referências bibliográficas

- CELAM. *Conclusões da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. *Plano de Pastoral (1979-1981)*. Centro de Pastoral, [virgula] 1979.
- _____. *2º Plano de Pastoral (1984-1985)*. Centro de Pastoral, 1984.
- _____. *3º Plano de Pastoral (1989-1991)*. Centro de Pastoral, 1989.
- HUMMES, Cláudio. Puebla e nós. *Boletim Diocesano*, Centro de Pastoral de Santo André, v. 2, n. 29, p. 2, 1979.
- HUMMES, Cláudio. Missão religiosa da Igreja. *Boletim Diocesano*, Centro de Pastoral de Santo André, v. 2, n. 42, p. 2, 1981.
- MIRANDA, M. F. A Teologia de Medellín. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (Org.). *Medellín: memória, profetismo e esperança na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 41-52.
- SCATENA, Sílvia. De Medellín a Aparecida, exercício de colegialidade na América Latina. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (Org.). *Puebla, Igreja na América Latina e no Caribe: opção pelos pobres, libertação e resistência*. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 51-68.
- SOBRINHO, F.C.D. *Entre fé e liberdade: catolicismo, operariado e ditadura no ABC Paulista (1964-1985)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- SOUZA, Ney de. *Puebla, antecedentes e evento*. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (Org.). *Puebla, Igreja na América Latina e no Caribe: opção pelos pobres, libertação e resistência*. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 69-81.

Pe. Felipe Cosme Damião Sobrinho é professor auxiliar de ensino da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (PUC-SP). Mestre em Teologia (PUC-SP), membro do grupo de pesquisa registrado no CNPQ Religião e Política no Brasil Contemporâneo. Atualmente está no programa de pós-graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica realizando o doutorado. Trabalha na área de história eclesial.

portanto, envolve justiça social, liberdade, fraternidade, direitos humanos, participação de todos nos destinos da Nação e nos bens produzidos, solidariedade e paz. (HUMMES, 1981, p. 2)

As CEBs, a catequese e o mundo do trabalho foram as prioridades eleitas em assembleia diocesana para o segundo plano de pastoral, a partir do conceito de evangelização trabalhado em Puebla. Insistindo na dimensão formativa das comunidades, houve um grande esforço para que todas as comunidades locais

Arte como Apoio Terapêutico – Inclusivo e Exclusivo

 Nayr Duarte

Atividade desenvolvida com os idosos no Abrigo Irmã Tereza no dia 27 de junho de 2019, durante a segunda visita ao local



Foto: Antonio Rogério Camioni (FAP/USCS)

ções, obrigado a recomeçar o convívio social em instituições, clínicas, abrigos e lares de repouso. A isso soma-se um quadro de saúde frágil, intensificado pelo estresse e os desgastes físico e psicológico.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na edição de 27 de julho de 2018, da *Folha de São Paulo*, apontam que o número de idosos (maiores de 60 anos) deve chegar a 25,5% da população brasileira até 2020. Estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), coordenados por Ana Amélia Camarano Moreira, apontam que o Brasil possui mais de 20 milhões de idosos.

Quando falamos em casa de repouso para idosos, existe uma resistência preconceituosa, já que, para muitos, ela representa um lugar de exclusão, jugo e solidão. Segundo Gene Cohen

(1944-2009), gerontologista da Universidade George Washington e pioneiro na pesquisa em saúde mental geriátrica, os idosos são capazes de exercer altos níveis de criatividade. Os seus estudos revelaram que pacientes que participam de grupos culturais apresentaram, após um ano de frequência, estabilidade ou melhora em sua saúde. Sabe-se que o convívio social estimula o raciocínio, desafiando a mente e gerando um prolongamento dos neurônios. Em suma, o engajamento ajuda no envelhecimento. Cohen, autor dos mencionados estudos, é destaque no documentário sobre o Alzheimer e as artes criativas, chamado *Lembro-me melhor quando pinto*, produzido em 2009.

Compreendendo esta problemática, o projeto *Arte como Apoio Terapêutico*, desenvolvido na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, por meio

NO PASSADO, A EVOLUÇÃO HUMANA ERA CONSIDERADA DE FORMA LINEAR. A criança aprendia, o jovem vivenciava, e o idoso não tinha mais o que fazer, esperava somente o tempo passar. Este pensamento mudou, pois o idoso continua com sua capacidade de aprender, aprimorar, desenvolver e produzir.

A saída do mercado de trabalho, por conta da aposentadoria, os filhos saindo de casa, os afazeres da família se tornando cada vez mais escassos, além do fato de ser, em algumas situa-

da Pinacoteca Municipal, desde 2014, atende o público que frequenta instituições de saúde como o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) - Álcool e Drogas, o Caps Geral e a Usca (Unidade de Saúde da Criança e Adolescente). O projeto oferece visitas mediadas e diálogos sobre as técnicas usadas pelos artistas cujas obras estão expostas no espaço expositivo da Pinacoteca. Após a observação e contextualização, os visitantes são convidados à prática do fazer artístico no ateliê pedagógico, orientados pelas curadoras e arte-educadoras do espaço, Fabiana Cavalcante e Nays Duarte.

As atividades buscam oferecer uma ferramenta lúdica, social e artística aos profissionais da saúde mental, para que os mesmos possam usá-la como estratégia no atendimento ambulatorial. A experiência e o sucesso resultantes do referido projeto, que completou, em 2019, seis anos, fizeram com que pensássemos em ampliar a proposta, contemplando um público também com necessidades especiais, como os idosos sem mobilidades ou com dificuldades motoras que moram em abrigos.

No dia 26 de abril de 2019, a ação educativa da Pinacoteca fez uma visita ao primeiro abrigo de São Caetano do Sul, o Abrigo Irmã Tereza, localizado na

As atividades buscam oferecer uma ferramenta lúdica, social e artística aos profissionais da saúde mental, para que os mesmos possam usá-la como estratégia no atendimento ambulatorial

Rua Lourdes, nº 640, no Bairro Nova Gerty, e fundado no dia 12 de dezembro de 1949, por Vitório Célio Montanheiro. Este, desde muito jovem, segundo o coordenador do abrigo, Adilson Misael Magri, nutria o desejo de proteger os desabrigados.

Partindo do sonho de Montanheiro, nasceu o projeto *Arte como Apoio Terapêutico - Inclusivo e Exclusivo*, com a proposta de levar a Pinacoteca Municipal até o Abrigo Irmã Tereza, oferecendo aos 60 idosos moradores da instituição, a narrativa e as imagens do artista, ou dos artistas, que expõem no espaço expositivo da instituição, em determinado momento, com o

objetivo específico de:

- Realizar vivências de atividades expressivas e expandir potencialidades adormecidas, desvelando sentimentos;
- Aumentar a autoestima, exercitar e praticar a criatividade;
- Praticar exercícios que agucem a capacidade de concentração e de memória;
- Estimular aspectos sociais, evidenciando que as atividades reforçam a comunicação, autonomia e sensibilidade, além de promover o fortalecimento de vínculos consigo e com o outro;
- Despertar a coordenação motora, coordenação visual e coordenação auditiva.

Durante a visita, apresentamos imagens da exposição *Registros*, da aquarelista Gladys Maudaum, que ficou em cartaz na Pinacoteca de 27 de fevereiro a 3 de maio de 2019. Na ocasião, apontamos para os idosos a técnica da aquarela. O grupo desenvolveu atividades de pintura aquarelada e exercícios elaborados para contemplar a necessidade individual de cada idoso. Além da atividade plástica, foi apresentada a linguagem da música, com a cantora Mônica Pinheiro, que trouxe um repertório de músicas regionais. A animação foi geral. Os idosos puderam reavivar na memória as letras das melodias, cantarolando as

canções. Os funcionários e estagiários da entidade também acabaram interagindo nessa atividade.

No dia 27 de junho de 2019, a segunda visita ao abrigo contou com a apresentação das exposições *O processo é incessante* e *Uma janela para a realidade da arte urbana*, que ficaram na Pinacoteca Municipal, de 23 de maio a 16 de julho daquele ano.

Na oportunidade, os idosos puderam fazer a observação das imagens das obras e um diálogo sobre a técnica do grafite como manifestação artística. Após a discussão, o grupo de idosos desenvolveu o fazer artístico com atividades de desenhos e pintura em suportes diferenciados, como papel, cartolina, papelão e papel kraft.

Com a parceria da unidade de São Caetano do Sul do Serviço Social do Comércio (Sesc), foi apresentada também, na ocasião, a linguagem artística da dança, por meio de uma performance de jongo (dança de origem africana) e de uma roda de capoeira, apresentada pelo educador, mestre de capoeira e ritmista, Diolino de Brito, e a professora Regina Gerizani e alunos. Todos os idosos participaram dessa atividade, inclusive os cadeirantes.

A Fundação Pró-Memória, a partir da Pinacoteca Municipal, disponibiliza, anualmente, espaço para exposição de trabalhos desenvolvidos pelos participantes de todos os formatos do projeto *Arte como Apoio Terapêutico*, no decorrer das visitas realizadas. A exposição *Incluarte*, aberta em 31 de julho de 2019, contou com trabalhos dos usuários do Caps e dos moradores do Abrigo Irmã Tereza.

Tradicionalmente, depois da abertura do evento, promovemos uma roda de conversa com a participação dos usuários, pacientes, familiares, profissionais da área da saúde mental e artistas. A conversa ocorre



Fotografia: Regina do Carmo (FPMVCS)



Fotografia: Regina do Carmo (FPMVCS)

Momentos da primeira visita ao Asilo Irmã Tereza, no dia 23 de abril de 2019



Asilo familiar

O casal Antonia Leny e Paulino Santos Filho no dia do casamento, em 1º de março de 2020

de maneira espontânea, durante a qual cada participante pode apresentar sua vivência, dando uma devolutiva das visitas. Abordamos, ainda, a importância do convívio em espaços públicos, culturais e artísticos, um momento enriquecedor para que os pacientes e profissionais da saúde mental troquem experiências. Todos os depoimentos são especiais e impac-

Antonia Leny, moradora do Abrigo Irmã Tereza, pediu o microfone para falar um pouco da sua experiência e fazer um convite para o seu casamento com o Paulino dos Santos Filho, também morador do local. Segundo ela, a história do casal começou há 55 anos, quando começaram um breve namoro. O

casal se separou e nunca mais se viu. Dona Leny (como gosta de ser chamada) foi para o abrigo após ser diagnosticada com depressão e ter tentado o suicídio. Santos Filho já estava morando no abrigo (sua ida para lá ocorreu após ter sofrido um acidente). Conforme ele relatou, diz ter reconhecido a antiga namorada,

assim que a viu, ainda de costas.

Leny precisou conversar com ele para se lembrar dos tempos da adolescência. Sentindo-se melhor ao lado de alguém conhecido, ela passou a se reaproximar do antigo namorado. No Dia dos Namorados de 2019 (12 de junho), Santos Filho resolveu fazer uma surpresa para a amada. Com uma aliança de ouro, ele fez o pedido de casamento à Leny, que, prontamente, aceitou. A data do enlace matrimonial foi marcada para o dia 1º de março deste ano. Dona Leny emocionou a todos com seu depoimento e sua história de superação.

Podemos concluir que as linguagens artísticas são valiosas ferramentas na recuperação biológica, psicológica e patológica. A partir do momento em que o idoso passa a vivenciar arte, o efeito é simbiótico: a expansão do olhar, a vivência, a aceitação, a criatividade para superar suas deficiências motoras.

A arte oferece encorajamento. Esta força cria novos conhecimentos. Esse é o bônus que a arte cultiva no idoso: a continuidade de trilhar o caminho de sua vida com integridade, satisfação pessoal e qualidade de vida. ■

Abordamos, ainda, a importância do convívio em espaços públicos, culturais e artísticos, um momento enriquecedor para que os pacientes e profissionais da saúde mental troquem experiências.

ESTATUTO DO IDOSO

Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003

Artigo 2º

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízos da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Capítulo I

Do Direito à Vida

Art. 8º. O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social nos termos desta Lei e de Legislação vigente.

Capítulo II

Do direito à liberdade ao respeito e dignidade

Art. 10º. Parágrafo 3º. É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando – o salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor

COMO SE MORRE DE VELHICE

Como se morre de velhice ou de acidente ou de doença, morro Senhor, de indiferença.

Da indiferença deste mundo onde o que se sente e se pensa não tem eco, na ausência imensa.

Na ausência, areia movediça onde se escreve igual sentença para o que é vencido e o que vença.

Salva-me Senhor, do horizonte sem estímulo ou recompensa onde o amor equivale à ofensa.

De boca amarga e de alma triste sinto a minha própria presença num céu de loucura suspensa.

(Já não se morre de velhice nem de acidentes nem de doença, mas, Senhor, só de indiferença.)

Cecília Meireles, em *Poemas* (1957)

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. *Teoria e prática da educação artística*. São Paulo: Cultrix, 1975.
COSTA, Robson Xavier da (Org.). *Arte terapia e educação inclusiva - Diálogo multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
Esboço biográfico de Gene D. Cohen. 2009. Disponível em <https://web.archive.org/web/20100106002755/http://www.gwumc.edu/cahh/About/cohen.htm>
ZICKERMAN, Laurel. *On filming the Alzheimer's documentary: I remember better when I paint*, narrated by Olivia de Havilland. França: Laurel Zuckerman's Paris Weblog, 16 de dezembro de 2009. Disponível em <https://www.laurelzuckerman.com/2009/12/paris-writers-news-interviews-berna-huebner-on-the-groundbreaking-alzheimers-film-i-fee-l-better-when.html>

Nayr Duarte

é formada em Educação Artística, com licenciatura em Artes Plásticas pelas Faculdades Integradas Coração de Jesus (Fainc). É pós-graduada em Artes: Comunicação Visual e Social pela Faculdade de Educação São Luís, professora de artes da prefeitura de São Caetano do Sul e, ao lado de Fabiana Cavalcante, coordena a Pinacoteca Municipal de São Caetano do Sul.



MESA DE TRABALHO

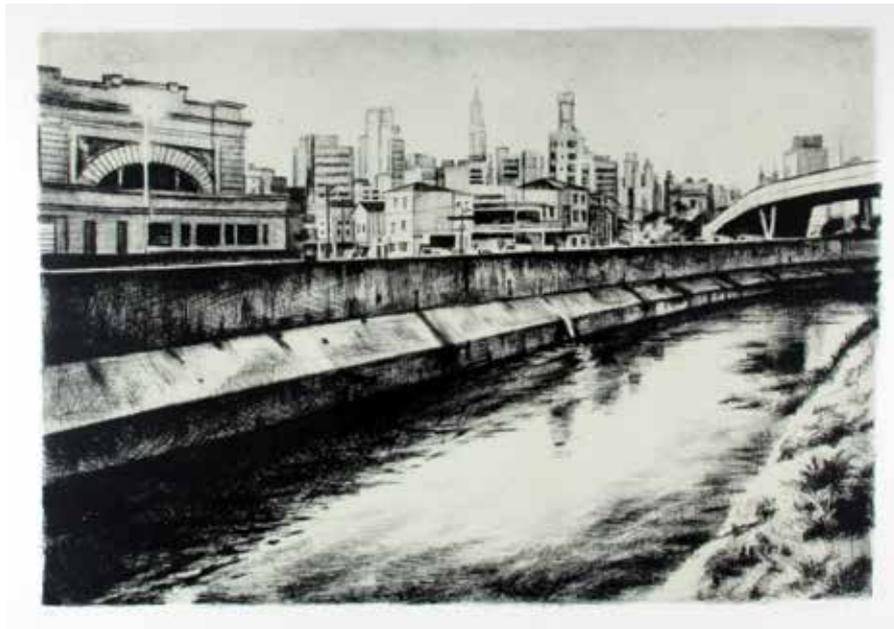
ELA É UMA DAS PEÇAS que mais ganha destaque no Museu Histórico Municipal. Quando entramos na sala especialmente dedicada a contar a história político-administrativa do município, ela está em evidência. Estamos falando da mesa de trabalho do primeiro prefeito de São Caetano do Sul, Ângelo Raphael Pellegrino.

Ela foi utilizada pelo chefe do Executivo municipal em seu mandato de 1949 a 1953, quando a prefeitura estava instalada em edifício na esquina das ruas Rio Grande do Sul e Baraldi. A peça foi doada ao museu pela prefeitura municipal. ■

ELEIÇÕES

A primeira eleição municipal aconteceu no dia 13 de março de 1949 e sagrou Ângelo Raphael Pellegrino vencedor, com a marca de 4.094 votos, contra 1.017 de José Luiz Fláquer Netto.

GREGÓRIO GRUBER



Artista: Gregório Gruber
 Título: Tamanduateí
 Técnica: Litogravura
 Dimensões: 78 x 106 cm

Paisagens urbanas são bem frequentes nos trabalhos de Gregório Gruber. A litogravura *Tamanduateí* é um deles. Produzida em 2001, a obra integra o acervo da Pinacoteca Municipal, da Fundação Pró-Memória. A doação foi realizada no ano de 2003, quando o artista participou do projeto *Diálogos – O artista e sua obra, o artista e seu tempo*.

Realizado pela Pinacoteca Municipal, o projeto tinha como objetivo apresentar dois momentos distintos da trajetória de artistas que já tivessem obras no acervo da instituição (principalmente daqueles que participaram dos Salões de Arte Contemporânea realizados em São Caetano entre as décadas de 1960 e 1980), fazendo um contraponto entre uma obra mais antiga e sua produção atual. ■

A Pinacoteca Municipal tem atendimento direcionado para grupos e escolas. Conheça mais sobre o projeto Agir e Interagir. Saiba mais em www.fpm.org.br

Gregório Gruber iniciou sua formação artística com cursos de piano e teoria musical na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), em 1965. Neste período, frequentou o curso de desenho de Frederico Nasser. Em 1971, passou a frequentar aulas de litografia e de gravura em metal. Viajou para Paris para ter aulas de desenho na *Académie de la Grande Chaumière*, em 1974. Nesse ano, realiza sua primeira mostra individual, no Museu de Arte de São Paulo (Masp). Já em 1976, foi responsável pelo curso de desenho de modelo vivo na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Já participou de diversas bienais e exposições pelo mundo. Foi premiado pela Associação Paulista de Críticos de Arte em Melhor Gravura, ganhou o Prêmio de Aquisição no Salão Nacional de Artes Plásticas e, pela Funarte (Fundação Nacional de Arte), foi premiado no 10º Salão Paulista de Arte Contemporânea. Atualmente reside em São Paulo, onde mantém um estúdio desde os anos 1980, trabalhando com as mais variadas técnicas, como pintura a óleo e acrílica, escultura em argila e madeira, litografia, gravura em metal e *assemblage*. A obra de Gruber já foi objeto de quatro filmes.

EXPOSIÇÕES



Luz para o Mundo

A partir do dia 14 de fevereiro, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, em parceria com a Comunidade Bahá'í da cidade, trouxe ao público a exposição *Luz Para o Mundo*, aberta no Espaço Cultural Casa de Vidro – Ateliê Pedagógico.

Composta por painéis fotográficos, a mostra apresentou uma reflexão sobre o tempo e a realidade de nossos dias atuais com questionamentos do cotidiano, que levam o visitante à ponderação e ao conhecimento.

Devido à pandemia da Covid-19 a atração, que estava programada para se encerrar em 30 de abril, foi suspensa em março.

**ESPAÇO CULTURAL
CASA DE VIDRO –
ATELIÊ PEDAGÓGICO**

As Bacantes

A Pró-Memória, por meio da Pinacoteca Municipal, apresentou, a partir de 5 de março, a exposição *As Bacantes*, com obras de Israel Kislansky. Composta por 77 trabalhos

produzidos entre os anos de 2014 a 2019, entre cerâmicas, bronzes, desenhos, gesso, ceras e moldes, a mostra ficou marcada pelo exímio domínio escultórico do artista na modelagem em cerâmica e na fundição, que conta com mais de 30 anos de atividade.

A previsão inicial era que a atração fosse apresentada até 30 de abril, entretanto com a pandemia mundial causada pela Covid-19, a exposição foi interrompida dias após a abertura, devendo retornar em breve.

PINACOTECA MUNICIPAL



EXPOSIÇÕES VIRTUAIS

De janeiro a julho, a Pró-Memória realizou em seu site (www.fpm.org.br) e também em suas redes sociais seis exposições virtuais. A primeira, de fevereiro a março, foi *E Chegou o Carnaval...* com fotos dos antigos carnavais sul-são-caetaneses, como os animados bailes

do São Caetano Esporte Clube e do General Motors Esporte Clube, que começaram a levar os foliões para os salões na década de 1930.

Em abril, também no site, foi a vez de *Senador Fláquer, ano 100* celebrando o centenário da mais antiga escola da cidade, com fotos e informações percorrendo toda a trajetória da instituição.

Já em nossas redes sociais as atrações foram as seguintes: O Dia das Mães foi celebrado com *Grandes Mães, Grandes Famílias*, já *Amigos, uma vida de Convivências e Confidências* enalteceu o nobre sentimento da amizade. *São Caetano Vista de Cima* trouxe ao público imagens históricas aéreas do município. Por fim, *Vamos à Praia* contou com registros do passado dos momentos de descontração e de lazer nas idas da população ao litoral paulista.

SITE E REDES SOCIAIS – FPM



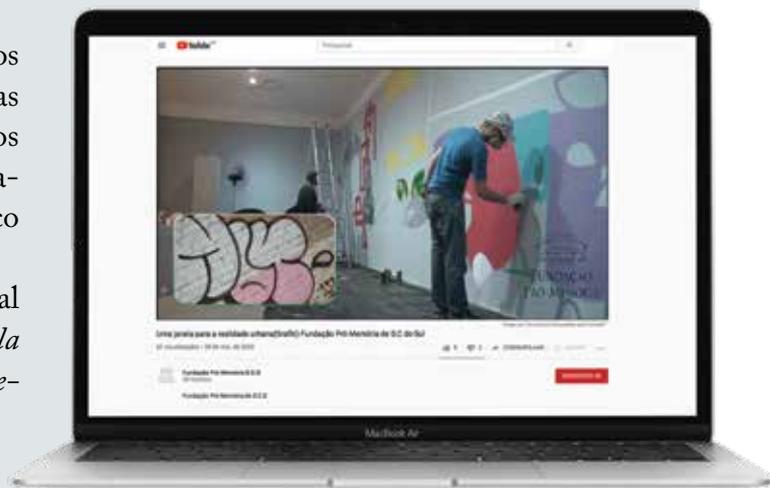
EXPOSIÇÕES EM CASA

Mostras da Pinacoteca

Diante da impossibilidade das visitas aos nossos espaços físicos, a Pró-Memória levou algumas das últimas exposições realizadas ao acesso de todos por meio de vídeos explicativos e visitas monitoradas pelos artistas, cumprindo assim o papel lúdico e educativo.

Até o momento foram disponibilizadas no canal do Youtube da instituição as mostras *Uma Janela para a Realidade da Arte Urbana*, *As Bacantes*, *Registros - Gladys Maldaun* e *O processo é incessante*.

**YOUTUBE- FPM
NO AR**



Encontro com a História em Casa

Com o objetivo de manter o apoio ao aprendizado escolar mesmo em tempos de isolamento social e pandemia, a Fundação Pró-Memória disponibilizou o projeto *Encontro com a História em Casa*, versão on-line da tradicional atividade da instituição que complementa a disciplina de história da cidade, presente aos alunos do 3° ano do ensino fundamental da rede.

O objetivo é que os educandos possam ter contato com o conteúdo e, com a orientação dos professores, desenvolver atividades lúdicas sobre o tema. Disponível no site da instituição (www.fpm.org.br), a ação conta com ferramentas como o livro *A História de São Caetano do Sul*, cenários e personagens da publicação para impressão, o *Jogo da História de São Caetano* e sugestões de atividades para professores para *download* e também um vídeo sobre a história da cidade.

**SITE FPM
NO AR**



Acervo/FPMSCS



Vista aérea de São Caetano do Sul, em 1991. É possível visualizar a Avenida Goiás, que corta toda a imagem. À direita, a Concha Acústica, e, ao seu lado, o prédio da Câmara Municipal. Cruzando a avenida, da esquerda para a direita, avistamos a Rua Oswaldo Cruz, a Praça Di Thiene, e as ruas Amazonas, Goitacazes e Rio Grande do Sul

Acervo/FPMSCS

Inauguração, em 1957, do ambulatório do Hospital Beneficência Portuguesa, localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima. Dolores Massei, esposa do então prefeito Oswaldo Samuel Massei, é a terceira, a partir da esquerda. Na sequência, foram identificadas Lavinia Rudge Ramos Gomes, esposa do prefeito de São Bernardo, Lauro Gomes de Almeida, e logo após, Olga Montanari de Mello, primeira vereadora de São Caetano do Sul



Acervo/FPMSCS



Equipe feminina de basquete do São Caetano Esporte Clube em foto tirada durante o Torneio das Estrelas, disputado na cidade peruana de Chiclayo, em janeiro de 1972. Da esquerda para a direita, vemos: Nilza (que reforçou o time naquele campeonato), Delcy, Elzinha, Marlene e Norminha

Acervo/FPMSCS



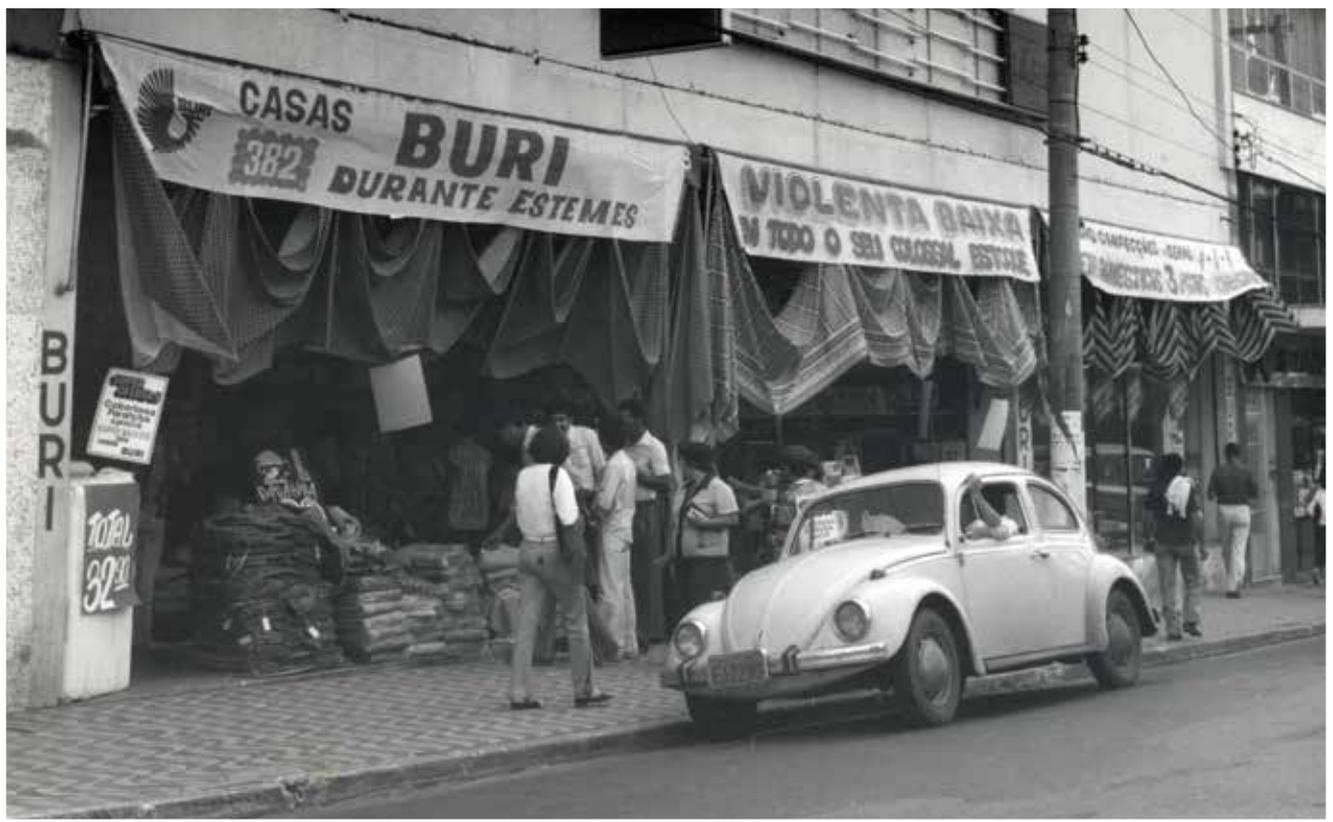
Fachada da loja Ao Mundo das Louças, instalada, até os dias de hoje, na Rua Visconde de Inhaúma, no Bairro Nova Gerty. O fundador da loja foi Diogo A. D. da Silva, português que chegou ao Brasil em 1927. Em São Caetano, trabalhou, em 1941, nas Louças Adelinas e, em 1943, fundou a Fábrica de Louças e Porcelana Santa Maria. Com o fechamento da fábrica em 1959, abriu a loja Ao Mundo das Louças

Família de Luiz Martorelli (o terceiro, a partir da esquerda). Foi líder autonomista no movimento de emancipação de São Caetano. Foi, também, presidente do São Caetano Esporte Clube, em 1919. Foto da década de 1970



Carnaval infantil no São Caetano Esporte Clube, localizado na Rua Perrella. Foto de 1949

Acervo/FPMSCS



Fachada das antigas Casas Buri, que ficavam localizadas na Rua Manoel Coelho, no Bairro Centro. A loja comercializava itens de cama, mesa e banho, tecidos e eletrodomésticos. A rede fez sucesso entre as décadas de 1970 e 1980, mas devido a alguns insucessos administrativos, perdeu mercado e as lojas foram, aos poucos, fechadas

Acervo/FPMSCS



Criança sendo medicada no Hospital Infantil Márcia Baido. Observando, está o médico Angelo Antenor Zambom, que integrava o corpo médico do Hospital São Caetano

Acervo/FPMSCS



Personagem Zé Gotinha percorrendo as ruas de São Caetano em meados da década de 1980, durante a Campanha de Multivacinação. Na foto, ele aparece com alunos da rede municipal de ensino, em uma rua do Bairro da Fundação. À esquerda, a enfermeira Elcia Guanaes de Souza Sotello. O personagem Zé Gotinha foi desenvolvido para dialogar especialmente com o público infantil, para motivar e informar sobre vacinação. Foi criado pelo artista plástico Darlan Manoel Rosa e seu nome surgiu de um concurso com a participação de estudantes de todo o Brasil

Acervo/FPMSCS

Cenografia na entrada do Cine Vitória, na Rua Baraldi, na década de 1960. A obra é de Paulo Tachinardi Domingues, que fazia cartazes de propaganda de filmes para os cinemas da cidade. Nascido em Indaiatuba, em 1939, foi também ator. Trabalhava como cenógrafo



Acervo/FPMSCS



Acervo/FPMSCS



Rolandi Dall'Antonia, retratado em 1930. Quando adulto, foi proprietário do Posto 5, um dos primeiros postos de gasolina de São Caetano, localizado na esquina da Avenida Goiás com a Rua Amazonas, no Bairro Centro

José Pereira Martins (sentado), responsável pela Biblioteca Paul Harris, criada em 22 de julho de 1954, funcionando, primeiramente, no Edifício Vitória

Acervo/FPMSCS



Desfile na Avenida Goiás, durante apresentação da Polícia Militar. Foto da década de 1960

Acervo/FPMSCS



Divisa de São Caetano do Sul e São Paulo, na década de 1960

Acervo/FPMSCS



Membros e diretores da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, em foto de 1939. A diretoria era assim composta: Arthêmio Lorenzini (presidente), José Lopes Holmos (1º vice-presidente), Atílio Santarelli (2º vice-presidente), Nicolau Perrella e Júlio Marcucci (secretários), Francisco Massei e Luiz Vincenzi (tesoureiros)

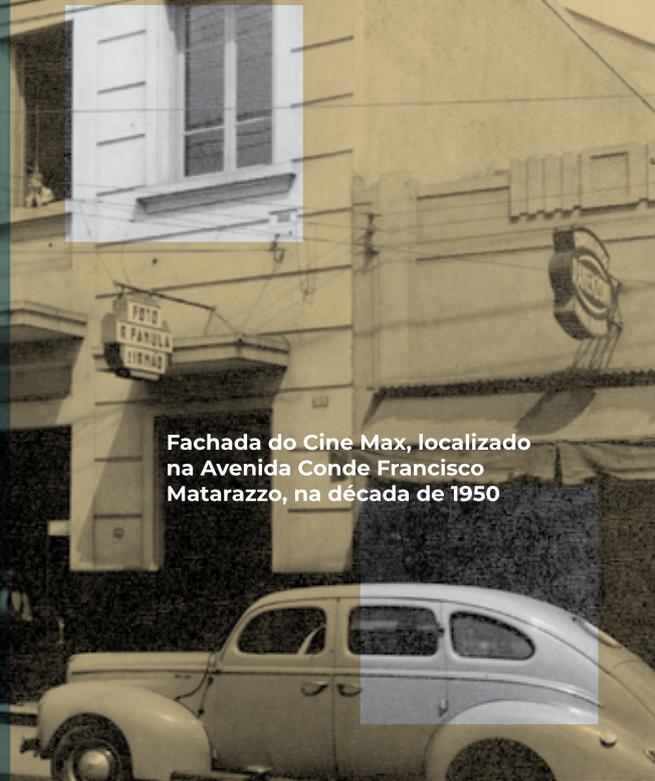
Acervo/FPMSCS



Integrantes do Rotary Club de São Caetano durante visita à Fábrica de Chocolates Pan, localizada na Rua Maranhão, no Bairro Santa Paula, em 1955. Um funcionário demonstra a fabricação da bala Paulistinha. Foram identificados: Maria Teresa Tavares, Bruna Melo, Macária Rodrigues, Márcia Patrão, Maria José, Jayme Tavares Soares, Filomeno Silvestre, Jayme da Costa Patrão, Urames Pires dos Santos, Antonio de Mello Neto, Manoel Gutierrez Durán, Sílvia Arruda Santos, Mário Porfírio Rodrigues e Willian Beans



Excursão do Rotary Club de São Caetano do Sul a Poços de Caldas (MG), em outubro de 1960. Foram identificados: A esposa de Avelino Poli, Luci Pinto, Neide Quaresma e o menino Fernando Quaresma, a menina Sandra Pinto, Macária Rodrigues, o menino Rubens Rodrigues, Mário Porfírio Rodrigues, Aracy Namur. Em pé, vemos: Ademar Pinto e Jayme da Costa Patrão



Fachada do Cine Max, localizado na Avenida Conde Francisco Matarazzo, na década de 1950

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA

SEDE ADMINISTRATIVA PINACOTECA MUNICIPAL CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Avenida Dr. Augusto de Toledo, nº 255
São Caetano do Sul – SP
(11) 4223-4780
fpm@fpm.org.br
pinacoteca@fpm.org.br
centro.documentacao@fpm.org.br

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL

Rua Maximiliano Lorenzini, nº 122
São Caetano do Sul – SP
(11) 4229-1988
museu@fpm.org.br

SALÃO EXPOSITIVO ESPAÇO VERDE CHICO MENDES

Avenida Fernando Simonsen, nº 566
São Caetano do Sul – SP

ESPAÇO CULTURAL CASA DE VIDRO

Praça do Professor
(altura da Av. Goiás, nº 1.111)
São Caetano do Sul – SP

ESPAÇO DO FORNO

Praça do Forno
Espaço Cerâmica
São Caetano do Sul – SP



Funcionários em frente ao Departamento dos Correios e Telégrafos, na década de 1970





GRUPO ESCOLAR

LOUER

ISSN 1415-3173



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL